



Universidade de Lisboa
Faculdade Motricidade Humana



MODELO DE UM OBSERVATÓRIO MUNICIPAL DO DESPORTO NO CONCELHO DE SETÚBAL

Dissertação elaborada com vista à obtenção do Grau de Mestre em Gestão do Desporto

Orientador: Professor Doutor Rui Bértolo Lara Madeira Claudino

Júri:

Presidente:

Professor Doutor Rui Bértolo Lara Madeira Claudino, Professor Auxiliar da Faculdade Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

Vogais:

Professor Doutor Fernando José Santos Tenreiro, Professor Auxiliar da Universidade Lusíada

Professora Doutora Maria Margarida Mascarenhas, Professora Auxiliar da Faculdade Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

Frederico Cavaco Grosso
Março 2016

*“O desporto faz parte da herança de todos
os homens e mulheres e a sua ausência
nunca poderá ser compensada”*

Pierre de Coubertin

AGRADECIMENTOS

A realização de um mestrado na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa representa um desejo antigo. Com a realização desta dissertação e a respetiva obtenção do grau de Mestre em Gestão do Desporto, concretizo um desejo antigo e finalizo mais uma etapa do meu processo de desenvolvimento pessoal e profissional.

Quero aqui, exprimir os meus sinceros agradecimentos a todos os que me ajudaram e apoiaram ao longo desta pesquisa.

Começo por agradecer à minha mulher Assunção Jácome, fonte de amor e de inspiração pela forma empenhada que se dedica à nossa família, aos nossos amigos e ao seu trabalho. Obrigado por seres tão especial e fazeres parte da minha vida. Contigo tudo é sempre mais fácil.

Às minhas estrelas, Francisco Grosso, Luísa Grosso e Ana Rita pela harmonia, afetos e conforto que me proporcionam. Sou o pai mais feliz do mundo.

Aos meus pais, António Grosso e Maria de Fátima pela educação e formação que me transmitiram. Os meus ídolos eternos.

Há minha Avó Rogélia Lebre pelo seu grande coração e coragem com que encarar a vida.

A minha irmã Celina Grosso, o meu cunhado Fernando Paulino e o meu sobrinho Martim Paulino pelos momentos de alegria e boa disposição.

Ao Professor Doutor Rui Claudino pela constante disponibilidade de diálogo e pelas orientações sempre desafiantes.

Aos colegas da Divisão de Desporto e do Gabinete de Apoio ao Empresário da Câmara Municipal de Setúbal.

Aos professores do XVII Mestrado, pelos conhecimentos transmitidos que se revelaram importantes no meu crescimento pessoal, académico e profissional.

O meu muito obrigado!

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral apresentar uma proposta de um modelo de observatório municipal do desporto na administração local, nomeadamente no concelho de Setúbal.

Podem ser verificados alguns estudos sobre a temática dos observatórios no sector do desporto (Leite, 2013; Gaspar 2014).

Em plena sociedade de informação, as organizações têm de gerir grandes fluxos de dados. Têm de ter capacidade de adaptação à realidade, mas acima de tudo, uma atitude pró-ativa no sentido de anteciparem novos cenários.

Segundo Albornoz e Herschmann (2006), os observatórios costumam recolher, registar, acompanhar, interpretar dados, produzir indicadores estatísticos, criar metodologias para codificar, classificar e categorizar informações, estabelecendo conexões entre pessoas que trabalham em áreas similares, bem como monitorizar e analisar tendências.

É exigido à administração local, serviços de qualidade e de transparência na adoção das suas políticas desportivas e a existência de um instrumento de recolha de informação, estruturado com base num modelo de análise que permita conhecer, analisar e compreender o estado de um dado contexto desportivo em tempo real, irá permitir a criação de uma base de dados contendo informação atualizada e confiável. Neste contexto, os sistemas de informação, quando desenvolvidos e aplicados, vão permitir a recolha de informação fundamental sobre o comportamento interno da organização (Claudino, 2005).

A presente pesquisa representa uma investigação descritiva, tratando-se de um estudo de caso a aplicar na Câmara Municipal de Setúbal. Em termos da recolha de dados, foram utilizadas fontes primárias, com base numa análise documental.

Os resultados deste estudo, permitem apresentar uma primeira abordagem de estrutura e processos de funcionamento de um modelo de observatório municipal do desporto com aplicação prática, tendo sido estabelecidos sete categorias de análise fundamentais: i) Atividades

Desportivas; ii) Instalações Desportivas, iii) Associativismo; iv) Recursos Humanos; v) Sector Privado; vi) Consumo Desportivo; vii) Divisão Desporto.

As estratégias das políticas públicas desportivas adotadas, o planeamento desportivo ou o acesso ao apoio financeiro, exigem que estejam disponíveis um conjunto de informações rigorosas e fidedignas sobre o desempenho, a evolução e as tendências do sector a nível local pelo que a estrutura de um observatório do desporto, irá permitir de uma forma eficiente, eficaz e participativa que se desenvolvam e projetem as políticas desportivas locais que melhor se ajustem à sua realidade.

Acreditamos que a existência de um observatório municipal do desporto acrescenta benefícios para os municípios. As mudanças e os desafios económicos colocados hoje, obrigam a novas dinâmicas competitivas.

Palavras-chave: Observatório, Situação Desportiva, Associativismo, Setor Privado do Desporto, Emprego no Desporto, Conta Satélite do Desporto

ABSTRACT

This dissertation has the overall objective to submit a proposal for a municipal observatory model of sport in local government, particularly in Setúbal county.

Some studies can be found on the subject of observatories in the sports sector (Leite, 2013; Gaspar 2014).

In a full information-based society organizations must manage large data streams. They must be able to adapt to reality, but essentially a proactive approach to anticipate new scenarios.

According to Albornoz and Herschmann (2006), the observatories usually collect, record, monitor, interpret data, produce statistical indicators, create methodologies to codify, classify and categorize information by establishing connections between people working in similar areas, and monitor and analyze trends.

It demands from the local administration, quality services and transparency in the adoption of its sports policies and the existence of an information collection tool, structured based on an analysis model which permits to analyze and understand the state of a given sports context in real time, will allow creating a database containing updated and reliable information. In this regard, information systems, as developed and applied, will allow key information collection on the organization's internal behavior (Claudino, 2005).

This research presents a descriptive research, since it is a case study to apply at City Hall of Setúbal. In terms of data collection, primary sources were used, based on a documentary analysis.

The results of this study allow us to present a first approach to structure and processes of a municipal observatory model of sports with practical application, and seven fundamental analytic categories were established: i) Sports Activities; ii) Sports Facilities iii) Associations; iv) Human Resources; v) Private Sector; vi) Sports Consumption; vii) Division Sport.

The sporting public policy strategies adopted, sports planning or the access to financial support, demand the availability of a set of accurate and reliable information about performance, developments and trends in the sector at a local level for which the structure of a sport observatory

will allow an efficient, effective and participatory way to develop and project local sports policies best suited to their reality.

We believe that the existence of a municipal sports observatory adds benefits to municipalities. Change and economic challenges today require new competitive dynamics.

Keywords: Observatory, Sports Situation, Associations, Private Sector Sports, Employment in Sport, Sport Satellite Account

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	V
ÍNDICE	VII
ÍNDICE DE GRÁFICOS	X
ÍNDICE DE TABELAS	XI
ÍNDICE DE FIGURAS	XIII
LISTA DE ABREVIATURAS	XIV
 INTRODUÇÃO	 1
 CAPÍTULO I – COLOCAÇÃO DO PROBLEMA	 4
1.1. Enunciado do Problema	4
1.2. Objetivos	5
1.2.1. Objetivo Geral	5
1.2.2. Objetivos Específicos	5
1.3. Importância do Estudo	5
 CAPÍTULO II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	 7
2.1. Observatórios	7
2.1.1. Conceito de Observatório	7
2.1.2. Objetivos dos Observatório	8
2.1.3. Tipologia dos Observatórios	9
2.1.4. Modelos de Funcionamento de Observatórios Portugueses	18
2.1.4.1. Observatório da Língua Portuguesa	18
2.1.4.2. Observatório das Desigualdades	19
2.1.4.3. Observatório Municipal do Turismo da Câmara Municipal de Aveiro	20
2.1.5. Observatórios Europeus do Desporto	21
2.1.5.1. European Observatoire of Sport and Physical Employment	21
2.1.5.2. The Swiss Observatory for Sport and Physical Activity	22
2.1.5.3. CIES Football Observatory	24

2.1.6. Observatórios Nacionais do Desporto	26
2.1.7. Importância de um Observatório Municipal do Desporto	28
2.1.8. A Implementação de um Observatório Municipal do Desporto – Vantagens Económicas e Sociais	31
2.2. Situação Desportiva	33
2.3. Associativismo.....	36
2.3.1. Movimento Associativo Desportivo	36
2.3.2. Enquadramento da Legislação Aplicável às Associações Desportivas	41
2.3.3. Tipologias Específicas de Associações Desportivas.....	43
2.3.4. As Autarquias Locais e o Movimento Associativo	45
2.4. Setor Privado do Desporto.....	46
2.4.1. Portugal e os Resultados ao Nível da Economia Social	49
2.4.2. Classificação Portuguesa das Atividades Económicas	51
2.4.3. O Mercado do Desporto	54
2.4.4. Atividades e Produtos Relacionados com o Desporto	55
2.4.5. Consumo Desportivo	57
2.4.6. Impactos Económicos Induzidos pelo Setor do Desporto	61
2.5. Empregabilidade do Setor do Desporto	66
2.5.1. O Conceito de Empregabilidade	66
2.5.2. Taxonomia das Qualificações, Competências e Profissões Europeias	67
2.5.3. Empregabilidade no Setor do Desporto na Europa	69
2.5.4. Indicadores de Empregabilidade no Setor do Desporto em Portugal	72
2.5.5. Profissões no Setor do Desporto	74
2.6. Conta Satélite do Desporto.....	75
2.7. Síntese da Revisão Bibliográfica	77
 CAPÍTULO III - METODOLOGIA.....	 78
3.1. Desenvolvimento da Pesquisa.....	78
3.2. Recolha de Dados.....	78
3.3. Campo de Implementação do Modelo de Observatório Municipal	79
3.3.1. Caracterização Socioeconómica do Concelho de Setúbal	80
3.3.1.1. Enquadramento Territorial	80
3.3.1.2. Freguesias	81

3.3.1.3. Caracterização Demográfica.....	82
3.3.1.4. Taxa de Atividade, Emprego e Desemprego.....	84
3.3.2. Câmara Municipal de Setúbal.....	85
3.3.2.1. O Brasão da Cidade de Setúbal	85
3.3.2.2. Modelo de Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Setúbal	86
3.3.2.3. Caracterização da Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Setúbal	88
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	89
4.1. Caracterização Desportiva do Concelho de Setúbal.....	89
4.1.1. Equipamentos Desportivos	89
4.1.2. Associativismo Desportivo	91
4.1.3. Atividades Desportiva Municipal.....	93
4.2. Procedimentos de Recolha dos Dados	97
4.3. Apresentação dos Resultados	99
4.3.1. Apresentação de uma Estrutura e Processos de um Modelo de Observatório Municipal do Desporto Aplicado ao Concelho de Setúbal.....	99
4.3.2. Caracterização do Impacto Económico e Social das Atividades Desportivas (931) de acordo com a Classe – CAE Ver. 3 e da Produção Industrial dos Produtos Desportivos em Portugal	111
4.3.3. Caracterização do Impacto Económico e Social da Secção R – Atividades Desportivas, de Diversão e Recreativas de Acordo com a Classe – CAE Rev. 3, no Concelho de Setúbal.....	118
4.3.4. Identificação das Entidades Privadas que estejam Relacionadas com o Desporto no Concelho de Setúbal.....	121
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	124
5.1. Conclusões.....	124
5.2. Recomendações.....	128
BIBLIOGRAFIA	129
ANEXOS.....	137

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Identificação dos Tipos de Observatórios	10
Quadro 2. Identificação dos Observatórios Existentes em Portugal - Junho, 2015	11
Quadro 3. Sistematização e Caracterização dos Observatórios	26
Quadro 4. Situação Desportiva (Pires, 2007).....	34
Quadro 5. Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social	50
Quadro 6. Identificação do Setor do Desporto na CAE. Rev.3	52
Quadro 7. Atividades Económicas Desportivas Abrangidas pelo Grupo 931	53
Quadro 8. Classificação dos Serviços de Desporto e Atividade Física (Chelladurai, P., 1995)	56
Quadro 9. Profissões do Desporto Identificadas na CPP 2010 (Adaptado pelo Autor)	75

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Identificação e Distribuição Territorial das Coletividades Desportivas – Setúbal, 1992..	36
Tabela 2. Identificação da Área Útil Desportiva - Setúbal 1992 (Adaptado pelo Autor)	36
Tabela 3. Percentagem de Sujeitos com Envolvimento nos Diversos Tipos de Associações (Viegas 2004).....	39
Tabela 4. Percentagem de Sujeitos com Envolvimento Activo nos Diversos Tipos de Associações (Viegas 2004).....	39
Tabela 5. Empresas Ligadas ao Desporto por Atividade Económica de Espanha.....	49
Tabela 6. Entidades da Economia Social por Grupos e Atividades da Economia Social.....	51
Tabela 7. Estatísticas das Empresas CAE 931 – Atividades Desportivas	54
Tabela 8. Identificação das Categorias Relacionadas com o Consumo Desportivo	58
Tabela 9. Comparação do VAB entre a Média Europeia e Portugal	61
Tabela 10. Consumo e Despesas do Desporto na Irlanda do Norte.....	61
Tabela 11. Comércio Externo de Bens Associados ao Desporto em Espanha.....	64
Tabela 12. Dados da Subclasse da Divisão 32 – Outras Indústrias Transformadoras em 2011	65
Tabela 13. Valores das Vendas na Divisão 14 - Industria do Vestiário em 2011	66
Tabela 14. Percentagem e Número de Empregos Verificados na UE (Adaptado pelo Autor)	70
Tabela 15. Emprego Médio Anual Associado a Determinadas Ocupações e Atividades Desportivas por Situação Profissional e Tipo de Vínculo em Espanha.....	72
Tabela 16. Resultados ao Nível do Emprego, VAB e Consumo por parte das Contas Satélite.....	76
Tabela 17. Caracterização Territorial das Freguesias do Concelho de Setúbal.....	81
Tabela 18. População Residente em Setúbal Segundo Grupos Etários.....	82
Tabela 19. Caracterização Territorial das Freguesias do Concelho de Setúbal.....	83
Tabela 20. População Residente Desempregada no Concelho de Setúbal	84
Tabela 21. Desemprego Segundo os Vários Grupos Etários no Concelho de Setúbal.....	84
Tabela 22. População Empregada no Concelho de Setúbal por Ramo de Atividade	85
Tabela 23. Identificação dos Equipamentos Desportivos por Tipologia.....	90
Tabela 24. Número de Instalações Desportivas por Freguesia	90
Tabela 25. Área Desportiva Útil por Freguesia.....	90
Tabela 26. Associações por Freguesias em 2013.....	92
Tabela 27. Identificação dos Jardins de Infância da Rede Pública – Ano Letivo 2014/2015	93

Tabela 28. Identificação das Escolas do 1º ciclo – Ano Letivo 2014/2015	94
Tabela 29. Síntese da Apresentação de Dados	99
Tabela 30. Identificação e Caracterização das Categorias de Monitorização	102
Tabela 31. Definição das Áreas de Cada Categoria.....	102
Tabela 32. Nomeação dos Setores de Intervenção.....	103
Tabela 33. Indicadores de Impacto por Categoria.....	104
Tabela 34. Identificação dos Parceiros Institucionais.....	107
Tabela 35. Registo da Produção das Empresas CAE (931) -Atividades Desportivas.....	112
Tabela 36. Registo do Valor Acrescentado Bruto das Empresas CAE (931) – Atividades Desportivas.....	113
Tabela 37. Registo do Ativo das Empresas CAE (931) – Atividades Desportivas	113
Tabela 38. Registo dos Gastos com Pessoal CAE (931) – Atividades Desportivas.....	114
Tabela 39. Registo das Renumerações nas Empresas CAE (931) – Atividades Desportivas.....	114
Tabela 40. Registo do Volume de Negócios Verificados nas Empresas CAE (931) – Atividades Desportivas.....	115
Tabela 41. Registo dos Valores Relacionados com as Prestações de Serviços CAE (931) – Atividades Desportivas.....	115
Tabela 42. Registo do Pessoal ao Serviço nas Empresas CAE (931) – Atividades Desportivas	116
Tabela 43. Registo do Número de Empresas CAE (931) – Atividades Desportivas	116
Tabela 44. Síntese dos Indicadores da CAE (931) – Atividades Desportivas	116
Tabela 45. Produtos Vendidos da Indústria por Tipo de Produto Desportivo	117
Tabela 46. Número de Estabelecimentos, Empresas e Sociedades da Secção R	118
Tabela 47. Registo do Número de Pessoal ao Serviço nas Empresas Pertencentes à Secção R	119
Tabela 48. Registo do Volume de Negócios nos Estabelecimentos e Empresas	119
Tabela 49. Registo do Valor Acrescentado Bruto das Empresas Pertencentes à Secção R	120
Tabela 50. Despesas em jogos e desporto por parte da Península de Setúbal e do município de Setúbal	120
Tabela 51. Despesas em atividades e equipamentos por habitante por parte do município de Setúbal, 2013	121
Tabela 52. Identificação das Empresas Associadas ao Desporto no Concelho de Setúbal – Março 2015	122

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Percentagem de Voluntariado no Desporto	41
Figura 2. Empresas Ligadas ao Desporto de Espanha (Valores Absolutos).....	48
Figura 3. Classificação dos Produtos Desportivos (Chelladurai P., 1995)	57
Figura 4. Visão Geral de Algumas Atividades e Produtos Relacionados com o Desporto	59
Figura 5. Relacionamento Intersectorial da “Vilnius Definition of Sport”	60
Figura 6. Impacto Económico do Desporto na Inglaterra 2010.....	64
Figura 7. Conceito de empregabilidade (Miragaia & Carvalho 2012)	68
Figura 8. Reconhecimento das Profissões do Desporto (Eurobarómetro 2014).....	72
Figura 9. Emprego Médio Anual Associado a Certas Profissões ou Atividades Desportivas em Espanha	72
Figura 10. Esquematização da Revisão Bibliográfica	78
Figura 11. Modelo de Recolha de Dados	80
Figura 12. Divisão territorial da Região NUTS II de Lisboa: NUTS III e Municípios.....	82
Figura 13. Mapa do Concelho de Portugal.....	83
Figura 14. Percentagem da Área de Cada Freguesia.....	84
Figura 15. Distribuição da População por Grupos Etários	85
Figura 16. Percentagem da População Residente por Freguesia	86
Figura 17. Distribuição Percentual dos Empregados pelos Sectores no Concelho de Setúbal.....	87
Figura 18. Brasão da Cidade de Setúbal.....	87
Figura 19. Estrutura Organizativa da Divisão Desporto – Câmara Municipal de Setúbal.....	90
Figura 20. Tipologia das Instalações Desportivas no Concelho de Setúbal (%).....	93
Figura 21. Definição das Etapas para a Proposta de Elaboração de um Observatório	102
Figura 22. Síntese do Modelo de Observatório Municipal do Desporto	110
Figura 23. Estrutura Organizacional do Observatório Municipal.....	112
Figura 24. Modelo de Funcionamento do Observatório Municipal.....	112
Figura 25. Percentagem de Empresas Associadas ao Desporto no Concelho de Setúbal por CAE. Rev.3	125

LISTA DE ABREVIATURAS

CAE – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas

CMS – Câmara Municipal de Setúbal

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRP – Constituição da República Portuguesa

CSD – Conta Satélite do Desporto

CSES – Conta Satélite da Economia Social

DCED – Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social

DIDES – Divisão de Desporto

EASE – European Association of Sport Employers

EOSE – European Observatoire of Sport and Employment

FESI – Federação da Indústria de Artigos Desportivos Europeia

IDP – Instituto do Desporto de Portugal

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

NACE – Nomenclature Statistique des Activités Économiques de la Communauté Européenne

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OLP – Observatório da Língua Portuguesa

QEQ – Quadro Europeu de Qualificações

UE – União Europeia

VAB – Valor Acrescentado Bruto

INTRODUÇÃO

A administração local enquanto pessoa coletiva e territorial, desempenha um papel fulcral como elemento ativo e influente no desenvolvimento social e económico do país. A sua propensão de proximidade com a população e os diversos agentes económicos, permitem-lhe um conhecimento da realidade local, favorecendo a execução dos interesses dos seus munícipes. Segundo Carvalho, Resende, Cirac e Costa, (2012), os municípios ao longo das últimas décadas assumiram um papel catalisador no desenvolvimento do desporto a nível local. Não será por acaso que se têm verificado um aumento nas delegações de competências aos municípios e entidades intermunicipais por parte do Estado.

Esta relação privilegiada com a sua comunidade, levou a uma consciencialização por parte dos cidadãos de que a resolução dos seus problemas passa pela sua participação nos assuntos públicos. Face a este cenário, cabe aos serviços públicos o desencadeamento de mecanismos para que essa participação seja efetiva e ativa para a prossecução de políticas públicas que proporcionem o desenvolvimento.

As mudanças e os desafios económicos colocados hoje, obrigam a novas dinâmicas competitivas. O fortalecimento das relações institucionais e a promoção de emprego, são objetivos primordiais, sendo fundamental a mobilização e participação de todos os agentes locais.

Por conseguinte, torna-se necessário uma atualização sistemática da informação. Segundo Rascão (2012, p. 102) “as organizações continuam a ter dados em abundância, mas sempre usaram esses dados para controlo e não para produzirem informação para apoio na tomada de decisão”. A criação e a respetiva prática de estratégias de políticas públicas desportivas, o planeamento desportivo, o acesso ao apoio financeiro, exigem que estejam disponível um conjunto de informações rigorosas e fidedignas sobre o desempenho, a evolução e as tendências do sector a nível local. Os sistemas de informação, quando desenvolvidos e aplicados, vão permitir a recolha de informação fundamental sobre o comportamento interno da organização (Claudino, 2005).

Face à crise que atravessamos é necessário que estejam à disposição um conjunto de mecanismos e novos procedimentos que reforcem, colaborem e contribuam para uma gestão eficiente e eficaz por parte das organizações do desporto.

De acordo com Pires e Lopes (2005), há que transformar a crise que envolve o desporto numa oportunidade para as futuras gerações, com mais e diversas formações numa busca pela realização pessoal e profissional.

Numa sociedade confrontada com novas ameaças e desafios emergentes, o fenómeno do desporto é reconhecido com um setor fundamental no processo de desenvolvimento socioeconómico.

Um passo importante na implementação política no setor do desporto ao nível da União Europeia (UE), foi a elaboração em 2007 do Livro Branco sobre o Desporto. Curiosamente a preparação do referido documento iniciou-se com a presidência portuguesa no primeiro semestre de 2007. Em dezembro de 2009, o Tratado de Lisboa, introduziu um artigo específico, nomeadamente o artigo 165.º do TFUE, que deu à UE uma competência específica no desporto. Para Carvalho *et al.*, (2012) atualmente, o desporto possui um lugar central na dinâmica social, assumindo-se como uma poderosa força económica nos países mais desenvolvidos, ultrapassando o simples entretenimento das populações.

Nesta lógica, é clara a necessidade de se intervir de forma global no desenvolvimento do desporto no sentido de se alcançarem níveis altos de eficácia nas intervenções produzidas, salvaguardando a articulação e cooperação entre os diferentes atores do setor do desporto. Não basta a aplicação de políticas desportivas municipais numa lógica de mais desporto, mas sim a constituição de parcerias entre o sector público e o setor privado no sentido de se aumentar a qualidade de vida dos cidadãos e a eficácia e eficiência da gestão municipal.

A estrutura de um observatório municipal do desporto, enquanto instrumento estratégico, poderá proporcionar a criação de uma rede de relações institucionais, entre os principais intervenientes locais no setor do desporto, desempenhando um papel de monitorização sistemática de dados e conhecimentos, que tratados, resultam em informação fidedigna sobre a situação desportiva em tempo real, podendo proporcionar um novo impulso social assim como proporcionar novas oportunidades económicas traduzido em último grau na melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

Sem dúvida que a criação de um observatório municipal, irá representar uma oportunidade estratégica para uma abordagem mais alargada entre os diferentes intervenientes no setor do desporto, potenciando o desenvolvimento que se pretende para o concelho no âmbito desportivo.

É fundamental que se adote uma estratégia de desenvolvimento desportivo municipal com base numa pesquisa da realidade existente, no sentido de se definirem as ações de intervenção adequadas para a obtenção dos objetivos propostos.

O desporto, enquanto atividade social, económica e política geradora de cultura e educação, tem de ter a sua estratégia bem definida, sob pena das futuras opções políticas desportivas não acompanharem o quadro de desenvolvimento e de crescimento desejados na sociedade.

Nesta base de pesquisa, o presente trabalho está estruturado em sete partes fundamentais:

No Capítulo I temos o enunciado do problema, a definição dos objetivos (geral e específicos) e a importância do estudo.

No Capítulo II, é apresentada a revisão bibliográfica, onde abordamos os temas e conceitos que nos apoiam na compreensão do estudo apresentado.

No Capítulo III, é referida a metodologia que optamos para elaborar esta pesquisa.

Segue-se o Capítulo IV onde procedemos à apresentação e análise de resultados obtidos de acordo com os objetivos específicos estabelecidos.

Finalizamos com o Capítulo V, referente às conclusões da pesquisa, assim como algumas recomendações para futuros estudos.

CAPÍTULO I – COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

Neste capítulo, vamos apresentar o enunciado do problema, os objetivos e a importância do estudo.

1.1. Enunciado do Problema

As constantes alterações que a nossa sociedade vive são frequentes e rápidas, pelo que as desatualizações obrigam-nos a uma permanente atualização. A importância social do desporto é reconhecida quer na Carta Europeia do Desporto do Conselho Europeu de 1992¹, quer no tratado de Maastricht de 7 de fevereiro de 1992, quer no Conselho Europeu de Helsínquia em 1999², ou ainda no Tratado de Nice de 2000.

A dimensão do desporto é de vital importância, justificada pelos impactos económicos produzidos por alguns estudos económicos de produção europeia.

Segundo Pires (1993a), é necessário considerar o desporto como setor de progresso económico e social.

Leite (2013) citando Silva, afirma que o sistema desportivo português necessita da mobilização de todos os agentes para a criação de um plano estratégico de médio e longo prazo, com o objetivo de responder às solicitações internas e externas.

A nível local, o desporto tem vindo a conquistar primordial importância. A missão das câmaras municipais, no que ao desporto diz respeito, passam por criar, melhorar e aumentar as condições de acesso da população à prática desportiva. (Pereira, 2009)

O interesse por esta problemática decorre da constatação da importância na monitorização do setor do desporto, nas suas várias vertentes, desde a empregabilidade, às entidades privadas ou dos eventos desportivos realizados.

¹ Documento resultante da realização da 7ª conferência de ministros do desporto nos dias 14 e 15 de maio de 1992 em Rhodes

² Reunião por parte do Conselho Europeu nos 10 e 11 de Dezembro de 1999 em Helsínquia, tendo sido aprovado a Declaração do Milénio

As estratégias de políticas públicas de desenvolvimento desportivo municipal, têm de estar assentes num planeamento desportivo, cuja informação seja rigorosa com base numa pesquisa da realidade existente, no sentido de se definirem as ações de intervenção mais adequadas, acompanhando a evolução e as tendências do setor a nível local.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho passa pela apresentação de um modelo de observatório do desporto na administração local, mais concretamente no Município de Setúbal.

1.2.2. Objetivos Específicos

Definido o objetivo geral, consideramos os seguintes objetivos específicos:

- **1º Objetivo Específico** – Apresentação de uma estrutura e processos de funcionamento de um modelo de observatório municipal do desporto aplicado ao concelho de Setúbal;
- **2º Objetivo Específico** – Caracterização do impacto económico e social das atividades desportivas (931) de acordo com a Classe – CAE Rev. 3 e da produção industrial dos produtos desportivos em Portugal;
- **3º Objetivo Específico** – Caracterização do impacto económico e social da secção R – atividades desportivas, de diversão e recreativas de acordo com a Classe – CAE Rev. 3, no concelho de Setúbal;
- **4ª Objetivo Específico** – Identificação das entidades privadas que estejam relacionadas com o desporto no concelho de Setúbal.

1.3. Importância do Estudo

A elaboração deste estudo conclui a realização do XVII Mestrado em Gestão do Desporto e debruça-se sobre o desenvolvimento e implementação de um observatório municipal do desporto aplicado à administração local, mais concretamente ao concelho de Setúbal.

A existência de um observatório do desporto acrescenta benefícios para um determinado município. A possibilidade de um conhecimento atualizado sobre a evolução da sua situação desportiva, obtido através de informações relevantes, da articulação entre organizações ou da compilação de documentos técnicos, vai permitir que de uma forma mais eficiente, eficaz e

participativa, se desenvolvam e projetem as políticas desportivas locais que melhor se ajustem à sua realidade.

A pouca bibliografia sobre observatórios do desporto, revela a quase inexistência de literatura nesta área o que torna pertinente o estudo sobre esta matéria do ponto de vista académico.

A inexistência de um modelo de observatório municipal específico para o desporto, assim como a sua forma de implementação constituem igualmente um desafio na forma como pode ser estruturado organizacionalmente.

Esperamos que esta temática sirva de base para a expansão de novos conhecimentos e que seja motivo para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Finalizo, acrescentando a minha motivação pessoal no aumento de conhecimento sobre a temática escolhida, uma vez que a minha atuação profissional está centrada num ambiente municipal.

CAPÍTULO II – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, vamos abordar os conceitos que sustentam a temática escolhida. Desta forma, os conceitos abordados são: observatório, situação desportiva, associativismo, setor privado do desporto, emprego no desporto e conta satélite do desporto

2.1. Observatórios

Neste ponto, são abordados alguns temas relacionados com os observatórios. Inicialmente são apresentados alguns conceitos. Na sequência, são identificados e caracterizados alguns observatórios. Finalizamos com a sua importância na implementação ao nível municipal.

2.1.1. Conceito de Observatório

A palavra observatório tem origem no latim observatum e apresenta diferentes significados. De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora, a definição de observatório é a seguinte:

- 1) Lugar de onde se observa;
- 2) Edifício onde se fazem observações astronómicas ou meteorológicas;
- 3) Ponto elevado de onde se observa alguma coisa, mirante, miradouro.

Definição semelhante é a do Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, que define observatório, como sendo um estabelecimento científico que se destina a observações astronómicas e meteorológicas; posto, lugar de observação situado num posto elevado do terreno, ocupado com carácter permanente por pessoal especializado e munido de tecnologia específica para vigiar os movimentos, as operações do inimigo ou avaliar da sua força, das suas intenções; lugar situado num ponto elevado, de onde se pode observar qualquer coisa.

Entrando num conceito mais alargado do campo semântico, a palavra observatório está conotada a outras interpretações. A Federação das Industrias do Estado do Paraná (2014) define observatório como um “dispositivo de observação criado por organismos, para acompanhar a evolução de um fenómeno, de um domínio ou de um tema estratégico, no tempo e no espaço.

Formalmente, um observatório pode ser criado por um órgão de governo central ou local, por uma universidade, por um organismo multilateral, ou ainda, constituir-se sob a forma de uma associação.

Neste contexto, podemos definir um observatório como um local de monitorização, apoiada por uma rede de parceiros institucionais cuja facultação de informação sistemática e constante irá permitir conhecer a evolução e o desempenho de um determinado tema através da produção de documentos técnicos com base em indicadores previamente estabelecidos.

2.1.2. Objetivo dos Observatórios

Nos dias de hoje, são inúmeros os observatórios que existem. Estes encontram-se em diversas áreas da sociedade com o objetivo de monitorizar de forma sistemática o funcionamento de um setor que podem ir desde o turismo, ao racismo, passando pela política, violência, o meio ambiente entre outros temas. O seu âmbito de intervenção pode ser de nível local, regional, nacional ou internacional. Desde a década de 90, que o termo vem sendo amplamente utilizado no contexto social e político.

Albornoz e Herschmann (2006), relatam que os observatórios atuais tiveram a sua origem na época da organização dos primeiros observatórios astronómicos, durante os séculos XVIII e XIX nas cidades de Greenwich, Paris, Cape Town e Washington D.C.. A institucionalização e o amplo uso dos serviços de estatísticas, por parte dos órgãos e entidades governamentais e administrativos de âmbito nacional e internacional, também contribuíram para o desenvolvimento e evolução dos atuais observatórios. Segundo os mesmos autores, os observatórios costumam recolher, registar, acompanhar e interpretar dados, produzir indicadores estatísticos, criar metodologias para codificar, classificar e categorizar informações, estabelecer conexões entre pessoas que trabalham em áreas similares, bem como monitorar e analisar tendências.

Para o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2006), os observatórios desempenham um papel relevante nos processos de tomada de decisão e formulação de políticas nos setores público e privado por meio de abordagens baseadas em evidências e perceções do futuro, as quais devem ser provenientes:

- Dos conhecimentos explícito disponível e do conhecimento tácito de especialistas;

- Das articulações entre indivíduos e organizações bem como o estímulo à participação efetiva dos principais interessados;
- Da construção de visões de curto, médio e longo prazo em assuntos nos quais a ciência, a tecnologia e a inovação são elementos centrais;
- Dos processos de observação, monitorização, antecipação e acompanhamento do desenvolvimento científico e tecnológico em áreas do conhecimento dos setores da economia e da sociedade de forma contínua ou discreta para atender a necessidades específicas.

No seguimento desta definição, podemos afirmar que a essência dos observatórios passa pela promoção e divulgação de informação, resultado da monitorização de uma determinada área ou tema.

2.1.3. Tipologia de Observatórios

Podemos considerar que a tipologia do observatório é definida com base em dois planos. O plano da gestão, neste caso quem coordena o observatório, e no plano financeiro, caso o seu funcionamento implique financiamento externo.

Numa abordagem aos observatórios de Ciências e Tecnologia, Vega (2007) menciona quatro tipos de observatórios:

1. **Observatórios de consórcio ou estrutura comum.** Estas entidades recebem um valor financeiro por parte do Estado e uma percentagem das empresas privadas a operarem nos respetivos países. Como exemplo, temos o Observatório de Ciências e Técnicas (OST) de França e da Colômbia.
2. **Observatórios tutelados pelos ministérios da ciência e tecnologia ou ligados a disciplinas.** Estas entidades recebem financiamento total por parte do Estado. Neste contexto temos o Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES) de Portugal e o Observatório Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ONCTI) da Venezuela.
3. **Observatórios essencialmente académicos.** Estas entidades recebem igualmente financiamento por parte do Estado. São os casos do Observatório de Ciências e Tecnologia (OST) do Canadá e o Nederlands Observatorium van Wetenschap.
4. **Observatórios de redes ou estruturas de cooperação.** Estão identificadas a Rede Latino-Americano de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT) e o Observatório Europeu da

Ciência e Tecnologia (ESTO). No caso da RICYT recebe financiamento de organizações internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) e Nacional de Ciência e Tecnologia (ONCYT). No caso da ESTO, o financiamento provém da Comissão Europeia.

Semelhante é a classificação feita por Sangreman e Santos (2009), referindo-se aos sistemas de observatórios em Portugal como instrumentos de apoio à governação. Foram identificados dois tipos de observatórios:

- 1. Observatórios associados a departamentos das universidades.** O seu objetivo é a produção de conhecimento científico, através de trabalhos de pesquisa e investigação em áreas especializadas. Estão também, por vezes, associados a redes europeias e internacionais de investigação. Em termos de recursos humanos estes observatórios são compostos por investigadores agregados às universidades ou a departamentos de investigação apoiados por um secretariado.
- 2. Observatórios associados a ministérios e outras entidades governamentais,** como as câmaras municipais ou institutos públicos. Desenvolvem trabalho de monitorização e recolha de informação em que o objetivo passa pela formulação e implementação de políticas e programas de um dado setor. Estão também, por vezes, enquadrados em redes europeias de investigação num dado tema. Ao nível de recursos humanos, estes observatórios são compostos por um secretariado de apoio, investigadores permanentes e investigadores contratados.

Após uma pesquisa sobre a tipologia dos observatórios existentes em Portugal, podemos considerar um terceiro tipo de observatório:

- 3. Observatórios associados a organizações não-governamentais,** tais como associações ou instituições privadas. O seu objetivo é a promoção e divulgação de temas específicas num ambiente interdisciplinar, sendo a sua organização interna definida por estatutos.

O quadro seguinte sintetiza os observatórios referidos anteriormente.

Quadro 1. Identificação dos Tipos de Observatórios

Observatórios	Caraterísticas
<i>Observatórios de Consórcio ou Estrutura Comum</i>	Apoio financeiro por parte do Estado e uma percentagem por parte das empresas privadas a operarem nos respetivos países
<i>Observatórios Tutoreados pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia ou Ligados a Disciplinas</i>	Financiamento total por parte do Estado
<i>Observatórios Essencialmente Académicos</i>	Financiamento total por parte do Estado
<i>Observatórios de Redes ou Estruturas de Cooperação</i>	Financiamento total por parte de organizações
<i>Observatórios Associados a Departamentos das Universidades</i>	Produção de conhecimento científico em áreas especializadas
<i>Observatórios Associados a Ministérios</i>	Formulação e implementação de políticas e programas de um dado setor ou tema
<i>Observatórios Associados a Organizações Não-Governamentais</i>	Promoção e divulgação de temas específicas num ambiente interdisciplinar

No sentido de identificar os observatórios existentes em Portugal e compreender os seus modelos de funcionamento, realizámos uma pesquisa na internet. O quadro seguinte apresenta a sua denominação, data de criação, endereço eletrónico, natureza de atividade e a sua tipologia, com base nos três sistemas de observatórios em Portugal referidos anteriormente:

- 1. Observatórios associados a departamentos das universidades***
- 2. Observatórios associados a ministérios***
- 3. Observatórios associados a organizações não-governamentais***

Quadro 2. Identificação dos Observatórios Existentes em Portugal - Junho 2015

N.º	Designação	Fundação	Endereço Eletrónico	Natureza da Atividade	Tipologia
1	Observatório Ambiental de Teledeteção e Comunicações Aeroespaciais	2002	http://www.amrad.pt/projetos/observatorio-ambiental-2	<i>Espaço interdisciplinar de museologia e ciência viva, dedicado a atividades ligadas com a rádio e a teledeteção remota, as comunicações aeroespaciais, a radioastronomia e astrofísica</i>	3
2	Observatório Atividades Culturais	1996	http://www.ics.ul.pt/instituto/?ln=p&mm=3&ctmid=1&mnid=2&oc=31818410954&idpro=11	<i>Produção e difusão de conhecimentos no domínio das atividades culturais e estudos de levantamento de instituições culturais como bibliotecas ou museus</i>	3
3	Observatório do Ambiente	N.Ref.	http://www.observatoriodoambiente.pt/observatoriodoambiente/home.aspx	<i>O principal objetivo é disponibilizar informação atualizada sobre o setor do ambiente a nível nacional através de caracterizações setoriais (águas, resíduos e energias renováveis)</i>	3
4	Observatório da Biologia e Sociedade	2003	http://www.ordembilogos.pt/Observatorio.html	<i>Desenvolvimentos da biologia, da atividade profissional dos biólogos em Portugal e das relações com a sociedade portuguesa</i>	2
5	Observatório da Cidadania e Intervenção Social	N.Ref.	http://www.uc.pt/fpce/ocis	<i>Estrutura e recurso pedagógico, multidisciplinar e inter-universitária, de ativação da cidadania e de investigação nos domínios da intervenção social e das políticas e problemáticas sociais</i>	1
6	Observatório da Ciência, Tecnologia e das Qualificações	N.Ref.	http://www.dgeec.mec.pt/np4/119	<i>Tem por objetivo o estudo da capacidade científica e tecnológica nacional, com particularidade para os recursos humanos qualificados, a sua inserção institucional e condições de fixação em Portugal</i>	2
7	Observatório do Comércio Externo	N.Ref.	http://www.iscet.pt/pages/observatorio-do-comercio-externo	<i>Recolha de dados e análise da evolução e tendências do comércio externo português e os seus principais intervenientes</i>	1
8	Observatório da Comunicação Interna e Identidade Corporativa	2010	http://observatoriocomunicacao-interna.pt	<i>Instrumento gerador de transmissão de valores, identidade corporativa, cultura e gestão de marca interna</i>	1
9	Observatório das Crises e Alternativas	2012	http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt	<i>Acompanhamento do desenvolvimento da(s) crise(s) nas suas várias dimensões e manifestações em Portugal.</i>	1
10	Observatório Ciberjornalismo	2008	https://obciber.wordpress.com	<i>Objetivo de observar e analisar, regularmente, a evolução do Ciberjornalismo em Portugal e no mundo.</i>	1
11	Observatório da Comunicação (OberCom)	N.Ref.	http://www.obercom.pt/content/home	<i>A sua missão é a de oferecer aos seus associados, não apenas ajuda no desenvolvimento dos seus produtos e objetivos, mas também novas formas de compreender mercados e audiências.</i>	3
12	Observatório das Dinâmicas Regionais	2008	http://www.ccdr-n.pt/regiao-norte/observatorio	<i>Análise da evolução económica, social e territorial da Região do Norte e do impacto regional das políticas públicas financiadas pelo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), pelo Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e pelo Fundo Europeu das Pescas (FEP)</i>	2

13	Observatório das Dinâmicas Regionais	2007	http://www.ccdr-alg.pt/site/info/observatorio-das-dinamicas-regionais	<i>Fomentar a reflexão e a interação institucional e regional sobre os processos e as dinâmicas regionais de desenvolvimento económico, social e territorial</i>	2
14	Observatório Desigualdades	2008	http://observatorio-das-desigualdades.com	<i>O observatório foca as suas atividades no tema das desigualdades sociais.</i>	1
15	Observatório Desenvolvimento Económico e Social da AML	N/Ref.	http://www.aml.pt/actividades-metropolitanas/por-lisboa-qren/observat-rio-de-desenvolvimento-econ-mico-e-social-da-aml-odes	<i>Estrutura de recolha, compilação, tratamento, produção e difusão de informação e conhecimento, no domínio do desenvolvimento económico e social da área metropolitana de Lisboa</i>	2
16	Observatório para Desenvolvimento Estratégico da Região de Leiria	N/Ref.	http://observatorio.nerlei.pt/	<i>Monitorizar o estado e evolução de vários indicadores de natureza económica e social, determinantes para o desenvolvimento da região de Leiria</i>	2
17	Observatório da Emigração	2008	http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/home.html	<i>Produção de informação sobre a evolução e as características da emigração e das comunidades portuguesas</i>	2
18	Observatório Emprego e Formação Profissional	N/Ref.	http://oe.uma.pt/	<i>Análise e o aconselhamento sobre os problemas de emprego e de formação dos diplomados da Universidade da Madeira</i>	1
19	Observatório Economia e Gestão de Fraude	2008	http://www.gestaodefraude.eu/wordpress	<i>Promoção da investigação interdisciplinar sobre a economia não registada e a fraude em Portugal</i>	1
20	Observatório do Emprego e Formação Profissional dos Açores	1998	http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/vp-dreqp-oefp	<i>Tem por objetivo o tratamento de estatísticas sociais bem como a elaboração de estudos no âmbito do trabalho, emprego e formação profissional nos Açores</i>	2
21	Observatório do Endividamento e dos Consumidores	2001	http://oec.ces.uc.pt/apresentacao/apresentacao.html	<i>Recolha e análise da informação económica e sociojurídica no domínio do crédito aos consumidores, realização de estudos técnicos que permitam caracterizar e conhecer as principais tendências do endividamento e sobre-endividamento das famílias</i>	1
22	Observatório das Famílias e das suas Políticas	2010	http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/	<i>Tem por objetivo aprofundar e divulgar o conhecimento sobre as famílias e as políticas de família ds sociedade portuguesa</i>	1
23	Observatório das Famílias e das Políticas da Família	2010	http://www.observatoriofamilias.ics.il.pt	<i>Objetivo de aprofundar e divulgar conhecimento sobre as famílias e as políticas de família na sociedade portuguesa</i>	1
24	Observatório da Habitação e Reabilitação Urbana	2008	http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ihru/apresentacao/OHRU.html	<i>Monitorização da intervenção pública no setor da habitação e da reabilitação urbana que seja a promovida pelo IHRU, I. P. ou por outros parceiros e avaliar os seus impactos sociais e territoriais</i>	2
25	Observatório da Inserção Profissional dos	N/Ref.	http://www.unl.pt/pt/universidade/OBIPNOVA/pid=292/ppid=78	<i>Acompanhamento da inserção dos diplomados na Universidade Nova no mercado de trabalho</i>	1

	Diplomados da UN de Lisboa				
26	Observatório da Língua Portuguesa	2008	http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt	<i>Objetivo de dar a conhecer, divulgar e projetar o estatuto da língua portuguesa pelo mundo</i>	3
27	Observatório da Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa	2006	http://observatorio-lisboa.eapn.pt/	<i>O seu principal é contribuir para o conhecimento da realidade social e económica da cidade de Lisboa</i>	2
28	Observatório das Migrações	2002	http://www.oi.acidi.gov.pt	<i>Tem por função o estudo científico e o acompanhamento estratégico das migrações</i>	2
29	Observatório da Melhoria e Eficácia da Escola	N/Ref.	http://observatorio.por.ulusiada.pt	<i>Promoção, desenvolvimento, implementação e avaliação de processos eficazes de melhoria da escola</i>	3
30	Observatório Municipal de Segurança Rodoviária de Oeiras	N/Ref.	http://www.cmoeiras.pt/noticias%5CPaginas/AprovadaacriacaoObservatorioMunicipaldeSegurancaRodoviariadeOeiras.aspx	<i>Tem por missão o enquadramento orgânico da atuação do município em termos de trânsito, mobilidade e segurança rodoviária</i>	2
31	Observatório Medicamento e Produtos de Saúde (OMPS)	N/Ref.	http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/MONITORIZACAO_DO_MERCADO/OBSERVATORIO	<i>Tem como principal atividade a avaliação permanente e contínua das condições de acessibilidade dos medicamentos, tanto em termos qualitativos, como quantitativos</i>	2
32	Observatório Mercados Agrícolas e Importações Agroalimentares	N/Ref.	http://www.observatorioagricola.pt	<i>Recolher, tratar e produzir informação referente ao controlo de qualidade e das normas higieno-sanitárias das importações agroalimentares</i>	2
33	Observatório de Medicina Integrada	N/Ref.	http://www.omi.pt	<i>Desenvolvimento de projetos de investigação e inovação, em parceria com instituições de ensino superior, e ainda realizar, diretamente ou indiretamente, ações e cursos de formação profissional</i>	1
34	Observatório Nacional de Violência e Género	2008	http://onvg.fcsh.unl.pt/	<i>O seu principal objetivo é recolher, tratar e analisar dados quantitativos e qualitativos, relevantes direta e indiretamente para a compreensão das diferentes formas de violência</i>	1
35	Observatório Nacional de Desertificação	1999	http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/unccd-PT/ond	<i>Acompanhamento e avaliação das medidas e dos instrumentos de política que integrem o objetivo do combate à desertificação e a monitorização do impacto das ações sobre o ambiente, os recursos naturais e o território</i>	2
36	Observatório Nacional de Artroplastias	2010	http://www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/a+saude+em+portugal/noticias/arquivo/2010/10/observatorio+artroplastias.htm?wbc_purpose=basic	<i>Missão de monitorizar a prática cirúrgica da artroplastia no sistema de saúde português</i>	2
37	Observatório Nacional de RH	2002	http://www.onrh.org/	<i>Intervenção ao nível laboral com o objetivo de desenvolver um sistema de avaliação e compreensão dos fatores conducentes à satisfação, lealdade e envolvimento dos colaboradores</i>	3

38	Observatório Nacional da Saúde	N/Ref.	http://www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/a+saude+em+portugal/investigacao+e+desenvolvimento/observa.htm	<i>Centro de investigação aplicada do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSARJ), que avalia e monitoriza o estado de saúde da população</i>	2
39	Observatório Nacional dos Diabetes	2006	http://www.spd.pt/index.php/observatorio-mainmenu-330	<i>Centro que avalia e monitoriza o estado de saúde da população nomeadamente ao nível dos diabetes</i>	2
40	Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo	2007	http://www.dgterritorio.pt/a_dgt/outras_estruturas/observatorio_ot/u	<i>Responsável pela recolha e tratamento de informação de carácter estratégico, técnico e científico relevante para a avaliação da política de ordenamento do território e do urbanismo e do sistema de gestão territorial</i>	2
41	Observatório das Obras Públicas	2008	http://www.base.gov.pt/Oop/pt/Homepage	<i>Análise e avaliação da contratação pública, no domínio das obras públicas, com o objetivo de promover a transparência e as políticas mais eficientes para o setor</i>	2
42	Observatório Política Locais de Educação	N/Ref.	http://www.observatoriople.gov.pt/np4/home.html	<i>Promoção de reflexão teórica sobre as questões da descentralização de competências para as autarquias e o aprofundamento de conhecimento sobre as políticas educativas locais</i>	2
43	Observatório das Prisões	N/Ref.	http://iscte.pt/~apad/ACED/ficheiros/observatorio.html	<i>Promoção e análise de informação no domínio das prisões em Portugal</i>	1
44	Observatório Permanente da Justiça Portuguesa	1996	http://opj.ces.uc.pt/site	<i>Acompanhamento e análise do desempenho dos tribunais e de outras instituições e atividades com elas relacionadas</i>	1
45	Observatório Participação da Inovação e dos Poderes Locais	2013	http://peoples.ces.uc.pt/pages/pt/home.php	<i>Abordagem sobre temas relacionados com a participação dos habitantes e na construção das políticas públicas e dos projetos para o território</i>	1
46	Observatório das Políticas de Educação e Formação	N/Ref.	http://www.op-edu.eu	<i>Vocacionado para a realização de atividades de investigação científica no domínio das políticas educativas.</i>	1
47	Observatório do Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve	2007	http://www.prot.cedr-alg.pt	<i>Tem como funções de acompanhamento, monitorização e avaliação do plano regional de ordenamento do território para o Algarve (PROT Algarve)</i>	2
48	Observatório Permanente da Justiça Portuguesa	1996	http://opj.ces.uc.pt/site	<i>Objetivos principais de analisar e dar a conhecer o sistema judicial nas suas várias vertentes funcionais</i>	1
49	Observatório Permanente da Juventude	1989	http://www.opj.ics.ul.pt	<i>Objetivo de difundir o conhecimento científico sobre a diversidade de realidades juvenis em Portugal e no mundo</i>	1
50	Observatório Permanente Violência e Crime	N/Ref.	http://opvcufp.com	<i>Objetivo de compreender a complexidade psicossocial, cultural e económica da violência e do crime</i>	1

51	Observatório Permanente Da Administração Pública	<i>N/Ref.</i>	http://www.icjp.pt/cidp/investigacao/3903/projectos/4491	<i>Monitorização acerca da organização, funcionamento e reforma da administração pública portuguesa</i>	1
52	Observatório Português de Boas Práticas Laborais	<i>N/Ref.</i>	http://opbpl.cies.iscte-iul.pt	<i>Estrutura de análise às relações laborais em Portugal, na União Europeia, e no espaço da lusofonia e das sociedades democráticas</i>	1
53	Observatório Português dos Sistemas de Saúde	<i>N/Ref.</i>	http://www.uc.pt/org/ceisuc/Investigacao/Proj_curso/OPSS	<i>Pretende através de uma análise precisa, periódica e independente promover informação sobre a evolução do sistema de saúde português e dos fatores que a determinam</i>	1
54	Observatório da Qualidade do Ar	<i>N/Ref.</i>	http://web2.cm-matosinhos.pt/sgam/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=204	<i>Tem por objetivo analisar a qualidade do ar e os riscos ambientais associados à poluição atmosférica, no concelho de Matosinhos</i>	2
55	Observatório Do QREN	2008	http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=18&id_page=90	<i>Estrutura com a missão de assegurar o exercício das atividades técnicas de coordenação e monitorização estratégica do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)</i>	2
56	Observatório das Regiões em Reestruturação	1990	http://dinamiacet.iscte-iul.pt/projecto/observa-observatorio-das-regioes-em-reestruturacao-a-localizacao-dos-setores-em-reestruturacao-no-territorio-portugues	<i>Funções de prever, detetar e monitorizar os processos de reestruturação produtiva e suas repercussões no emprego regional para apoio do IIEFP e Ministério do Emprego e Segurança Social</i>	1
57	Observatório do Risco (OSIRIS)	2008	http://www.ces.uc.pt/osiris/pages/pt/inicio.php	<i>Identificação dos contextos sociais e económicos em que se estabelecem os domínios de admissibilidade ao risco</i>	1
58	Observatório da Religião no Espaço Público (POLICREDOS)	2008	http://www.ces.uc.pt/policredos/pages/pt/sobre-o-policredos.php	<i>Tem como objetivo principal a investigação da problemática da (re)emergência da religião na Europa à luz de perspetivas interdisciplinares</i>	1
59	Observatório dos Recursos Educativos (ORE)	<i>N/Ref.</i>	http://www.ore.org.pt/observatorio/home.aspx	<i>Entidade que tem como objetivos de promover estudos relativos aos recursos educativos utilizados em Portugal e no estrangeiro</i>	2
60	Observatório Regional de Apoio ao Sistema SIM-CIDADÃO	2005	http://www.arslvt.min-saude.pt/pages/236	<i>Instância de coordenação a nível regional da atividade dos gabinetes do cidadão de todos os serviços e estabelecimentos de saúde da área de influência da ARSLVT</i>	2
61	Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo	<i>N/Ref.</i>	http://www.cedr-lvt.pt/pt/observatorio-regional-de-lisboa-e-vale-do-tejo---informacao-fiavel-em-tempo-util/1821.htm	<i>Procura monitorizar e analisar permanentemente as dinâmicas da Região, ao nível social, económico, ambiental e territorial</i>	2
62	Observatório Regional de Saúde	<i>N/Ref.</i>	http://www.arslvt.min-saude.pt/pages/197	<i>Tem como designio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, assim como o controlo e a redução de riscos para a saúde, promovendo a integração do conhecimento e a inovação e contribuindo para o desenvolvimento económico e social do país</i>	2
63	Observatório das Secas	<i>N/Ref.</i>	https://www.ipma.pt/pt/oclima/observatorio.secas	<i>Monitorizar o clima de Portugal Continental e em particular as situações de seca que ocorrem no território, obtidos na rede de estações do IPMA.</i>	2
64	Observatório da Segurança Criminalidade	2004	http://oscot.pt	<i>Os objetivos centram-se na sensibilização racional, responsável e consciente do público relativamente aos temas da segurança em geral</i>	3

	Organizada e Terrorismo				
65	Observatório da Segurança Humana	<i>N/Ref.</i>	http://www.iscsp.ulisboa.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=161&Itemid=249	<i>Intervenção na área da segurança global e suas agendas diferentes, com foco na produção de práticas sociais e discursivos quadros responsáveis pela segurança humana e insegurança</i>	1
66	Observatório do Sistema Educativo da Região Autónoma da Madeira (OSERAM)	2012	http://www.madeiraedu.pt/osecram/tabid/1619/Default.aspx	<i>Tem por missão, garantir o apoio técnico à formulação, acompanhamento e avaliação de políticas e programas os vários domínios de competência da SER e desenvolve as suas atribuições em articulação com os demais serviços da região</i>	2
67	Observatório Social Local	<i>N/Ref.</i>	http://www.cm-vouzela.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=222&Itemid=441	<i>Atividade de aprofundar o conhecimento sobre a realidade social, para se possa definir, executar e avaliar políticas eficazes</i>	2
68	Observatório Trajetos Estudantes do Ensino Secundário	<i>N/Ref.</i>	http://www.dgeec.mec.pt/np4/47	<i>Acompanhamento do percurso escolar dos estudantes no ensino secundário</i>	2
69	Observatório do Turismo Universidade da Madeira	<i>N/Ref.</i>	http://ot.uma.pt	<i>Tem como interesse monitorizar a atividade turística na Região Autónoma da Madeira, abordar de várias formas os números relativos a essa atividade e procurar informação subjacente relevante</i>	1
70	Observatório do Turismo dos Açores	2006	http://www.observatorioturismoacores.com/index.php	<i>Tem por missão promover a análise, divulgação e acompanhamento da evolução a atividade turística nos Açores</i>	3
71	Observatório de Turismo do Alentejo - ERT	<i>N/Ref.</i>	http://www.observatorioturismoalentejo.pt/	<i>Concebido para acompanhar a atividade turística na região</i>	2

2.1.4. Modelos de Funcionamento de Observatórios Portugueses

No seguimento da pesquisa apresentada anteriormente, identificamos um total de 71 observatórios nacionais. Temos a consciência, que podem existir mais observatórios dos que constam neste quadro, contudo apenas considerámos os observatórios onde foi detetada atividade recente e informação atualizada.

No seguimento deste levantamento, quisemos compreender o seu modelo de funcionamento. Neste sentido tentamos perceber se há envolvimento de entidades institucionais privadas ou públicas no observatório, quais os procedimentos na recolha e monitorização das informações, que serviços proporcionam entre outros procedimentos.

Neste sentido vamos apresentar 3 observatórios nacionais, com diferentes tipos de intervenção. O primeiro, com intervenção a nível nacional e internacional, como é o caso do Observatório da Língua Portuguesa. O segundo com intervenção exclusivamente nacional, como o Observatório das Desigualdades e o terceiro e último, com intervenção a nível municipal, o Observatório do Turismo da Câmara Municipal de Aveiro.

2.1.4.1. Observatório da Língua Portuguesa (OLP)

Constituído em Junho de 2008 e com sede em Lisboa, o OLP é uma ONGD-organização não-governamental para o desenvolvimento sem fins lucrativos, cujo objetivo principal passa pelo conhecimento, divulgação e projeção da língua portuguesa pelo mundo. Possui o estatuto de observador consultivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e coordena a respetiva comissão temática de promoção e difusão da língua portuguesa. Para além da promoção da língua portuguesa pelo mundo, o OLP tem como objetivos fundamentais, estabelecer redes de parcerias, criar sinergias que concorram para o seu reconhecimento como língua estratégica de comunicação internacional e contribuir para processos de decisão que, no âmbito da CPLP ou de cada um dos seus estados membros, devam ser ponderados em prol da afirmação e difusão da língua portuguesa.

Ao nível das parcerias, onde assumem prioridade particular as relações com o secretariado executivo da CPLP, participam a Associação das Universidades de Língua Portuguesa, o Instituto Nacional de Estatística, a Associação Internacional de Lusitanistas e o Instituto Internacional de Macau entre muitas outras. Com o propósito

de ampliar a expressão internacional do observatório, determinaram entre outras iniciativas, a celebração de um protocolo já acordado com a Université de Sorbonne Nouvelle, o prosseguimento de contactos encetados com Universidades, Associações de Escritores de Angola e Moçambique, encontros na UNESCO e com responsáveis da Francofonia.

Em termos de estrutura organizacional, os seus órgãos sociais são constituídos pela assembleia geral, o conselho de administração, o conselho fiscal e por fim, o conselho consultivo. Estes, funcionam de acordo com o disposto nos estatutos, sendo as atividades executivas asseguradas, fundamentalmente, pela maioria dos membros do conselho de administração.

Para o quadriénio 2014-2017 o OLP, estabeleceu os seguintes objetivos prioritários:

- Aprofundamento da função de observatório da realidade da língua portuguesa no mundo, conferindo especial realce ao tratamento e interpretação de dados estatísticos recolhidos e apresentados no sítio;
- Aumento da visibilidade pública da atividade do observatório tanto em Portugal como nos países da CPLP e suas diásporas;
- Intensificação das redes de parcerias e de cooperação, designadamente através da realização de projetos e ações com universidades, autarquias e instituições análogas, em particular nos países e locais onde estejam sediadas delegações do observatório, bem como utilizar o apoio de projetos internacionais;
- Aprofundamento da ação a desenvolver no quadro da comissão temática de promoção e difusão da língua portuguesa da CPLP;
- Reforço da ação desenvolvida pelas delegações de Macau e Mindelo e criação de delegações em Angola, Brasil, Moçambique e São Tomé e Príncipe;
- Alargamento do universo de associados e da sua participação na atividade do OLP;
- Sustentabilidade financeira que possibilite a expansão das instalações e a contratação de colaboração técnica e administrativa.

2.1.4.1. Observatório das Desigualdades

Tendo sido apoiada em 2008, na sua fase de instalação, pela Presidência do Conselho de Ministros, pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e pelo Ministério da Educação, o Observatório das Desigualdades atualmente, é uma estrutura independente constituída e suportada no quadro do Centro de Investigação e

Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), que é a instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica, tendo por instituições parceiras o Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP) e o Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (CES-UA).

Apoiadas por um conjunto alargado de investigadores que colaboram em regime de voluntariado com a sua equipa permanente, o observatório centra as suas atividades em torno das desigualdades sociais, tendo como indicadores, o emprego, os rendimentos, as questões escolares, as qualificações e competências, conjugando os géneros, as questões étnico-raciais, as etárias, de saúde, entre outras.

Promovendo conhecimento científico nesta matéria que é disponibilizado através de informação pública rigorosa e atualizada, este observatório recorre frequentemente à comparação internacional de indicadores estatísticos e a um conjunto alargado de estudos e pesquisas, que se encontram em permanente atualização.

De salientar que este observatório é membro fundador da rede europeia Inequality Watch, na qual participam observatórios análogos e outras instituições de diversos países, constitui-se deste modo, como um instrumento de investigação e divulgação científica numa perspetiva de cidadania e de contribuição para a fundamentação e avaliação das políticas públicas.

2.1.4.2. Observatório Municipal do Turismo da Câmara Municipal de Aveiro

O Observatório Municipal de Turismo foi aprovado em reunião de Câmara no dia 15 de Julho de 2010, com o objetivo de analisar o setor turístico no concelho de Aveiro. O serviço de turismo do município é a entidade técnica responsável pelo observatório.

A criação deste observatório pretende de modo sustentável e enquadrado, proporcionar um espaço onde os empresários, os investidores, os operadores e agências que trabalham no destino de Aveiro e outros parceiros, possam aceder a um conjunto de informações mais completas e adequadas à realidade do concelho.

Destacamos a apresentação e disponibilização ao público de diversos estudos e dossiers sectoriais tais como o perfil do visitante, taxas de ocupação ou dados financeiros de vários âmbitos.

A análise dos observatórios referidos anteriormente, permitiu-nos identificar alguns pontos em comum. A sua intervenção é realizada numa área específica. São constituídos por órgãos de gestão apoiados por uma rede de parceiros com interesse na área de intervenção e a sua monitorização resulta na produção de informação sobre a forma de relatórios ou documentos técnicos.

2.1.5. Observatórios Europeus do Desporto

De seguida vamos apresentar 3 observatórios do desporto de âmbito europeu.

Os observatórios são os seguintes:

- European Observatoire of Sport and Employment (EOSE);
- Swiss Observatory for Sport and Physical Activity;
- CIES Football Observatory

2.1.5.1. European Observatoire of Sport and Employment (EOSE)

A EOSE é uma organização internacional criada em 1994 em França, mais concretamente em Lyon, com objetivos de aprimorar conhecimentos sobre o desenvolvimento global, emprego e formação nos sectores do desporto e atividades relacionadas com o desporto. Iniciou-se como um grupo informal registando-se oficialmente em 2002 como uma associação sem fins lucrativos.

A EOSE, atua a nível europeu e internacional, com a pretensão de constituir-se como fonte relevante de conhecimentos e parceiro estratégico no apoio ao desenvolvimento do desporto e do lazer ativo, relacionando o emprego, padrões de desenvolvimento, competências, qualificações, educação e formação profissional.

O seu objetivo principal é identificar as necessidades do mercado de trabalho em termos de qualificações ou formação, no sentido de aumentar a sua intervenção e contribuição junto dos responsáveis pelas políticas desportivas ou da indústria do desporto. Para tal, conta com o apoio de um conjunto de parceiros sociais, de institutos de pesquisa e associados do ensino e formação.

Como atividades lideradas pela EOSE, destacamos os projetos encomendado pela Comissão Europeia do Desporto em 2004, o VOCASPORT³ e mais recentemente o projeto LLL-Sport⁴.

Em termos de estrutura organizativa, este observatório é composto por um conselho executivo, uma equipa operacional que garante o funcionamento do observatório no desenvolvimento de projetos, gestão de eventos, comunicação com os membros entre outras iniciativas, através de contactos com os seus parceiros, membros e stakeholders, uma rede de associados composta por especialistas em matérias específicas de interesse ao observatório, e por membros honorários.

O European Association of Sport Employers (EASE)

A EASE é uma organização europeia não-governamental sem fins lucrativos com sede em França, tendo sido fundada em janeiro de 2003 por quatro organizações da Inglaterra, França, Suécia e Países Baixos, no sentido de dar resposta às necessidades de regulamentação social, em termos do emprego, a nível europeu do sector do desporto e do lazer.

Criada pelo EOSE, o seu principal objetivo é desenvolver a cooperação e o desenvolvimento das relações laborais no sector do desporto pelo diálogo social. Entenda-se por dialogo social a consulta ou simplesmente troca de informações entre representantes de governos, empregadores e trabalhadores, sobre questões de interesse comum relacionadas com o crescimento económico e a coesão social.

Os principais segmentos de ação desta associação são:

- Desporto associativo
- Desporto profissional
- Lazer ativo

³ VOCASPORT - Vocational Education and Training related to Sports in Europe. Era um projeto com foco na relação entre a formação profissional e o emprego NA Europa relacionado com o desporto.

⁴ LLLSport – Actions towards the Lifelong Learning Strategy for Sport. O objetivo foi de reunir parceiros para criar estruturas que possam garantir uma força de trabalho adequada e qualificada no sentido de enfrentar novos desafios no sector, incluindo a saúde, a educação, a inclusão social e o desenvolvimento económico.

2.1.5.2. The Swiss Observatory for Sport and Physical Activity

O Swiss Observatory for Sport and Physical Activity encontra-se em funcionamento desde 2004, sendo financiado e coordenado pelo Federal Office for Sport (FOSPO).

As principais tarefas deste observatório são reunir, analisar e publicar dados sobre o estado e o desenvolvimento do desporto e atividade física na Suíça, no sentido de criar uma base sólida para a avaliação do desporto e adoção de políticas desportivas. Para a compilação desta informação sobre o desporto suíço e as suas políticas desportivas, cooperam para o observatório um grupo consultivo constituído por um grupo de organizações parceiras:

- Swiss Federal Statistical Office
- Swiss Council for Accident Prevention
- Swiss Accident Insurance Fund
- Swiss Olympic Association

O observatório compreende 45 indicadores e grupos temáticos. Realiza os seus próprios estudos de pesquisa com base em pesquisas originais ou análises secundárias de dados existentes, cobrindo uma ampla gama de tópicos relacionados com o desporto suíço, informando periodicamente o Governo Federal Suíço nos seguintes seis domínios.

Área 1: Promotion of Sport and Physical Activity

Os seguintes 8 indicadores relatam sobre diferentes aspetos da "promoção do desporto e da atividade física":

- 1.1** – Atividade física na população adulta
- 1.2** – Atividade física de crianças e adolescentes
- 1.3** – Atividade desportiva na população adulta
- 1.4** – Atividade desportiva das crianças e adolescentes
- 1.5** – Programa "Juventude e Desporto"
- 1.6** – Oportunidades de atividade física para crianças e adolescentes
- 1.7** – Aptidão física de jovens adultos
- 1.8** – Oportunidades de atividade física para adultos

Área 2: Education and Research

Os seguintes 8 indicadores deste domínio são:

- 2.1** – Desporto Escolar

- 2.2 – Programas de educação para professores de desporto
- 2.3 – Estudos e estudantes de desporto
- 2.4 – Programas de formação de desporto para treinadores e gestores
- 2.5 – Programas de formação para treinadores do programa de "Juventude e desporto"
- 2.6 – Programas de formação de desporto para treinadores de cidadãos adultos
- 2.7 – Qualidade do desporto
- 2.8 – Pesquisa e avaliação

Área 3: Top Level Sports

Existem 6 indicadores neste domínio:

- 3.1 – Sucesso dos atletas suíços no desporto internacional
- 3.2 – Promoção e seleção de talentos
- 3.3 – Oportunidades educacionais para atletas talentosos
- 3.4 – Promoção de desporto de elite
- 3.5 – Eventos desportivos
- 3.6 – Desporto e os média

Área 4: Fair and Safe Sports

Existem 9 indicadores nesta área, referindo-se a várias dimensões da segurança e fairplay:

- 4.1 – Nível e desenvolvimento do desporto ao nível dos acidentes e lesões
- 4.2 – Custo associados aos acidentes e lesões
- 4.3 – Prevenção de acidentes no desporto
- 4.4 – Violência e fairplay no desporto
- 4.5 – Antidopagem
- 4.6 – Prevenção de abuso de substâncias
- 4.7 – Desporto e integração social
- 4.8 – Impacto ambiental do desporto
- 4.9 – Perceção pública do desporto

Área 5: Swiss Sport System

Os 11 indicadores neste domínio, referem-se aos principais atores e organizações do desporto suíço e ao impacto económico produzido pelo desporto.

- 5.1 – Escritório federal do desporto
- 5.2 – Atores públicos e organizações a nível regional (cantões)

- 5.3** – Atores públicos e organizações a nível local
- 5.4** – Associações e clubes desportivos
- 5.5** – Organizações internacionais do desporto na Suíça
- 5.6** – Prestadores privados de oportunidades no desporto
- 5.7** – Economia do desporto
- 5.8** – Desporto e ocupação
- 5.9** – Voluntariado no desporto
- 5.10** – Instalações desportivas
- 5.11** – Espaços e áreas para atividade física

Área 6: "Radar" and Special Indicators

Esta área contém um conjunto de indicadores referindo-se ao contexto geral em que se desenrola o desporto.

- 6.1** - Radar I: Mudança demográfica
- 6.2** - Radar II: Contexto político e económico
- 6.3** - Radar III: Evolução internacional

2.1.5.3. CIES Football Observatory

O CIES Football Observatory, foi fundado em 2005 por Raffaele Poli e Loïc Ravenel, que desempenham funções na área da investigação no âmbito do centro internacional para estudos do desporto (CIES), uma fundação privada, com filiação à Universidade de Neuchâtel, na Suíça.

Atualmente, é composto por uma equipa de quatro pesquisadores permanentes e especializados na análise estatística do futebol.

A sua monitorização tem por base a análise de 5 campeonatos designados por BIG-5. Estão incluídos nesta plataforma a Premier League de Inglaterra, a Liga espanhola, a Ligue 1 de França, a Bundesliga da Alemanha e a Série A de Itália.

Com base na BIG – 5, semanalmente são divulgados rankings sobre os melhores clubes e jogadores destes campeonatos e mensalmente é apresentado um relatório mais exaustivo.

Um outro documento produzido é o Atlas Digital. Este tem por função compreender as últimas tendências e estado atual do mercado de trabalho dos jogadores de futebol de 31 ligas da primeira divisão das federações de futebol associadas à UEFA.

Além destes estudos, este observatório apresenta uma ferramenta muito interessante que nos ajuda on-line a avaliar o valor de transferência dos jogadores que atuam nos campeonatos da BIG-5.

Este observatório, conta com uma rede de 3 parceiros institucionais no apoio à sua monitorização.

A empresa Opta, líder na recolha e análise de dados estatísticos sobre equipas de futebol e jogadores. A sua colaboração consiste em desenvolver indicadores objetivos de performances de jogadores nas melhores ligas de futebol. Parte da análise é publicada na revisão anual.

A outra instituição é a empresa de computação Besançon Informatique I@D. Esta empresa fornece experiência na criação e desenvolvimento de modelos de dados para cálculos automatizados baseados na web e para publicação on-line de indicadores estatísticos.

A terceira e última empresa é o site britânico Sporting Intelligence, especialistas em negócios e finanças do desporto, nomeadamente a nível do futebol europeu.

Este observatório colabora regularmente com várias instituições de prestígio tais como a FIFA, a UEFA, a Associação de Clubes Europeus (ECA), a Associação das Ligas Europeias de Futebol Profissional (EPFL), a Liga Suíça de Futebol (SFL), assim como grandes clubes europeus de diversos países.

O quadro seguinte sintetiza os observatórios referidos e analisados anteriormente.

Quadro 3. Sistematização e Caracterização dos Observatórios

Observatórios	Caraterísticas
Observatório da Língua Portuguesa (OLP)	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento e divulgação da Língua Portuguesa pelo mundo; - Estatuto de Observador Consultivo da CPLP; - Estrutura organizacionais constituídos por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo;
Observatório das Desigualdades	<ul style="list-style-type: none"> - Indicadores como, o emprego, os rendimentos, as questões escolares, as qualificações e competências; - Membro fundador da rede europeia <i>Inequality Watch</i>;
Observatório Municipal do Turismo de Aveiro	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorização do turismo em Aveiro;
European Observatoire of Sport and Employment (EOSE)	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação a nível europeu e internacional; - Intervenção ao nível do emprego, padrões de desenvolvimento, competências, qualificações, educação e formação profissional;
O European Association of Sport Employers (EASE)	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentação social, em termos de emprego, a nível europeu;
The Swiss Observatory for Sport and Physical Activity	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do desporto e da atividade física na Suíça;
CIES Football Observatory	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorização de 5 campeonatos de futebol designados por BIG-5 (Espanha, França, Itália, Alemanha, Inglaterra);

2.1.6. Observatórios Nacionais do Desporto

No seguimento da identificação e respetiva caraterização dos 3 observatórios europeus do desporto, procurámos identificar observatórios do desporto a nível nacional. A nossa pesquisa levou-nos a encontrar alguns observatórios e constatamos que o seu funcionamento tem intervenções muito distintas e específicas conforme passamos a apresentar.

➤ **Observatório da Atividade Física e Desportiva do Instituto do Desporto de Portugal, I.P.**

Foi assumido pelo XVII Governo Constitucional, que uma das prioridades do Governo para a área do desporto seria a promoção e a generalização da atividade física enquanto instrumento essencial de combate a um dos fatores de risco mais prevalente em todo o mundo – o sedentarismo. Segundo orientações da UE para a atividade física, uma das iniciativas previstas no plano de ação de Pierre Coubertin no âmbito do Livro Branco do Desporto, aprovadas pelos 27 países da UE em Novembro de 2008, é a realização de uma monitorização e avaliação das diferentes políticas nesta matéria. Neste contexto o observatório da atividade física e desportiva do I.D.P., I.P. disponibiliza através da publicação do Livro Verde da Atividade Física os primeiros resultados sobre os níveis de atividade física da população. Este documento incluiu nomeadamente o enquadramento, a metodologia e a descrição dos resultados da avaliação da atividade física de crianças e adolescentes (10-17 anos), adultos (18-64 anos) e pessoas idosas (≥ 65 anos), utilizando dados objetivos, obtidos por

acelerométrica numa amostra representativa da população portuguesa (6.299 participantes em Portugal Continental). De 2011 aos dias de hoje não se conhecem outras publicações ou atividades.

➤ ***Observatório do Desporto da Universidade de Coimbra***

Os objetivos do observatório do desporto da universidade de Coimbra, passam por controlar e monitorizar os atos e as atividades exigidas pelo estatuto do estudante-atleta da própria universidade⁵, sem mais qualquer intervenção.

➤ ***Observatório Municipal do Desporto de Guimarães***

Na administração local, temos o observatório municipal do desporto de Guimarães, da empresa municipal/cooperativa de desporto “Tempo Livre”.

Este observatório do desporto, tem como função criar um espaço de reflexão e debate de ideias sobre o desporto em Guimarães através de seminários, conferências, cursos e workshops de modo a contribuir para um melhor conhecimento da realidade do sistema desportivo local. Das várias temáticas que versam a atualidade da política desportiva local e nacional, destacamos os debates sobre o desporto para todos, a gestão de instalações desportivas, o desporto e saúde, o desporto e o ambiente, os novos desafios colocados ao movimento associativo, a escola e o desporto e por fim os critérios construtivos de base nas instalações desportivas.

Não havendo conhecimento da compilação de relatórios ou estudos, a sua atividade passa pela organização de seminários, seções de esclarecimentos ou workshops.

➤ ***Observatório do Emprego e da Formação no Desporto (OD)***

Este observatório teve origem no Instituto do Desporto de Portugal no final de 2003. O projeto tinha o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a real situação do emprego e da formação em Portugal, sendo constituída pelo Centro de Estudos de Investigação Sociológicas (CEOS), a Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM), a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física de Coimbra e Porto (FCDEF), a Faculdade de Motricidade Humana (FMH) e o Instituto para o Desenvolvimento da Gestão (INDEG).

⁵ Despacho 146/2011

Segundo Almeida (2005) a missão deste observatório era a recolha, análise e posteriormente a divulgação de informação sobre a devolução do emprego e de formação do desporto, constituindo-se como área prioritária a:

- Produção e divulgação estatística;
- Produção e colaboração na realização de estudos;
- Reflexão e discussão de assuntos centrais através de seminários e workshops.

A mesma autora refere ainda que foi elaborado um estudo denominado “Diagnóstico Prospetivodo Emprego no Desporto em Portugal” que apresentava quatro fases:

- I. Caraterizar o emprego no desporto e relacionando com o desporto;
- II. Comparar o emprego no desporto com a estrutura do emprego nacional por setor e ramo de atividade;
- III. Comparar a estrutura do emprego nacional no desporto com os restantes países da UE;
- IV. Realizar uma análise prospetiva do emprego no desporto em Portugal.

➤ ***Observatório Municipal do Desporto de Viseu e São Brás de Alportel***

Finalizamos a nossa pesquisa com os casos de Viseu e S. Brás de Alportel. A existência dos observatórios seguem uma lógica da participação de grupos de trabalho formados por técnicos autárquicos, personalidades e entidades de todos os sectores com influência e responsabilidades no processo da democratização e desenvolvimento desportivo a nível concelhio. Em comum, a dinâmica organizacional refletida em reuniões, palestras ou espaços de discussão e reflexão sobre o desporto.

Criado em 2002, o observatório do desporto de S. Brás de Alportel centra a sua intervenção no movimento associativo, numa lógica de mais e melhor desporto e nas escolas do concelho com o objetivo de aproximar o desporto aos jovens.

2.1.7.Importância de um Observatório Municipal do Desporto

As autarquias locais são reconhecidas constitucionalmente desde 1976.

Segundo a lei fundamental, a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, sendo estas, pessoas coletivas de representação da população e territórios dotados de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos.

A Carta Europeia de Autonomia Local, aprovada em 1985 pelo Conselho da Europa, considera no seu preâmbulo que “as autarquias locais são uns dos principais fundamentos de todo o regime democrático.” O artigo 3.º, n.º 1 define autonomia local como, “o direito das autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos.”

A Constituição Portuguesa, no Capítulo III (Direitos e Deveres Culturais), refere no seu artigo 79.º (Cultura Física e desporto): “todos têm direito à cultura física e ao desporto” e no ponto 2: “incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e difusão da cultura física e do desporto, bem, como prevenir a violência no desporto.”

Segundo o artigo 2.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, “a descentralização de poderes efetuam-se mediante a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, tendo por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e da solidariedade inter-regional e promover a eficácia da gestão pública assegurando os direitos dos administrados”.

A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, refere no Capítulo I, artigo 5.º ponto 1, “o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais articulam e compatibilizam as respetivas intervenções que se repercutem, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências”. O ponto 2 reforça que “o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promovem o desenvolvimento da atividade física e do desporto em colaboração com as instituições de ensino, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas, que atuem nestas áreas”.

O valor do desporto encarado como uma componente de dimensão social apresenta-se essencial no desenvolvimento integral dos cidadãos. Os municípios são responsáveis pela grande maioria das infraestruturas públicas desportivas, possuindo uma capacidade essencial no sentido da criação de condições favoráveis à disponibilização da prática desportiva à comunidade.

Segundo Pereira (2009), “o Estado tem no poder local, em particular nas Câmaras Municipais, órgãos com atribuições e competências fundamentais para servir os

cidadãos e as organizações, dar boas respostas às suas aspirações, necessidades e motivações e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas”.

Segundo o mesmo autor “compete às câmaras municipais realizar e divulgar estudos relacionados com a situação desportiva nos seus concelhos, como por exemplo:

- Carta do Associativismo Desportivo
- Carta dos Equipamentos Desportivos;
- Carta dos Espaços Naturais para a Prática Desportiva;
- Carta do Enquadramento Humano do Desporto;
- Carta da Condição Física da população;
- Carta da Procura da Prática Desportiva.”

O XIX Governo Constitucional de Portugal, formado com base nas eleições legislativas de 5 de junho de 2011 definiu em termos de objetivos estratégicos para a área do desporto os seguintes objetivos:

- i. Incrementar a prática desportiva contribuindo para uma população portuguesa mais saudável;
- ii. Melhorar a acessibilidade e aumentar a participação desportiva por parte de cidadãos mais vulneráveis (portadores de deficiências, crianças e jovens, praticantes seniores, imigrantes, reclusos, etc.);
- iii. Incentivar um modelo de colaboração entre e com os vários intervenientes da sociedade civil, movimento associativo, agentes desportivos e entidades públicas administrativas a todos os níveis;
- iv. Atuar de forma mais interventiva na construção de uma sociedade que valoriza a ética no desporto, procurando erradicar fenómenos como a corrupção, a violência, a dopagem, a intolerância, o racismo e a xenofobia.

Num total de 16 medidas apresentadas salientamos a seguinte:

- Criação de um sistema nacional de informação e estatística desportiva, o “atlas desportivo interativo e atualizado”.

Neste contexto, a existência de um observatório do desporto a nível municipal, irá permitir um conhecimento concreto da situação desportiva do concelho em tempo real e simultaneamente de informação para o atlas desportivo iterativo.

Carvalho (1994), refere que a adoção de uma política desportiva local, deve levar as câmaras municipais um levantamento das necessidades do concelho, no sentido de se definirem as orientações para a criação de novas estruturas garantido a sua otimização e qualidade.

Só a partir de um conhecimento sólido das necessidades efetivas do município, podemos estruturar uma política desportiva eficaz.

Segundo o mesmo autor, a política desportiva municipal tem de partir da realidade local, erguendo as suas formas de ação sobre a base de conceção moderna e humanizadora da prática desportiva. Seguindo a mesma linha de pensamento, “É fundamental fazer um levantamento da situação desportiva nas várias áreas e sectores para que, através do conhecimento do passado, possamos analisar o presente e perspetivar o futuro. É a base para se alicerçar uma verdadeira política de desenvolvimento desportivo pois representa uma análise estática e momentânea com o objetivo de sistematizar as ideias ou esquemas de ação” (Rodrigues, 2009, p.30).

2.1.8. A Implementação de Um Observatório Municipal do Desporto – Vantagens Económicas e Sociais

O desporto enquanto ato social promove a qualidade de vida nas populações.

Carvalho *et al.*, (2012), referem o desporto como uma poderosa força económica dos países mais desenvolvidos, ultrapassando o simples entretenimento das populações.

Constantino (2012), menciona a falta de estudos de sustentabilidade económico-financeira prévios à decisão política.

Para a UE, o contributo do desporto apresenta um forte potencial social. Limita as despesas com a segurança social e a saúde, ao melhorar o nível de saúde e a produtividade da população, assegurando uma melhor qualidade de vida na terceira idade. Contribui para a coesão social, eliminando as barreiras sociais e melhora os índices de empregabilidade da população através dos seus efeitos na educação e formação.

No plano económico, o desporto representa um sector alargado recheado de oportunidades, que se encontra em rápido crescimento, contribuindo de forma

significativa para um valor acrescentado e efeitos ao nível do emprego que superam as taxas médias de crescimento. Segundo dados do Fórum Económico Mundial em Davos realizado em 2009, cerca de 2% do PIB global foi gerado pelo setor do desporto.

O desporto contribui, portanto, para a realização da estratégia Europa 2020⁶. Neste sentido as políticas passam pela criação de contas satélites do desporto compatíveis com a definição acordada a nível europeu, numa função de monitorização do desporto na UE, com os objetivos de analisar as tendências, recolher dados, interpretar estatísticas, facilitar a investigação, lançar inquéritos e estudos, e promover o intercâmbio de informação.

Reforçando esta atitude, Tenreiro (2007) citado por Leite (2013) relata que caso a população passasse a praticar desporto na ordem dos 70%, em vez dos atuais 30%, iriam-se movimentar cerca de 5 milhares de milhões de euros por ano. Outros resultados estatísticos são apresentadas nesse estudo:

- Anualmente, 2,53% da despesa pública da saúde portuguesa se deve à inatividade física, sendo o seu valor na ordem dos 225 milhões de euros;
- A passagem da prática desportiva para os 70% da população iria permitir poupar 135 milhões de euros, dos quais 126 milhões de euros devidos à inatividade desportiva, 7 milhões de euros por redução do absentismo e 0,5 milhões por mortes prematuras;
- O consumo desportivo das famílias cresceria em 20 anos de 2 424 para 5 348 milhões de euros anuais o que representaria em termos percentuais um aumento de 1,7 % para 3,8%;
- O caso de empregabilidade duplicaria de 240 para os 505 mil empregados, o que representa um aumento de 2,2% para 4,6% da população empregada.

A abordagem e estudos das políticas desportivas locais revelam-se pertinentes face ao contexto de desenvolvimento desportivo local, traduzido na melhoria da qualidade de vida dos municípios.

É fundamental que se adote uma estratégia de desenvolvimento desportivo municipal com base numa pesquisa da realidade existente, no sentido de se definirem as ações de intervenção adequadas para a obtenção dos objetivos propostos.

⁶ Bruxelas, 3.3.2010 - COM (2010) 2020 final

2.2. Situação Desportiva

Paz (1977) define situação desportiva como a visão analítica e funcional do mundo do desporto. Segundo Pires (2007), é uma visão analítica pois identifica vários elementos que irão permitir caracterizar uma dada realidade desportiva, realizado pelo inventário e o balanço desses mesmos elementos determinando desta maneira o fluxo de bens e atividades dinamizadas. Uma visão funcional porque na fase de análise, possibilita estabelecer um conjunto de rácios necessários à compreensão do sistema desportivos e úteis ao planeamento e à programação de projetos.

O mesmo autor refere ainda que a situação desportiva é um dos conceitos base do processo de gestão do desporto que permite conhecer, analisar e compreender o estado de um dado contexto desportivo num determinado momento por meio de três categorias de elementos desportivos:

1. **Elementos Desportivos** – que fazem do mundo do desporto, caracterizando aquilo a que chamamos de quadro desportivo. Podem ser praticantes, treinadores, instalações, equipamentos. Estes elementos podem ser controlados ou influenciados pelos responsáveis da política de maneira a contribuir diretamente para o desenvolvimento do desporto.
2. **Elementos Para-Desportivos** – não fazem parte do desporto mas podem ser solicitados a apoiarem as práticas desportivas. Estão incluídos neste caso as corporações de bombeiros, as empresas de marketing e publicidade, os sponsors. Os elementos para-desportivos organizam-se no quadro de apoio.
3. **Elementos Extra-Desportivos** – não fazem parte do desporto mas podem influenciar positivamente ou negativamente, tais como as condições económicas e geográficas do país ou os costumes sociais e culturais. O seu conjunto constitui o quadro condicionante.

Quadro 4. Situação Desportiva (Pires, 2007)

Quadros →	Desportivo	Paradesportivo	Extra-Desportivo
Políticas →	Independentes	Suporte	Dependentes
Planeamento →	Controláveis	Suporte	Condicionante
Sistemas ↓	Elementos Desportivos		
1. Físico	Estruturas desportivas naturais...	Geografia: montanha; planície; interior; litoral; relevo...	Meteorologia; temperatura; precipitação; humidade; horas/sol...
2. Político	As decisões em matéria de política desportiva devem ser equacionadas, tendo em atenção os seguintes vetores; Estado x Sociedade Civil; Massa x Elite. Implementação: Fatores de desenvolvimento	Políticas sectoriais: Saúde; trabalho; juventude; transportes; ambiente; energia; turismo; etc	Políticas nacionais; constituição; programas de governo; leis federais; relações exteriores...
3. Financeiro/Económico	Contabilidade desportiva: receitas/despesas; % do Pib; % desp. Administração Pública	Políticas nacionais e regionais....	PIB, rendimento “per capita”; consumo das famílias; salários...
4. Social	Seguros desportivos; apoio médico e para médico; sistema de apoio à alta competição; apoios à generalização da prática desportiva...	Apoio médico e paramédico; formação; ensino; serviços de saúde; comunicação social...	Sistema educativo; sistema de saúde; política de emprego...
5. Cultural	Hábitos desportivos e culturais; atitudes sociais; sistema de valores; memórias...	História do desporto...	História do desporto
6. Humano	Praticantes; treinadores; dirigentes; prof. Ed. Física; gestores, espectadores; clientes	Especialistas de diversas atividades profissionais. Processos de suopercompensação....	População residente; trabalhadores p/sectores; desempregados, estrutura de idades, grupos sociais...
7. Material	Instalações naturais, seminaturais e artificiais; equipamentos diversos...	Parques naturais; rios; praias; ruas....	Sistema de transportes
8. Orgânico	Governamentais, não-governamentais, nacionais e locais com e sem fins lucrativos...	Agências de publicidade; empresas comerciais; imprensa; rádio; televisão...	Empresas comerciais e industriais...
9. Normativo	Legislação desportiva; normas; regras; estatutos; sistemas de valores...	Legislação ou normas de outras áreas com incidências no desporto...	Legislação e normativo geral aplicável ao desporto. P. ex.: CPA...
10. Atividades	Sectores: federado, escolar, trabalhista, comercial...; Etapas: iniciação – orientação – especialização; Áreas: informal/inorganizado; formal/federado; Estado/política; mercado/negócio; Ciclo: promoção – formação – (re)organização; Eventos: quadros competitivos; espetáculos, projetos especiais...		

Pires (1993b), argumenta ainda que os elementos podem ser igualmente organizados por um quadro de atividades organizacionais que possibilita, em cada momento, ser estabelecido um modelo de análise em função de uma sistematização que se ajuste ao sistema desportivo em geral e ao processo de planeamento em particular no jogo das relações políticas, técnicas e funcionais. Este levantamento da situação desportiva transformado em dados só são importantes se for transformado em informação útil que

servirão de apoio na resposta a três questões fundamentais que vão apoiar o processo de tomada de decisões:

1. Onde nos encontramos?
2. Para onde queremos ir?
3. Como podemos lá chegar?

O mesmo autor reforça ainda que o desenvolvimento do conceito da situação desportiva deve cumprir quatro objetivos, a saber:

- a) Construir e utilizar uma terminologia comum facilitando o diálogo;
- b) Apurar de forma sistemática o que existe num determinado espaço geográfico, sector, área ou modalidade desportiva;
- c) Estabelecer comparações entre diferentes momentos da mesma realidade desportiva;
- d) Permitir desencadear processos de planeamento, quer dizer, determinar o “gap” estratégico (diferença entre a projeção de referência e a projeção planeada).

Segundo Jácome (1992), o desenvolvimento social e económico das sociedades modernas originaram modificações ao nível de comportamento, valores e aspirações das suas populações, o que originou uma crescente importância das práticas na ocupação dos tempos livres, no rendimento desportivo ou na simples prática desportiva. A mesma autora, refere ainda que se torna fundamental que as políticas desportivas sejam definidas de acordo com as necessidades e expectativas da realidade desportiva.

No sentido de termos uma perceção da realidade no concelho de Setúbal vamos apresentar alguns dados segundo a caracterização e análise da situação desportiva do concelho de Setúbal, realizado pela autora em 1992.

Quanto às coletividades, foram registadas um total de 112 coletividades desportivas totalizando-se 17 736 praticantes. O maior número de clubes desportivos (44) bem como o maior número de praticantes desportivos (7 183) situavam-se na freguesia de S. Sebastião. (tabela 1).

Tabela 1. Identificação e Distribuição Territorial das Coletividades Desportivas – Setúbal, 1992

Freguesias	Clubes Desportivos	Relação Percentual	Praticante (N.º)	I.A.D. Prat/Col.Desp.
<i>Anunciada</i>	20	17,8	2 181	109
<i>Pontes – Gâmbia – Alto da Guerra</i>	5	4,5	389	78
<i>Sado</i>	3	2,7	956	319
<i>Santa Maria</i>	8	7,1	763	95
<i>S. Julião</i>	22	19,6	5 115	232
<i>S. Lourenço</i>	6	5,4	671	112
<i>S. Sebastião</i>	44	39,3	7 183	163
<i>S. Simão</i>	4	3,6	478	119
Concelho	112	100	17 736	1 227

Fonte: Caracterização e Análise da Situação Desportiva do Concelho de Setúbal (Jácome, 1992)

Ao nível das instalações desportivas, estas totalizavam 103 equipamentos desportivos representando um total de 148 717, 09 m² de área desportiva útil, conforme podemos verificar na tabela 2.

Tabela 2. Identificação Área Desportiva Útil Total – Setúbal, 1992 (Adaptado pelo Autor)

Freguesias	Instalações Desportivas	A.D.U. Total (m ²)	% em relação ao concelho
<i>Anunciada</i>	6	1 920,10	1,29
<i>Pontes – Gâmbia – Alto da Guerra</i>	4	14 776,43	9,94
<i>Sado</i>	5	14 682,87	9,87
<i>Santa Maria</i>	-	-	-
<i>S. Julião</i>	49	54 245,63	36,48
<i>S. Lourenço</i>	9	12 770,09	8,59
<i>S. Sebastião</i>	29	50 208,71	33,76
<i>S. Simão</i>	1	113,16	0,08
Concelho	103	148 717,09	100

Fonte: Caracterização e Análise da Situação Desportiva do Concelho de Setúbal (Jácome, 1992)

Após análise à tabela, podemos verificar que as freguesias de S. Sebastião e S. Julião eram as que apresentam maior número de equipamentos. De todas as freguesias do concelho, a de Santa Maria da Graça era a única que não possuía qualquer equipamento.

2.3. Associativismo

2.3.1. Movimento Associativo Desportivo

Os relacionamentos sociais fazem parte da natureza do homem e a vida em sociedade reflete a nossa essência enquanto humanos. Sousa (1988, p.43) refere que “a sociedade é uma unidade em funcionamento global, todas as forças vivas sociais que a integram, de entre as quais o desporto, se encontram num estado de interação”.

Segundo o mesmo autor, não é fácil identificar as primeiras agremiações desportivas em Portugal, pois ao contrário de outros países como a Alemanha, Suécia ou Inglaterra, no nosso país não se verificou qualquer movimento para a criação de coletividades desportivas. Esta afirmação é reforçada por Pires (1987), reconhecendo o circo enquanto primeira estrutura associativa dedicada à microsociedade desportiva. A sua natureza pontual levou à criação da organização clube de modo a proporcionar uma continuidade em termos de prática desportiva. Este cenário originou o arranque de um processo de mutuação para a criação dos clubes, constituindo-se a “célula base” do processo desportivo que posteriormente iria sofrer várias designações para se identificar o clube, tais como sociedade, assembleia, associação, coletividade e até mesmo federação. Entre vários exemplos temos a “Assembleia Angrense” (1834) que dá origem ao “Lawn ténis Clube” (*in*: projeto de estatutos “LawnTennis Club”, 1954), e a “Federação Portuguesa de Natação sucessora da Liga Portuguesa dos Clubes de Natação, da Liga Portuguesa dos Amadores de Natação e da Federação Portuguesa de Natação (*in*: estatutos da Federação Portuguesa de Natação”1936).

Considerando 1856, como a data da fundação daquele que é reconhecido como o primeiro clube desportivo, o Real Associação Naval de Lisboa, podemos considerar que o movimento associativo desportivo nasceu do chamado associativismo popular iniciando o processo de dinamização na nossa sociedade há mais de 150 anos.

Para Pires (1987), 1920 foi um ano significativo quanto à formação de associações, verificando-se um novo impulso entre 1933 e 1945.

De acordo com Sousa (1988), a grande base do que se designa por desporto federado, partiu do associativismo desportivo português.

“A população portuguesa e o país, devem estar gratos às associações privadas sem fins lucrativos (clubes, coletividades e outras entidades) pelo contributo dado ao desenvolvimento desportivo (a vários níveis) e pela função social que têm desempenhado na sociedade portuguesa há mais de cem anos.” (Pereira 2012, p. 205).

Segundo Pereira (2009), os municípios atribuem importância ao desempenho social que as associações traduzem junto das comunidades onde estão inseridas, considerando-as elementos parceiros dos projetos de desenvolvimento local. É este

contributo e reconhecimento no desenvolvimento desportivo que as associações têm efetuado que se torna fundamental analisar. A envolvimento das associações com a sociedade civil criaram e criam ligações com o setor público.

Segundo Moraes (2012) citando Viegas, podemos dividir as associações em três tipos:

- Associações de integração social;
- Associações de defesa de interesses de grupo;
- Associações que expressam os novos movimentos sociais.

No que diz respeito às associações de integração social, encaixam-se as seguintes entidades: as associações de solidariedade social, as associações religiosas, as associações desportivas, as associações culturais e recreativas, as associações de pais e as associações de moradores.

Já no grupo das associações de defesa de interesses de grupo encontramos: os sindicatos, as ordens e associações profissionais, as associações de pensionistas e as associações empresariais e financeiras.

Por fim, as associações que vão de encontro aos objetivos dos novos movimentos sociais integram: as associações de defesa dos direitos de cidadania, as associações de consumidores, as associações ecologistas e ambientais e as associações de defesa dos animais.

Esta mobilização social, permite-nos referir que as organizações de carácter associativo são o pilar de qualquer política de desenvolvimento.

Conforme argumenta Carvalho (2002), o movimento associativo tem desempenhando um papel insubstituível na vitalização do contexto social permitindo um investimento do tempo livre em benefício da intervenção social, política e económica e da coesão no tecido comunitário.

Na realização de uma pesquisa sobre as atitudes, comportamentos sociais e políticos a nível nacional⁷, Viegas (2004), aplicou um inquérito no qual constava uma parte sobre o envolvimento e participação nos últimos 12 meses em associações. Este

⁷ Pesquisa nacional: "Cidadania e participação política e social: atitudes, comportamentos e mudanças institucionais"

inquérito foi igualmente aplicado a nível europeu⁸, envolvendo 12 países o que permitiu fazer uma análise da realidade portuguesa, obtendo os seguintes dados conforme é apresentado na tabela seguinte.

Tabela 3. Percentagem de Sujeitos com Envolvimento nos Diversos Tipos de Associações (Viegas 2004)

Tipos de associações	Países							
	Alemanha	Dinamarca	Espanha	Holanda	Moldávia	Noruega	Portugal	Roménia
Consumidores	0,5	3,4	1,0	13,2	0,8	13,8	1,9	0,2
Defesa de direitos de cidadania e valores	10,5	26,0	10,9	42,6	2,5	61,6	4,5	1,3
Interesses empresariais ou financeiros	3,5	11,9	3,2	9,5	3,9	11,3	2,4	1,5
Pais e moradores	4,9	41,6	10,1	27,9	3,2	39,1	4,8	5,2
Pensionistas e ex-combatentes	4,1	18,3	8,1	11,0	1,7	10,0	1,6	1,9
Solidariedade social e religiosas	20,6	35,6	19,5	46,2	4,0	46,7	25,6	3,5
Desportivas, culturais e recreativas	49,3	59,0	21,7	59,4	5,2	73,9	28,0	2,9
Sindicais e socioprofissionais	11,4	60,0	1,1	28,1	5,6	53,0	1,6	6,4
Partidos políticos	3,0	8,2	2,8	8,4	2,5	12,8	2,8	4,1
Em pelo menos uma associação*	69,8	92,1	48,4	89,2	19,8	95,4	53,4	19,5

A leitura da tabela anterior, permite-nos verificar que a percentagem de envolvimento por parte dos sujeitos nas associações desportivas, culturais e recreativas registam os valores mais elevados (28%) seguidos pelas associações de solidariedade social e religiosas (25,6%).

Tabela 4. Percentagem de Sujeitos com Envolvimento Activo nos Diversos Tipos de Associações (Viegas 2004)

Tipos de associações	Países							
	Alemanha	Dinamarca	Espanha	Holanda	Moldávia	Noruega	Portugal	Roménia
Consumidores	0,0	0,5	0,4	0,7	0,2	1,0	0,3	0,2
Defesa de direitos de cidadania e valores	6,1	6,8	5,4	7,8	1,6	10,3	1,8	1,0
Interesses empresariais ou financeiros	2,0	4,9	1,9	3,9	2,9	4,5	1,4	1,2
Pais e moradores	4,4	21,9	6,2	10,8	2,0	17,5	2,8	3,5
Pensionistas e ex-combatentes	3,3	0,0	4,3	4,3	0,0	3,4	1,1	0,9
Solidariedade social e religiosas	15,8	10,6	8,8	19,0	3,2	13,3	20,6	3,2
Desportivas, culturais e recreativas	45,0	50,5	15,7	39,2	3,5	50,2	19,0	2,7
Sindicais e socioprofissionais	5,8	17,9	3,8	6,0	3,6	15,5	3,3	4,8
Partidos políticos	3,0	5,2	2,2	3,0	1,6	5,0	2,2	2,1

⁸ Pesquisa internacional: "Citizenship, involvement, democracy" patrocinada pela European Science Foundation

A tabela 4, apresenta-nos resultados muito semelhantes aos anteriores. Contudo verifica-se apenas uma diferença ligeira no envolvimento ativo nas associações de solidariedade social e religiosas (20,6%) relativamente às associações recreativas e desportivas (19%).

Dados do Eurobarómetro 412 (2013) indicam-nos que em média, 7% dos cidadãos da UE, envolvem-se em trabalho voluntário de apoio a atividades desportivas. Um terço dos entrevistados (35%), dedica, pelo menos, seis horas do mês a voluntariado no desporto, enquanto 8% dos entrevistados dedica 21 horas ou mais.

De sublinhar que os níveis mais altos de voluntariado verificam-se na Suécia (25%), Países Baixos, Dinamarca (18%) e Irlanda (15%). Portugal regista a percentagem mais baixa da UE com apenas 2% conforme podemos verificar na figura seguinte.

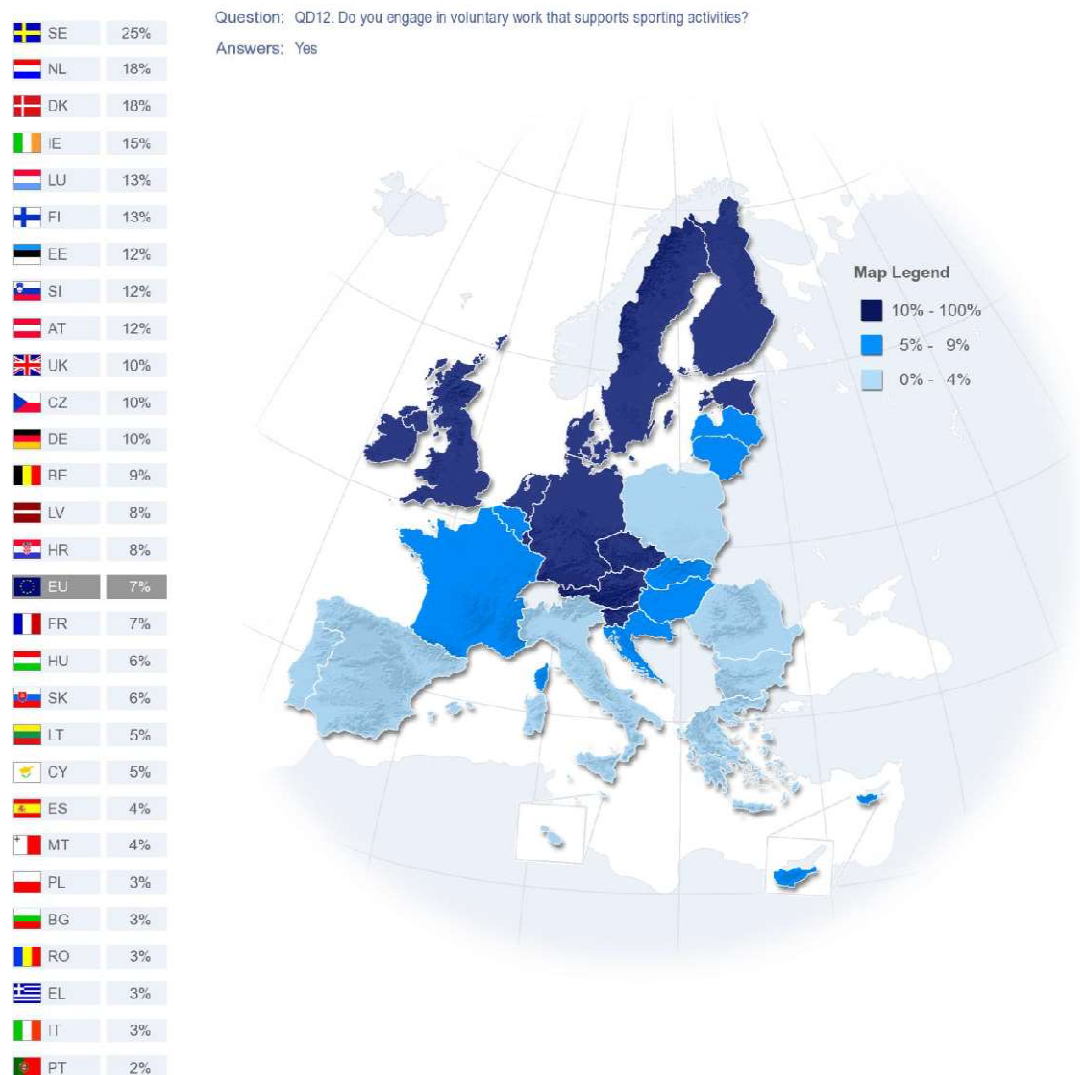


Figura 1. Percentagem de Voluntariado no Desporto
Fonte: Eurobarómetro 412 (2013)

2.3.2. Enquadramento da Legislação Aplicável às Associações Desportivas

O direito de associação está consagrado em termos nacionais pela Constituição da República Portuguesa (CRP) e pelo Código Civil.

A CRP, redação que lhe foi dada pelas Leis Constitucionais n.º 1/82, de 30 de Setembro, n.º 1/89, de 8 de Julho, n.º 1/92, de 25 de Novembro, n.º 1/97, de 20 de Setembro, n.º 1/2001, de 12 de Dezembro, n.º 1/2004 de 24 de Julho e n.º 1/2005, de 12 de Agosto constitui no seu artigo 46.º:

1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respetivos fins não sejam contrários à lei penal.

2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas atividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.
3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.
4. Não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.

O Decreto-Lei n.º 47 344/66, de 25 de Novembro aprova o Código Civil. Transcrição dos artigos do Capítulo II (Pessoas Coletivas), do Subtítulo I (Das Pessoas) do Título II (Das Relações Jurídicas) do Livro I (Parte Geral) do Código Civil, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 40/2007, de 24 de Agosto, aprova um regime especial de constituição imediata de associações e atualiza o regime geral de constituição previsto no Código Civil.

Podemos igualmente verificar o livre direito de associação em termos internacionais através Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, estipula no artigo 20.º, alínea 1, "toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.", e na alínea 2, "Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação."

A Convenção Europeia dos Direitos Humanos aprovada para ratificação, pela Lei nº 65/78, de 13 de Outubro refere no artigo 11.º alínea 1, "qualquer pessoa tem direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação, incluindo o direito de, com outrem, fundar e filiar-se em sindicatos para a defesa dos seus interesses", reforçada pela alínea 2, "o exercício deste direito só pode ser objeto de restrições que, sendo previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a proteção da saúde ou da moral, ou a proteção dos direitos e das liberdades de terceiros."

No que diz respeito ao associativismo desportivo, existe na legislação portuguesa várias normas:

- ***Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro (LBAFD)***

O enquadramento do associativismo desportivo verifica-se no CAPÍTULO III.

- ***Lei n.º 112/99, de 3 de Agosto***

Aprova o regime disciplinar das federações desportivas.

- ***Decreto-Lei n.º 144/93, de 26 de Abril***

O presente diploma estabelece o regime jurídico das federações desportivas e as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva.

Definidas como associações de direito privado sem fins lucrativos, as federações dotadas de utilidade pública desportiva exercem em exclusivo poderes de natureza pública. O presente diploma garante a autonomia da sua organização associativa, respeitados os princípios democráticos e de representatividade.

- ***Decreto-Lei n.º 272/97, de 8 de Outubro***

Para efeitos do presente diploma, são clubes de praticantes as entidades que tenham por objeto exclusivo a promoção e organização de atividades físicas e desportivas com finalidades lúdicas, formativas ou sociais.

- ***Decreto-Lei n.º 279/97, de 11 de Outubro***

No referido diploma são consideradas associações promotoras de desporto, designadas por Associações Promotoras de Desporto (APD), os agrupamentos de clubes, de praticantes ou outras entidades que tenham por objeto a promoção e organização de atividades físicas e desportivas, com fins lúdicos, formativos ou sociais e que não se compreendam na área de jurisdição própria das federações desportivas dotadas do estatuto de utilidade pública desportiva.

2.3.3. Tipologias Específicas de Associações Desportivas

Face à proximidade aos cidadãos, o associativismo afirma-se como um eixo de desenvolvimento local através da promoção e fomento de atividades.

A Constituição da República Portuguesa, consagra no seu artigo 46.º e no artigo 79.º, a natureza das várias tipologias de associativismo desportivo. Neste sentido, iniciando do mais simples para o mais complexo temos: clubes de praticantes, clubes desportivos, sociedades desportivas, associações de clubes, associações de agentes desportivos, associações promotoras de desporto, federações desportivas, entidades de índole confederativa e outras entidades com intervenção na área do desporto.

Com base no Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, que aprova os Estatutos do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., (IPDJ I.P.) passamos a apresentar cada uma das entidades com intervenção na área do desporto.

- **Associações Promotoras de Desporto**

Denominadas por APD, estas associações são pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos que tenham por finalidade a promoção e organização de atividades físicas e desportivas, com finalidades lúdicas, formativas ou sociais.

- **Clubes de Praticantes**

São entidades de direito privado, sem fins lucrativos, criados através do Decreto-Lei n.º 272/97, de 8 de Outubro. Tem por objeto exclusivo a promoção e organização de atividades físicas e desportivas com finalidades lúdicas, formativas ou sociais. Constituídos por um conjunto mínimo de 5 pessoas que por sua vez se obrigam a contribuir com certos bens que constituem o fundo comum do clube.

- **Clubes Desportivos**

São entidades coletivas de direito privado, organizadas sob a forma de associação sem fins lucrativos, que tenham como propósito o fomento e a prática de modalidades desportivas, no âmbito do artigo 26.º da Lei n.º 5/2007, de 15 de janeiro.

- **Sociedades Desportivas**

Pessoa coletiva de direito privado, constituídas sob a forma de sociedades anónimas, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 10/2013, de 25 de janeiro, cujo escopo é a participação numa modalidade, em competições desportivas de carácter profissional, salvo no caso das sociedades constituídas ao abrigo do artigo 8.º, a promoção e organização de espetáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada dessa modalidade.

▪ **Ligas Profissionais de Clubes**

Órgãos autónomos das federações para o desporto profissional, dotados de personalidade jurídica e autonomia administrativa, técnica e financeira, constituídos no seio das federações unidesportivas em que se disputem competições desportivas de natureza profissional, como tal definidas em diploma regulamentar adequado, integradas obrigatórias e exclusivamente por todos os clubes que disputem tais competições.

▪ **Associações Representantes de Agentes Desportivos**

Consideram-se as:

- Associações Representantes de Praticantes Desportivos – associações de âmbito nacional representativas dos respetivos elementos;
- Associações Representantes de Árbitros e Juízes – associações de âmbito nacional representativas dos respetivos elementos;
- Associações Representantes de Treinadores – associações de âmbito nacional representativas dos respetivos elementos;
- Associações Representantes de outros Agentes Desportivos englobados na respetiva Federação Desportiva – associação de âmbito nacional representativas dos respetivos elementos.

▪ **Outras Entidades com Intervenção na Área do Desporto**

Entidades devidamente constituídas cujo objeto incida, sobre as diferentes áreas ou domínios do fenómeno desportivo.

2.3.4. As Autarquias Locais e o Movimento Associativo

Existe uma relação muito direta e efetiva entre os municípios e o movimento associativo, sendo que grande parte das associações vivem dos apoios das autarquias, principais financiadoras.

Nas últimas três décadas os municípios são as entidades catalisadoras do desenvolvimento desportivo local. (Carvalho *et al.*, 2012).

Para Batista e Andrade (2005, p.119) ao apoio do poder autárquico “deverá ser exigido um maior rigor na distribuição de apoios a organizações desportivas, designadamente por meio de um controlo prévio da sua situação financeira antes da concessão desses subsídios”.

Pereira (2012), menciona que o associativismo atravessa momentos de crise, sendo fundamental que os poderes públicos continuem a apoiar a vários níveis o associativismo desportivo sendo contudo necessário repensar o modo de desenvolver as atividades de cariz cultural, recreativas desportivas ou outras.

Esta necessidade de suporte financeiro contudo é contrabalançada pelos altos níveis de prática desportiva que se verificam. Pereira (2012) refere que o nível de prática desportiva apresentada dão indicadores da mais-valia e da importância que o desporto tem em termos locais.

Segundo Pereira (2009), “O associativismo desportivo tem um papel importante na atividade desportiva, constituindo assim, uma das principais áreas de intervenção das autarquias locais. Os apoios, além do financiamento para atividades, obras e/ ou formação, poderão ser variadíssimos”, como por exemplo:

- Cedência de transportes e participações para aquisição de viaturas coletivas de transporte;
- Cedência e/ou oferta de material e equipamento desportivo;
- Prioridade e condições preferenciais no acesso aos equipamentos desportivos municipais;
- Apoio logístico;
- Apoio técnico (por exemplo para a organização de eventos desportivos e a realização de projetos e/ou de obras para equipamentos ou sedes sociais);
- Apoio no acesso à informação (divulgação de provas desportivas, por exemplo, cumprimento ou interpretação da legislação (estatuto de utilidade pública ou mecenato desportivo), fornecimento de documentação (designadamente de carácter técnico), e ações de formação.

Como podemos verificar, esta relação com o movimento associativo envolve questões do plano financeiro, técnico e logístico revelando-se como tal, fundamental ter um conhecimento detalhado destes dados.

2.4. Setor Privado do Desporto

O desporto apresenta-se atualmente como um sector ágil em matéria de crescimento e criação de emprego. São diagnosticados em algumas circunstâncias os impactos que o desporto tem no contexto social, na evolução económica e a sua convivência noutros sectores. Desde a realização das atividades no ginásio, até à implementação

de grandes eventos desportivos, podemos apontar vários motivos para esta influência crescente. O aparente número de pessoas que consome desporto sobe a forma de prática ou de espectador, envolve a participação de muitas empresas e organizações que produzem bens e serviços, tais como as empresas de transporte, de segurança, de higiene e limpeza, da comunicação social, do ramo alimentar entre outras. Estes níveis de participação levam ao desenvolvimento da indústria do desporto e de outras áreas profissionais relacionadas com o desporto, que associados ao turismo, à cultura, à educação, acabam por beneficiar do impacto que o desporto proporciona.

Segundo Tenreiro (1997) algumas das atividades desportivas são desenvolvidas por empresas, sendo a sua oferta dirigida para indivíduos e organizações que renumeram a totalidade dos benefícios gerados. Ainda Tenreiro (2005), argumenta a necessidade dos agentes privados do desporto afirmarem-se como parceiros no desenvolvimento desportivo, ideia corroborada por Pereira (2012), que refere a pouca intervenção das empresas e dos empresários no mundo do desporto face ao necessário e desejável, reconhecendo contudo que o mercado do desporto em Portugal é pequeno para tantas marcas e serviços do desporto.

Ainda que esta participação tenha de ser mais ativa, é essencial assegurar que estão reunidas as condições necessárias para que a organização tenha capacidade de resposta às solicitações exteriores. Segundo Batista e Andrade (2005, p.83). “Garantir o equilíbrio financeiro é uma condição indispensável para que a empresa possa seguir o seu rumo de desenvolvimento”.

Numa entrevista cedida pelo presidente do Comité Olímpico de Portugal (COP), José Manuel Constantino referiu a necessidade de se criarem "mecanismos de natureza legislativa" para incentivar as empresas privadas a investirem no desenvolvimento desportivo, proporcionando um aumento qualitativo no sector, realçando, os benefícios do modelo adotado em Espanha, onde se criou uma sociedade de direito privado para estimular o apoio das empresas ao desenvolvimento desportivo e que permitiu, no ciclo olímpico findo em 2012, um suporte de cerca de 278 € milhões de euros. Por sua vez o seu homólogo, Alejandro Blanco Bravo concordou que o modelo espanhol poderia ser importado por Portugal referindo que o mesmo está a sê-lo no Brasil, país organizador das olimpíadas de 2016. Curiosamente, o setor privado vai ser responsável por 57% do financiamento dos Jogos Olímpicos 2016, conforme anunciou Eduardo Paes, presidente da câmara de São Paulo.

Em Espanha, após a criação de uma associação privada que reúne governo, comité olímpico, televisão pública e empresas, o desporto sofreu um impulso decisivo.

Segundo a Subdirección General de Estadística y Estudios, Secretaría General Técnica Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (2015), o número de empresas no início de 2014, cuja principal atividade económica estivesse relacionada com o desporto era de 28 735, representando um total de 0,9% de todas as empresas listadas no Directorio Central de Empresas (DIRCE).

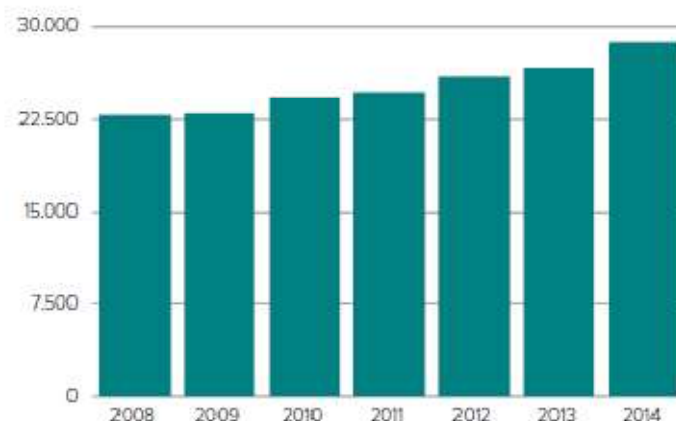


Figura 2. Empresas Ligadas ao Desporto de Espanha (Valores Absolutos)

Fonte: Anuário de Estadísticas Desportivas 2015

Do total destas empresas, 74,8% correspondiam às atividades desportivas, tais como gestão de instalações, academias ou clubes e 24,5% ao comércio de artigos desportivos. Os restantes 0,6% estavam relacionadas com empresas associadas à produção de artigos desportivos (tabela 5).

Tabela 5. Empresas Ligadas ao Desporto por Atividade Económica de Espanha

	VALORES ABSOLUTOS					DISTRIBUCIÓN PORCENTUAL				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
TOTAL	24.222	24.655	26.011	26.597	28.735	100	100	100	100	100
Actividades deportivas	16.291	16.827	18.167	19.270	21.505	67,3	68,2	69,8	72,2	74,8
Fabricación de artículos de deporte	188	175	175	174	177	0,8	0,7	0,7	0,7	0,6
Comercio al por menor de art. deportivos	7.743	7.653	7.669	7.253	7.052	32,0	31,0	29,5	27,2	24,5
<i>En porcentaje del total de empresas</i>										
	2010	2011	2012	2013	2014					
TOTAL	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9					
Actividades deportivas	0,49	0,52	0,57	0,61	0,69					
Fabricación de artículos de deporte	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01					
Comercio al por menor de art. deportivos	0,24	0,24	0,24	0,23	0,23					

Fonte: Anuário de Estadísticas Desportivas 2015

2.4.1. Portugal e os Resultados ao Nível da Economia Social

Considerado em vários países como o “terceiro setor” ou “setor não lucrativo”, cuja atividade incide nas pessoas e na utilidade social, não há uma definição específica para Economia Social.

A definição que apresentamos é a utilizada pela Conta Satélite da Economia Social (CSES)⁹ com base na proposta apresentada pelo relatório The Social Economy in the European Union.

Deste modo entenda-se Economia Social como um “conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do mercado, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotizações de cada um, correspondendo a cada membro um voto” (CSES, 2013).

A Economia Social agrupa também as entidades privadas que produzem serviços não mercantis para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes económicos que os criam, controlam ou financiam.

⁹ Caracterização da Economia Social em Portugal através das organizações da Economia Social (OES).

Do conceito anterior são considerados por parte da CSES as seguintes características dos agentes da Economia Social:

- São entidades privadas;
- Têm personalidade jurídica;
- Têm autonomia de decisão;
- Têm liberdade de adesão;
- Os benefícios ou excedentes, quando existem, são distribuídos em proporção da atividade (e não do capital) que os membros realizam;
- A atividade económica desenvolvida visa a satisfação de necessidades de pessoas e famílias;
- São organizações democráticas e de utilidade social.

Neste contexto estão incluídas entidades como as cooperativas, as mutualidades, as misericórdias, as fundações e as associações.

O quadro 5, apresenta a classificação das atividades das organizações da economia social.

Quadro 5. Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social

	Designação
1	Agricultura, Silvicultura e Pescas
2	Atividades de Transformação
3	Comércio, Consumo e Serviços
4	Desenvolvimento, Habitação e Ambiente
5	Atividades Financeiras
6	Ensino e Investigação
7	Saúde e Bem-Estar
8	Ação Social
9	Cultura, Desporto e Recreio/Lazer
10	Cultos e Congregações
11	Organizações Profissionais, Sindicais e Políticas
12	Não Especificadas

Fonte: INE – Contas Satélite da Economia Social 2013

Segundo dados da CSES (2013), o sector da Economia Social era constituído em 2010 por 55 383 unidades. A atividade da cultura, desporto e recreio, com 26 779 entidades (48,4%) apresentava-se coma a atividade mais dinâmica e ativa do sector (tabela 6).

Tabela 6. Entidades da Economia Social por Grupos e Atividades da Economia Social

Classificação das Atividades das Organizações da Economia Social (CAOES)		Grupos de entidades da Economia Social					
		<i>Social Economygroups</i>					
		Total	Cooperativas	Mutualidades	Misericórdias	Fundações	Associações e outras organizações da Economia Social
		<i>N.º</i>	<i>N.º</i>	<i>N.º</i>	<i>N.º</i>	<i>N.º</i>	<i>N.º</i>
1	Agricultura, Silvicultura e Pescas	285	212	0	0	0	73
2	Atividades de Transformação	385	383	0	0	0	2
3	Comércio, Consumo e Serviços	669	593	0	0	0	76
4	Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	2.719	403	0	0	5	2.311
5	Atividades Financeiras	98	93	5	0	0	0
6	Ensino e Investigação	2.325	136	0	0	61	2.128
7	Saúde e Bem-Estar	805	39	7	10	21	728
8	Ação Social	7.740	116	106	359	318	6.841
9	Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	26.779	267	0	2	104	26.406
10	Cultos e Congregações	8.728	0	0	10	17	8.701
11	Organizações Profissionais, Sindicais e Políticas	2.581	18	1	0	0	2.562
12	Não Especificadas	2.269	0	0	0	11	2.258
Total da Economia Social		55.383	2.260	119	381	537	52.086

Fonte: INE – Conta Satélite da Economia Social 2010

2.4.2. Classificação Portuguesa das Atividades Económicas

Elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística I.P., (INE I.P.) com a colaboração de várias entidades, a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE) é um sistema de classificação e agrupamento das atividades económicas de âmbito internacional adotado e adaptado por cada país. Cada atividade económica e empresarial é identificada por um código de classificação específico. Este código resultada da combinação de vários fatores produtivos tais como a produção, o emprego, a energia, o investimento, etc., com vista à produção de bens e serviços. (INE, 2007).

Atualmente, a versão da CAE em vigor é a V00554, que se encontra em vigência deste 1 de janeiro de 2008 na sua versão 3. A CAE Rev.3, foi aprovada na 327ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística de 19 de Março de 2007, pela Comissão (Eurostat) nos termos do Regulamento (CE) n.º 1893/2006 e posteriormente publicada no Diário da República pelo Decreto-lei n.º 381/2007 de 14 de novembro

encontrando-se ajustada com as últimas classificações das Nações Unidas (CITA-Rev. 4) e da União Europeia (NACE-Rev. 2). (INE, 2007)

Segundo o INE (2007), a CAE Rev.3, tem como objetivos principais:

- Classificar e agrupar as unidades estatísticas produtoras de bens e serviços (com ou sem fins lucrativos), segundo a atividade económica;
- Organizar, de forma coordenada e coerente, a informação estatística económico-social, por ramo de atividade económica, em diversos domínios (produção, emprego, energia, investimento, etc.);
- Comparar estatísticas a nível nacional, comunitário e mundial.

Encontramos as atividades económicas do desporto na secção R – “Atividades Artísticas, de Espetáculo, Desportivas e Recreativas”, divisão 93 – “Atividades Desportivas, de Diversão e Recreativas”, conforme caracterização no quadro 6.

Quadro 6. Identificação do Setor do Desporto na CAE Rev.3

DIVISÃO*	GRUPO*	CLASSE**	SUBCLASSE	DESIGNAÇÃO
R				ACTIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPECTÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS
	93			Actividades desportivas, de diversão e recreativas
		931		Actividades desportivas
			9311	Gestão de instalações desportivas
			9312	Actividades dos clubes desportivos
			9313	Actividades de ginásio (fitness)
			9319	Outras actividades desportivas
			93191	Organismos reguladores das actividades desportivas
			93192	Outras actividades desportivas, n.e.

Fonte: Classificação Portuguesa das Atividades Económicas – INE I.P., 2007

O quadro seguinte define e enquadra cada atividade económica inserida no grupo 931 – “Atividades Desportivas”.

Quadro 7. Atividades Económicas Desportivas Abrangidas pelo Grupo 931

931 *ACTIVIDADES DESPORTIVAS*

Compreende, nomeadamente, a gestão das instalações desportivas, as actividades dos clubes desportivos, a organização de actividades desportivas, os organismos reguladores das actividades desportivas, as actividades de ginásio (fitness), actividades de atletas e de árbitros independentes.

9311 *GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS*

93110

Compreende as actividades de: exploração e gestão de qualquer tipo de instalações desportivas, que se dediquem, quer à prática de actividades físicas de competição regular, quer de recreação (com ou sem lugares sentados ou equipamento de visualização), em locais cobertos ou ao ar livre (estádios de futebol, campos de golfe e ténis, bowling, instalações de tiro, hipódromos, piscinas, pistas de atletismo, pistas de automobilismo, motocross e karting, recintos de boxe e de luta, locais de desportos de inverno, etc.). Inclui organização e gestão de manifestações desportivas, para profissionais ou amadores, por entidades com instalações próprias.

Não inclui:

- Exploração de teleféricos para esquiadores (49392);
- Aluguer de equipamento desportivo (77210);
- Actividades de manutenção física (93130);
- Gestão de instalações de toureio (93291);
- Infra-estruturas de praias (93294);

9312 *ACTIVIDADES DOS CLUBES DESPORTIVOS*

93120

Compreende as actividades dos clubes desportivos (futebol, andebol, basquetebol, ciclismo, hóquei em patins, natação, golfe, boxe, bowling, luta, ginástica, bilhar, halterofilismo, desportos de inverno, atletismo, tiro, xadrez, damas, cartas e de outros clubes), quer sejam profissionais, semi-profissionais ou amadores e que permitem aos seus sócios a oportunidade de participar em actividades desportivas. Inclui as actividades das Sociedades Anónimas Desportivas.

Não inclui:

- Aluguer de equipamento desportivo (77210);
- Actividades dos instrutores e treinadores individuais (85510);
- Gestão de instalações desportivas (93110);
- Organização e gestão de manifestações desportivas, para profissionais ou amadores, praticados em locais cobertos ou ao ar livre, por entidades com instalações próprias (93110);

9313 *ACTIVIDADES DE GINÁSIO (FITNESS)*

93130

Compreende as actividades de manutenção física, proporcionadas por ginásios que possuem espaços diversificados, oferecendo várias actividades (modalidades), sem preocupações de competição, de modo a preservar ou a melhorar a condição física.

Não inclui:

- Actividades dos instrutores e treinadores individuais (85510);
- Actividades de bem estar físico (96040);

9319 *OUTRAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS*

93191 *ORGANISMOS REGULADORES DAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS*

Compreende as actividades das federações desportivas, ligas de clubes e outros organismos reguladores das actividades desportivas.

93192 OUTRAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS, N.E.

Compreende as actividades de: produtores e promotores de acontecimentos desportivos com ou sem instalações; promoção de eventos desportivos; atletas, árbitros, cronometristas e de outros desportistas independentes; estábulos, canis e garagens, relacionados com a actividade desportiva; apoio à pesca e caça recreativas e desportivas; e dos guias de montanha. Inclui a gestão de zonas de caça e pesca.

Não inclui:

- Actividades de caça com fim lucrativo (01701);
- Aluguer de equipamento desportivo (77210);
- Actividades das escolas desportivas (85510);
- Actividades dos instrutores e treinadores individuais (85510);
- Organização de manifestações desportivas por clubes (93120);
- Actividades das infra-estruturas de praias (93294);
- Exploração de portos de recreio (93292);

Fonte: Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, INE 2007

De acordo com o INE (2007), existem duas principais categorias de empresas em Portugal. As sociedades, que podem ser do tipo anónimas, por quotas, cooperarias, agrupamentos complementares de empresas, as civis sob a forma de comercial, EIRL (estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada) e SUQ (Sociedades Unipessoais por Quotas) por um lado e os empresários em nome individual e trabalhadores independentes, por outro.

Como podemos verificar na tabela 7, o número de empresas nacionais no ramo das atividades desportivas em 2011 era de 5 840 unidades, representando em termos percentuais 19,9% do total da secção R. Em termos de pessoal ao serviço totalizava 12 938 pessoas, representando 29,2% da secção R.

Tabela 7. Estatísticas das Empresas CAE 931 – Atividades Desportivas

	Totais Nacionais			% no total da Secção R		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Empresas (nº)	6 303	6 130	5 040	20,0	21,2	19,9
Taxa de Variação (%)		-4,0	-4,7			
Pessoal ao Serviço (nº)	13 378	13 426	12 938	26,6	30,3	29,2
Taxa de Variação (%)		-1,8	-3,6			
Volume de Negócios (10 ⁶ euros)	521	659	597	35,6	36,9	36,4
Taxa de Variação (%)		6,1	-9,4			
VAB (10 ⁶ euros)	329	370	304	37,0	39,0	41,0
Taxa de Variação (%)		12,3	-1,7			
FBCF (10 ⁶ euros)	..	262	192	..	74,6	71,4
Taxa de Variação (%)		..	-26,7			
Emprego total (milhares) ⁽²⁾	16,6	16,2	21,5	35,8	43,9	41,4
Taxa de Variação (%)		-2,4	32,7			

Fonte: Ministério da Economia - Gabinete de Estratégia e Estudos

2.4.3. O Mercado do Desporto

De acordo com Tenreiro (1997), a situação do mercado do desporto sofreu transformações, fruto:

- i.* Do modo como as famílias consome e financiam as suas atividades;
- ii.* Quanto ao modelo de funcionamento das organizações que produzem os seus serviços;
- iii.* Quanto à ação do estado na regulação, no subsídio e na produção do serviço desportivo.

Ainda Tenreiro (2010), indica que não existe mercado da economia do desporto, pois o Estado não regula o mercado com base em instrumentos de análise económica. Da mesma opinião, Correia (2011), relata a quase completa ausência de estudos, de diagnósticos, de fundamentações nas decisões, nas áreas dos investimentos e das políticas desportivas, com base nos princípios ou nas metodologias de análise económicas.

Tenreiro (2010), refere que a economia do desporto tem um desafio apoiado em dois problemas de ciência económica:

1. A correta definição da concorrência no mercado do desporto, identificando as especificidades do mercado, de modo a definir adequadamente os direitos de propriedade e os critérios de maximização do lucro e do bem-estar dos parceiros desportivos;
2. A abundância de informação sobre as relações e impactos económicos da atuação dos parceiros desportivos a fim de diminuir os custos de transação tornando os mercados mais eficientes.

De acordo com Soares, Jesus, Oliveira, Escório e Kay (1995), podemos considerar cinco critérios de segmentação do mercado:

- i.* Geográficos (clima, dimensão da cidade, o relevo, tipo de solo entre outros);
- ii.* Demográficos (densidade, taxas de natalidade, envelhecimento, indicadores de estruturas etárias);
- iii.* Socioculturais (valores, costumes, tradições ou estilos de vida);
- iv.* Psicológicos (indicadores comportamentais e de personalidades);
- v.* Económicos (PIB, ordenado mínimo, desemprego, entre outros).

2.4.4. Atividades Produtos Relacionados com o Desporto

Vieira (2000) define serviço como um bem puro ou objetivo físico apropriável e transferível, cujo consumo é procedido pela sua conceção, produção e consumo.

Chelladurai (1995) indica que os produtos de uma organização podem ser bens, serviços ou ambos. O mesmo autor, refere que os produtos das organizações desportivas são divididos em duas dimensões:

1. Distinção entre serviços para consumidores e serviços para profissionais.
2. É o motivo que leva os consumidores a participarem, e que pode ser a busca do lazer, da excelência, da habilidade ou da saúde e condição física.

A classificação resultante inclui seis classes de serviços conforme descritos no seguinte quadro.

Quadro 8. Classificação dos Serviços de Desporto e Atividade Física (Chelladurai, P., 1995)

Serviços Consumidor-Lazer
Disponibilizar as facilidades e equipamento pedido pelos clientes (marcando no horário ou reservando), e organizar e conduzir diferentes tipos de competição. A premissa chave deste serviço é a motivação dos clientes e procuram apenas o prazer de uma atividade física
Consumidor Saúde/Condição Física
Alugar/vender atividades para satisfazer o desejo dos clientes de manutenção da condição física e saúde. O cliente sabe o que fazer e assume plena responsabilidade.
Habilidades Humanas
Ensinar/aprender as técnicas nas variadas formas de desporto ou atividade física. Este serviço requer conhecimento das estratégias e técnicas do desporto e a aplicação especializada da tecnologia ensinar/treinar, liderança e habilidades interpessoais.
Excelência
Conduzir e treinar os clientes para atingir a excelência numa atividade física específica (e.g., tiro com arco e basquetebol)
Manutenção
Organizar e conduzir com regularidade programas do exercício e condição física, debaixo da supervisão e orientação de um perito que providenciará uma liderança de qualidade e suporte social, em contraste com os clientes nos serviços da saúde. Ao físico, estes clientes preferem ocupar-se com atividade física num grupo organizado, e debaixo da liderança de especialistas.
Reabilitação Humana
Construir e oferecer programas de atividade física para reabilitação de pessoas que sofrem de deficiências em saúde, condição física e/ou aparência física (reabilitação cardíaca, redução de stress e programas de perda de peso)

Segundo o mesmo autor, é necessário catalogar e classificar os vários produtos (figura 3) que as organizações produzem em virtude do aumento do interface entre a gestão e a economia.

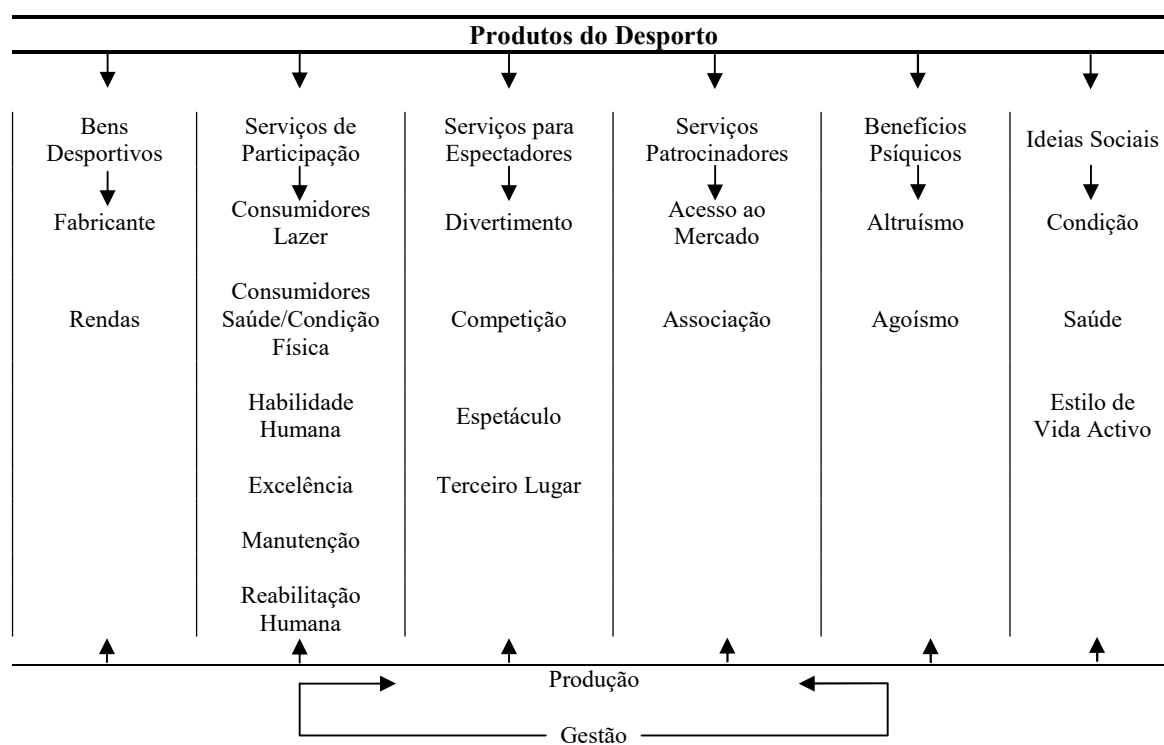


Figura 3. Classificação dos Produtos Desportivos (Chelladurai P., 1995)

Para Soares *et al.*, (1995), o produto desportivo enquanto serviço assume um conjunto de características:

- **Intangibilidade:** o produto desportivo não é material, embora já tenha sido consumido;
- **Inseparabilidade:** o produto desportivo é consumido ao mesmo tempo que é produzido;
- **Variabilidade:** o produto desportivo nunca é igual toda a sua envolvente externa é variável;
- **Perdurabilidade:** o produto desportivo não pode ser armazenado e como tal, no caso de grandes variações da procura, a oferta terá de adaptar-se continuamente.

2.4.5. Consumo Desportivo

Compreender os consumidores e o processo de consumo proporciona um conjunto de benefícios como o auxílio na tomada de decisão por parte dos gestores políticos, na tentativa de encontrar sinais para direccionar a produção de serviços desportivos, numa perspectiva de satisfação dos consumidores (Teixeira, 2000).

Segundo Viseu, Santos, Fernandes e Ribeiro (2002), o consumo desportivo pode ser passivo ou ativo. Activo se está diretamente relacionado com a prática e atividades

físicas e desportivas. No caso do consumo desportivo passivo, este está relacionado com:

- i.* Assistências ao vivo (por ex. estádios e pavilhões);
- ii.* Assistência via media (por ex. rádio, televisão e jornais);
- iii.* Estilo de vida desportivo.

Os mesmos autores consideram 21 categorias de despesas desportivas (tabela 8).

Tabela 8. Identificação das Categorias Relacionadas com o Consumo Desportivo (Adaptado pelo Autor)

N.º	Categorias
1	Vestuário e calçado
2	Aparelhos
3	Máquinas
4	Imóveis
5	Tratamentos e de lesões e despesas com remédios e produtos de tratamento
6	Alimentos, refeições e nutrição especial
7	Seguros
8	Apostas e jogos da sorte
9	Ações
10	Deslocação para a prática
11	Férias
12	Anuidades, mensalidade, joias em afeminações sem fins lucrativos e uso dos espaços
13	Donativos
14	Anuidades, mensalidades, joias em agremiações com fins lucrativos incluindo o uso de espaços
15	Professores, treinadores e monitores
16	Entradas/bilhetes
17	Reciclagens e cursos de formação e de iniciação
18	Deslocação para assistir
19	Literatura
20	Informação
21	Canais

Como refere Tenreiro (2012), o nível informal é o responsável pelo consumo de bens e serviços como os equipamentos desportivos, a alimentação, os transporte, as dormidas, assim como os bens associados à comunicação social, marketing e patrocínios.

Para a elaboração do Study on the Contribution of Sport to Economic Growth and Employment in the EU Final Report November 2012, sobre a contribuição do desporto no crescimento da economia e emprego dos 27 estados membros da UE entre 2011 e 2012, a Comissão Europeia concluiu que em termos económicos o desporto é uma atividade que tem repercussões noutros sectores. A figura 4, apresenta um exemplo de algumas das categorias mais importantes de atividades económicas associadas ao consumo desportivo.

Consumer Expenditure		
Goods and Services Conditional on Doing Sport		
Veterinarian	Dietary Supplements	Sport Bets
Health Services	Hotels, Restaurants (sport tourism)	TV Broadcasts
Doing Sport (According to the Statistical Definition)		
Stadiums	Swimming Pools	Professional sports
Goods and Services Necessary to Do Sport		
Racing Horses	Sport Shoes and Clothes	Sport Weapons
School Education	Sport Cars, Motorbikes	Fitness Centres
Watches, Clocks	Sailing Equipment	Dancing Schools

Figura 4. Visão Geral de Algumas Atividades e Produtos Relacionados com o Desporto

Fonte: European Commission, Directorate-General Education and Culture - Study on the Contribution of Sport to Economic Growth and Employment in the EU - Final Report

Segundo a European Commission, Directorate-General Education and Culture (2013), o contexto económico do desporto, é definido pela “Vilnius Definition of Sport” e é medido dentro de uma estatística específica cuja nomenclatura europeia é designada por Nomenclature Statistique des Activités Économiques de la Communauté Européenne (NACE). A categoria NACE destinada ao desporto é a 92.6 sendo designada por "Atividades Desportivas" onde estão incluídos, os produtos e serviços necessários para a prática desportiva e os bens e serviços relacionados com o desporto

A “Vilnius Definition of Sport” distingue uma definição estatística, restrita e ampla de desporto da seguinte forma:

- i. **Definição Estatística** – corresponde ao NACE 93.1 Rev. 2.0 “Atividades Desportivas” antiga NACE 92.6 Rev. 1.1;
- ii. **Definição Específica/Restrita** – corresponde a todas as atividades que são inputs para o desporto (i.e. produtos e serviços necessários para praticar desporto, tais como calçado, vestuário) mais a definição estatística;

- iii. Definição Geral/Ampla – inclui as duas definições (i.e. todos os bens e serviços que estão relacionados a uma prática desportiva, mas sem serem necessariamente para fazer desporto, como por exemplo os media).

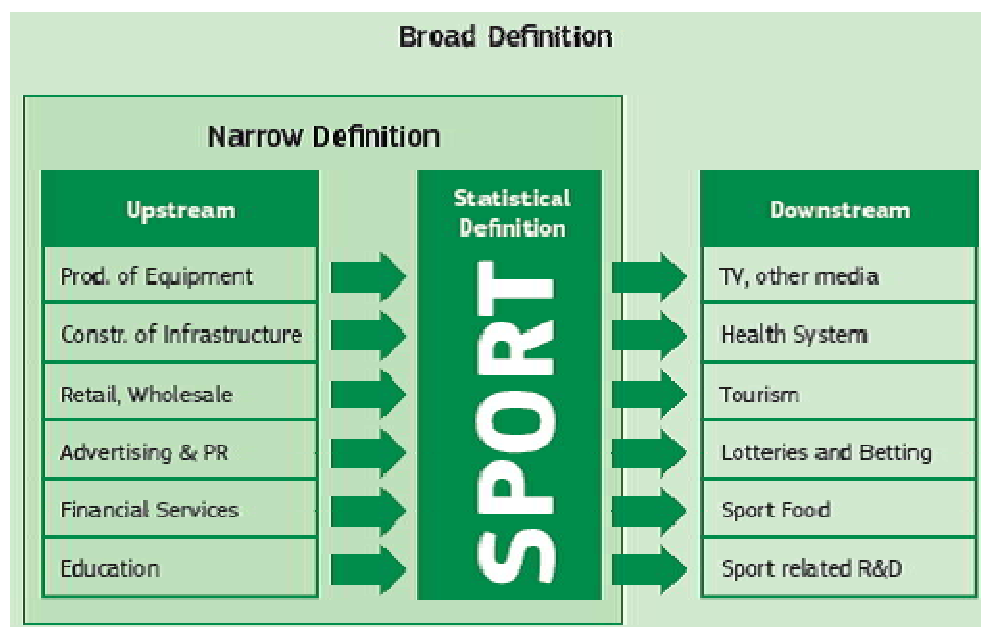


Figura 5. Relacionamento Intersectorial da “Vilnius Definition of Sport”

Fonte: European Commission, Directorate-General Education and Culture - Sport Satellite Accounts 2013

Com o objetivo de contribuir para a definição política da UE e dos seus objetivos estratégicos no âmbito da estratégia Europa 2020, os resultados deste relatório, tinha dois objetivos fundamentais. O primeiro apresentar uma estimativa da magnitude do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e o segundo apresentar dados sobre o emprego.

No que ao VAB diz respeito, a percentagem relacionada com o desporto para a UE é de 1,13% para a definição restrita/específica e de 1,76% para a definição geral/ampla do desporto. A percentagem VAB de acordo com a definição estatística é de 0,28%.

Em termos de efeitos diretos, o VAB ascende a 112,18 € mil milhões de euros de acordo com a definição restrita/específica e 173,86 € mil milhões de euros no que diz respeito à definição geral/ampla. Para a definição estatística do desporto, o valor é de 28,16 € mil milhões de euros.

Para Portugal, o relatório indica que o VAB é de 0,96% para a definição restrita/específica e de 1,19% para a definição geral/ampla. A percentagem do VAB de acordo com a definição estatística é de 0,02%.

Em termos de efeitos diretos, o VAB apresenta valores na ordem dos 1,23 € mil milhões de euros de acordo com a definição restrita/específica e de 1,53 € mil milhões de euros no que diz respeito à definição geral/ampla. No que se refere à definição estatística do desporto o valor é de 0,03 € mil milhões de euros. Como podemos verificar (tabela 9), os resultados de Portugal apresentam valores abaixo da média da UE.

Tabela 9. Comparação do VAB entre a Média Europeia e Portugal

		Estatística	Restrita/Específica	Geral/Ampla
União Europeia	%	0,28	1,13	1,76
	€	28,16 mil milhões	112,18 mil milhões	173,86 mil milhões
Portugal	%	0,02	0,96	1,19
	€	300 milhões	1,23 mil milhões	1,53 mil milhões

2.4.6. Impactos Económicos Induzidos pelo Sector do Desporto

Centrado na importância económica que o desporto induz, vários países da UE realizaram estudos no sentido de compreender os impactos provocados pelo desporto. Neste contexto vamos apresentar dados sobre a Irlanda do Norte, Inglaterra, Holanda, Espanha, França e Portugal.

Na Irlanda do Norte, segundo o Department of Culture, Arts and Leisure (2008), foi elaborado o Economic Importance of Sport in Northern Ireland. Os resultados indicam que foram gastos em bens e serviços relacionados com o desporto um total de £ 688 milhões de libras, representando 2,8% do total do consumo (tabela 10).

Tabela 10. Consumo e Despesas do Desporto na Irlanda do Norte

	1998	2004	2008
	£m	£m	£m
Sport clothing and footwear	84	130	175
Sports equipment	15	31	56
Participation subscriptions and fees	43	67	144
Admissions to events	10	15	22
Sport-related gambling	56	103	130
TV rental, cable and satellite subscriptions		39	71
Other sport-related expenditure	57	75	90
Total	255	446	688

Fonte: Department of Culture, Arts and Leisure - Economic Importance of Sport in Northern Ireland

A roupa desportiva e o calçado estão no topo dos gastos dos consumidores em matéria de desporto, representando 25% do mercado num total de £ 175 milhões de libras. De destacar as quotizações, responsáveis por £ 144 milhões de libras representando 21% do mercado. As despesas com os jogos de apostas e lotarias apresentam valores na ordem dos £ 130 milhões de libras.

Na Inglaterra, segundo a Sport England (2013), o valor económico do desporto gerou em 2010 um valor bruto de £ 20,3 biliões de libras, representando 1,9% da economia na Inglaterra. Este valor colocou o desporto no top 15 do setor ao nível da indústria. O valor distribuiu-se da seguinte forma:

- £ 11,7 biliões de libras relacionados com serviços e bens para a prática desportiva;
- £ 8,5 biliões de libras em serviços e bens associados ao desporto.

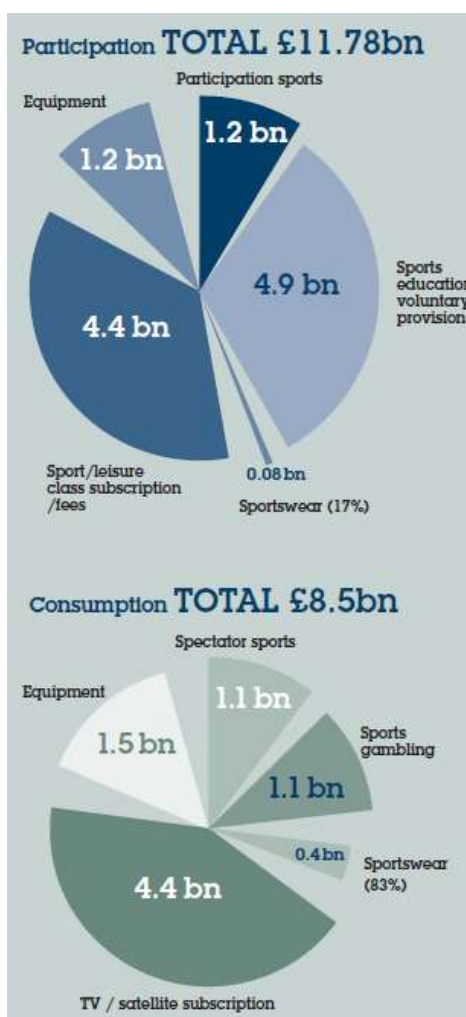


Figura 6. Impacto Económico do Desporto na Inglaterra 2010

Fonte: Sport England - Economic Value of Sport in England 2013

No caso da Holanda, o Ministério da Saúde, Bem-Estar e Desporto (VWS) Holandês tem vindo a solicitar à Statistics Netherlands desde 2006, vários estudos com base na "Vilnius Definition of Sport".

Segundo a Statistics Netherlands (2013), em 2010, o valor total dos bens e serviços desportivos produzidos internamente totalizaram aproximadamente 10,5 € biliões de euros, correspondendo a 0,9% do valor total da produção da economia holandesa. A indústria do sector desportivo onde se incluem os prestadores de serviços de desportos, lazer e fitness obtiveram receitas na ordem de 2,8 € biliões de euros através de taxas de adesão, taxas de formação e serviços de catering. O governo central e local contribuíram com outros 1,4 € biliões de euros em construção, manutenção e funcionamento de instalações desportivas municipais, como piscinas e ginásios. Dois outros setores económicos com envolvimento na área do desporto, foram os sectores do comércio a retalho e por grosso, em que os lucros das vendas de artigos desportivos, calçados, bicicletas e outras artigos geraram valores de 1,3 € biliões de euros.

Segundo o Subdirección General de Estadística y Estudios, Secretaría General Técnica Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (2015), em 2014, o valor global das exportações de bens relacionados com o desporto em Espanha foi de 241,5 € milhões de euros, números que representam aumentos anuais na ordem dos 7,3%. Do valor global, 236,5 € milhões de euros são relativos a artigos e equipamentos desportivos enquanto que os restantes 5 € milhões de euros dizem respeito a iates e outras embarcações de recreio, não estando incluídos barcos infláveis, veleiros, com ou sem motor e barcos a motor auxiliar, exceto com motores de popa conforme a tabela seguinte.

Tabela 11. Comércio Externo de Bens Associados ao Desporto em Espanha

	Importación					Exportación				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
VALORES ABSOLUTOS (Millones de euros)	399,6	371,4	353,5	353,0	421,6	168,2	311,1	195,0	225,1	241,5
Artículos y material deportivo	383,4	354,1	341,1	340,8	405,9	165,8	289,3	189,7	215,6	236,5
Yates y demás barcos y embarcaciones de recreo o deporte	16,2	17,3	12,4	12,2	15,7	2,4	21,8	5,3	9,5	5,0
DISTRIBUCIÓN PORCENTUAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Artículos y material deportivo	95,9	95,3	95,5	96,6	96,3	98,6	93,0	97,3	95,8	97,9
Yates y demás barcos y embarcaciones de recreo o deporte	4,1	4,7	3,5	3,4	3,7	1,4	7,0	2,7	4,2	2,1

Fonte: Subdirección General de Estadística y Estudios, Secretaría General Técnica Ministerio de Educación, Cultura y Deporte - Anuário de Estadísticas Desportivas 2015

Em França e segundo La FPS – Fédération Professionnelle des Entreprises du Sport & des loisirs¹⁰, em 2012, as vendas de serviços e bens desportivos cresceu cerca de 3%, apresentando receitas no setor na ordem dos 9,6 € biliões de euros. Comparativamente com 2011 (+2%) e 2012 (+ 3%), confirmou-se o aumento no mercado desportivo na França.

No caso de Portugal, a informação disponível é a promovida pelo INE I.P. Neste sentido e com base nas Estatísticas de Produção Industrial editado em 2012, no que diz respeito à Divisão 32 cuja designação é Outras Industrias Transformadoras, a subclasse 32300 que identifica a fabricação de artigos desportivos, apresentou-se no sexto lugar do valor total de vendas com 17,5 € milhões de euros em 2011, representado 3,6% do total de vendas verificado na divisão 32 conforme podemos verificar na tabela 12.

¹⁰ A FPS representa as empresas especializadas na fabricação e comércio de artigos desportivos, redes de comércio e serviços associados de França

Tabela 12. Dados da Subclasse da Divisão 32 – Outras Indústrias Transformadoras em 2011

Divisão 32

Outras indústrias transformadoras

2011		Unid. Ativ. Econ. nº	Valor das Vendas				Portugal
CAE Rev.3	Designação		Total	Mercado Nacional	União Europeia	Países Terceiros	Serviços Prestados
32		427	485 206 014	264 014 808	199 139 265	22 051 941	21 159 324
32110	Cunhagem de moedas	3	11 143 064	0 350 363	1 250 650	34 041	...
32120	Fabricação de joalharia, ourivesaria e artigos similares	127	79 956 467	71 723 204	4 127 162	4 106 101	5 349 280
32130	Fabricação de bijutarias	27	8 046	184 551
32200	Fabricação de instrumentos musicais	9	3 384 731	503 812	2 595 457	185 462	288 115
32300	Fabricação de artigos de desporto	21	17 703 576	13 340 441	3 621 928	741 209	944 737
32400	Fabricação de jogos e de brinquedos	10	4 624 345	1 402 244	3 170 380	161 721	1 285 031
32500	Fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico	114	242 524 529	101 988 582	129 903 248	10 632 691	2 717 898
32910	Fabricação de vassouras, escovas e pincéis	15	12 349 769	10 472 048	1 609 439	268 282	604 205
32991	Fabricação de canetas, lápis e similares	2	0
32992	Fabricação de fechos de correr, botões e similares	12	28 398 181	17 362 309	9 062 375	1 473 496	53 171
32993	Fabricação de guarda-sóis e chapéus de chuva	6	11 617 488	4 348 504	350
32994	Fabricação de equipamento de protecção e segurança	8	25 611 524	1 383 630	20 874 124	2 853 770	...
32995	Fabricação de caixões mortuários em madeira	22	17 375 166	15 167 017	40 105	1 168 044	...
32996	Outras indústrias transformadoras diversas n.e.	50	28 504 676	12 519 539	15 557 253	328 079	6 301 992

Fonte: INE- Estatísticas de Produção 2011. Edições 2012

A análise da tabela 13, permite-nos verificar que de entre os principais produtos da indústria do vestuário produzidos em 2011, os produtos relacionados com o desporto representavam 3,12% do valor das vendas relativamente ao total de produtos produzidos.

Tabela 13. Valores das Vendas na Divisão 14 - Indústria do Vestiário em 2011

Divisão 14

Indústria do vestuário

2011

Produtos Produzidos	Unid.	Quantidades		Portugal	
		Produzidas	Vendas	Valor das Vendas (Euros)	
		2010 (Rv)	2011		
Principais Produtos:					
T-shirts (inclui os bodys) e camisolas interiores (camisetas) de malha	nº	104 909 712	90 600 147	90 663 382	457 175 309
Camisas de algodão e de outras matérias (exceto malha e de trabalho), de uso masculino	nº	7 971 617	8 417 575	8 337 916	103 525 085
Outras meias de qualquer espécie e artefactos semelhantes, de malha, inclui as meias para varizes, artigos em forma de palmilha, ponta do pé, calçado sem sola e semelhantes (exceto meias-calças (collants) e meias com < 67 decitex, de uso feminino e unissexo)	pa	196 478 279	201 621 151	200 365 869	96 227 495
Vestidos, de malha	nº	6 662 332	5 430 735	5 392 819	56 492 670
Casacos (exceto de malha e de trabalho), de uso masculino	nº	1 436 347	1 304 589	1 292 927	53 636 125
Camiseiros, blusas, blusas-camiseiros (exceto de malha e de trabalho), de uso feminino e unissexo	nº	5 143 819	5 339 645	5 336 620	52 885 779
Casacos (exceto de malha e de trabalho), de uso feminino e unissexo	nº	1 478 480	2 540 870	2 193 633	41 346 718
Fatos (exceto de malha e de trabalho), de uso masculino	nº	496 892	586 060	559 114	40 458 981
Camisas de malha, de uso masculino	nº	5 652 979	4 398 326	4 360 726	33 674 487
Vestuário e seus acessórios para bebés, de malha (inclui camisolas interiores, fatos-macacos, baby-grows, calções, cuecas, fraldas, luvas, mitenes, bibes e artigos semelhantes)	x	x	x	x	31 625 983
Vestidos, exceto de malha	nº	1 873 269	1 733 901	1 709 924	31 599 465
Soutiens, inclui os de cós alto	nº	3 666 871	3 581 137	3 528 434	31 535 859
Coletes (exceto acolchoados), fatos de treino, vestuário especial de desporto, dança ou ginástica e outro vestuário n.e., inclui sweatshirts (exceto fatos de esqui, de malha e de trabalho), de uso masculino	nº	5 272 729	3 551 530	3 532 294	31 399 859
Camiseiros, blusas, blusas-camiseiros de malha, de uso feminino e unissexo	nº	5 462 829	4 998 064	4 956 299	30 900 379
Camisolas, pulôveres, sweatshirts, coletes e cardigans de lã ou de pelos finos (exceto camisolas e pulôveres com ≥50%, em peso, de lã e ≥ 600g/unid.), de uso feminino e unissexo	nº	2 118 259	2 259 646	2 248 124	30 005 835
Casacos (exceto casacos compridos), de malha, de uso feminino e unissexo	nº	2 895 803	3 613 870	3 584 326	28 776 679
Calças, jardineiras, bermudas e calções (shorts) de malha, de uso feminino e unissexo	nº	6 773 555	5 194 209	5 180 780	27 458 406
Calças e bermudas de algodão, inclui veludos e pelúcias (exceto de "denim", de malha e de trabalho), de uso feminino e unissexo	nº	2 247 188	2 266 087	2 252 365	26 082 233
Meias até ao joelho e meias acima do joelho, com < 67 decitex, por fio simples, de malha, de uso feminino e unissexo	pa	61 356 675	66 903 027	64 996 402	24 228 433
Coletes (exceto acolchoados), fatos de treino, vestuário especial de desporto, dança ou ginástica e outro vestuário n.e., inclui sweatshirts (exceto fatos de esqui, de malha e de trabalho), de uso feminino e unissexo	nº	3 906 428	3 842 660	3 815 845	23 486 881
Outros produtos da atividade	x	x	x	x	502 637 514
Total de Produtos Produzidos	x	x	x	x	1 755 160 175

Fonte: INE- Estatísticas de Produção 2011. Edições 2012

2.5. Empregabilidade no Sector do Desporto

2.5.1. O Conceito de Empregabilidade

Gaizder citado por Miragaia e Carvalho (2012) sistematiza o conceito de empregabilidade em sete dimensões. Estas sete dimensões são designadas por:

1. Empregabilidade dicotómica;
2. Empregabilidade desociomédica;
3. Empregabilidade da política da força de trabalho;
4. Empregabilidade de fluxo;
5. Empregabilidade da performance no mercado de trabalho;
6. Empregabilidade de iniciativa;
7. Empregabilidade interativa.

Face às novas configurações dos mercados de trabalho que evoluíram ao longo do tempo, os mesmos autores referem McQuaid e Lindsay. Estes apresentaram uma abordagem holística que contempla três componentes inter-relacionadas:

- Os fatores individuais, associados às competências e ao saber-fazer;
- As circunstâncias pessoais, relacionados com os valores e meio social envolvente;
- E os fatores externos dependerão essencialmente do ciclo económico e do contexto da região ou país.

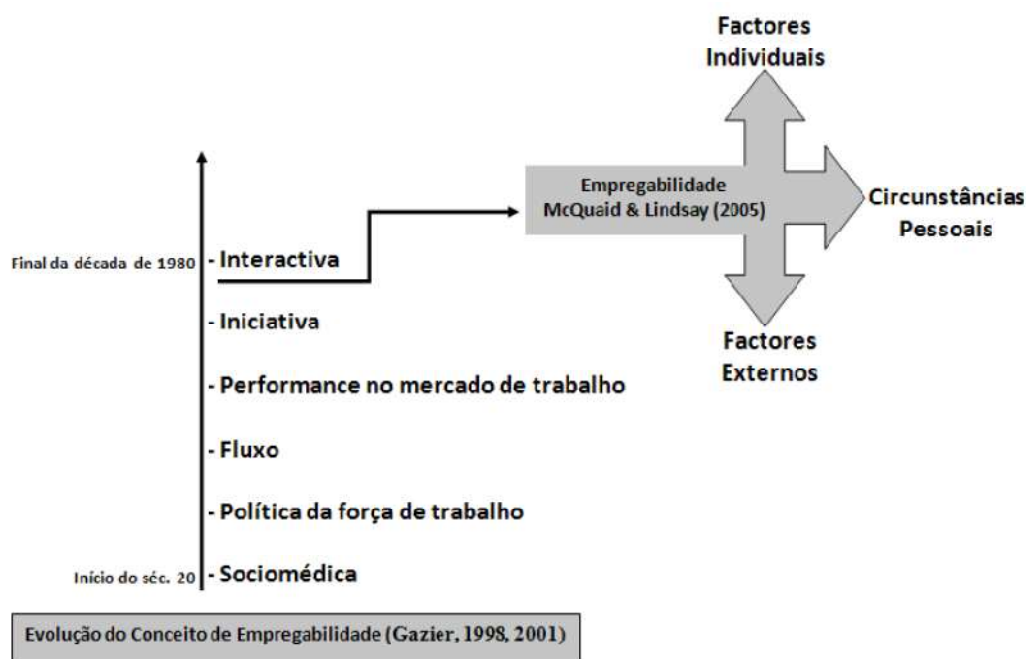


Figura 7. Conceito de empregabilidade (Miragaia & Carvalho 2012)

Para Miragaia e Carvalho (2012), não se podem ignorar que as profissões na área do desporto sofreram igualmente novas configurações ao longo dos tempos conduzindo a níveis tão diferenciados quer em Portugal, quer nos diferentes países da Europa.

Esta modificação na área do desporto verificou-se devido à progressiva formação académica que os profissionais na área do desporto começaram a alcançar.

2.5.2. Taxonomia das Qualificações, Competências e Profissões Europeias

O projeto European Skills, Competences, Qualifications and Occupations (ESCO), faz parte da estratégia da Europa 2020, e o seu objetivo é criar um banco de dados que possa cobrir todos os setores e todas as ocupações do desporto identificando e classificando as habilidades, competências, qualificações e profissões relevantes para o mercado da educação e da formação ao nível da Europa.

A primeira versão pública do ESCO foi a ESCO v0. lançado em Outubro de 2013. Esta versão é baseada na classificação EURES, sendo apresentadas 4 761 ocupações e cerca de 5 000 habilidades e competências, bem como algumas qualificações.

O grupo de trabalho assenta o desenvolvimento desta base de dados em 3 pilares da informação:

- Ocupações - títulos com base em códigos NACE;
- Habilidades e competências para cada profissão;
- Qualificações que correspondem as habilidades exigidas.

Miragaia e Carvalho (2012, p.32) sugerem “a necessidade de se fazer uma maior desagregação das classes até aos 6 dígitos. Deste modo a classificação sugerida resulta nos seguintes dados: (i) Atividades do Desporto: 1 secção, 1 Divisão, 1 grupo e em 66 classes; (ii) Atividades Relacionadas com Desporto: 9 secções, 8 subsecções, 29 divisões, 51 grupos, 99 classes. Esta proposta reflete a complexidade e a dimensão das atividades económicas que envolvem o desporto e que traduzem a amplitude e oportunidade profissional desta área para além das profissões convencionais mais consideradas”.

Segundo o comunicado Desenvolver a Dimensão Europeia do Desporto¹¹ os estados-membros e o movimento desportivo reconhecem a necessidade de profissionais mais qualificados no sector do desporto. O elevado nível de profissionalismo e a diversidade de profissões no desporto, associados à crescente mobilidade na UE, reforçam a importância de incluir mais qualificações relacionadas com o desporto, de modo a estabelecer uma correspondência com o Quadro Europeu de Qualificações (QEQ).

Três áreas de atividades, relacionadas com o QEQ, foram consideradas prioritárias pelos *stakeholders* do sector do desporto:

- i.* Desenvolver uma estrutura europeia das atividades e das profissões do sector do desporto com a descrição das competências relacionadas, baseada nos níveis e descritores do QEQ;
- ii.* Estabelecer e reforçar as relações entre as autoridades nacionais das qualificações e os representantes do sector do desporto a nível nacional e europeu no sentido de promover uma visão comum sobre as qualificações e a estrutura das qualificações no sector do desporto;

¹¹ Bruxelas, 18.1.2011 - COM (2011) 12 final

- iii.* Desenvolver e difundir os princípios e os mecanismos que sustentam a implementação do processo de Copenhaga/QEQ no sector do desporto seguido de uma avaliação da sua situação real.

Segundo Leite (2013), a nível internacional, são várias as entidades que estudam no contexto do desporto, a valência do emprego:

- European Observatoire of Sport Employment (EOSE);
- Vocational education and training in the field of sport in the European Union situation, trends and a outlook (VOCASPORT);
- The European Association of Sports Employers (EASE);
- EUROPEAN Observatoire of Sport Education and Employment Network (EUROSEEN);
- THE EUROPEAN Network of Sport Education and Employment (ENESSEE);
- European Association for Sport Management (EASM);
- Sport Industry Research Centre – UK Sport (SIRC);
- Sports Econ Austria (SPEA);
- Department for Culture, media and sport – UK Sport (DCMS);
- Instituut Sport en Bewegingsstudies – Hogeschool van Arnhem en Nijmegen.

De acordo com o levantamento efetuado pela autora, gostaríamos de acrescentar as seguintes instituições com intervenção nesta matéria:

- Uni-Europa (EURO-MEI);
- EOC – European Olympic Committees;
- EHFA – European Health and Fitness Association;
- SkillsActive;
- Incual – Instituto Nacional de las Cualificaciones.

2.5.3. Empregabilidade no Setor do Desporto na Europa

A Comissão Europeia considera que se pode explorar de forma mais eficaz o potencial do desporto enquanto instrumento de inclusão social, contribuindo para a criação de emprego e para o crescimento económico.

Um relatório apresentado durante a Presidência austríaca¹², em 2006, indicou que o desporto, criou emprego para 15 milhões de pessoas, representando 5,4 % da mão-de-obra na UE.

Outro estudo¹³, este baseado na “Vilnius Definition of Sport”, indica que o número total de emprego na UE totalizava 7 378 671 pessoas para a definição ampla/geral, representado 3,51% do número total de emprego, 5 085 137 de pessoas na definição restrita/específica (2,42%) e 1 154 389 de pessoas para a definição estatística o que corresponde a 0,55% (tabela 14).

Tabela 14. Percentagem e Número de Empregos Verificados na UE (Adaptado pelo Autor)

		Estatística	Restrita/Específica	Geral/Ampla
União Europeia	Postos de Trabalho Diretos	659 770	3 138 350	4 460 888
	Postos de Trabalho Indiretos	494 619	1 946 787	2 917 783
	N.º Total de Postos de Trabalho	1 154 389	5 085 137	7 378 671
	%	0,55%	2,42%	3,51%

Com base no Eurobarometer 213 (2014), podemos verificar que na generalidade, os países da UE reconhecem a importância das profissões do desporto.

¹² D. Dimitrov/C. Helmenstein/A. Kleissner/B. Moser/J. Schindler: Die makroökonomischen Effekte des Sports in Europa, Studie im Auftrag des Bundeskanzleramts, Sektion Sport, Viena, 2006.

¹³ Study on the Contribution of Sport to Economic Growth and Employment in the EU. Final Report November 2012

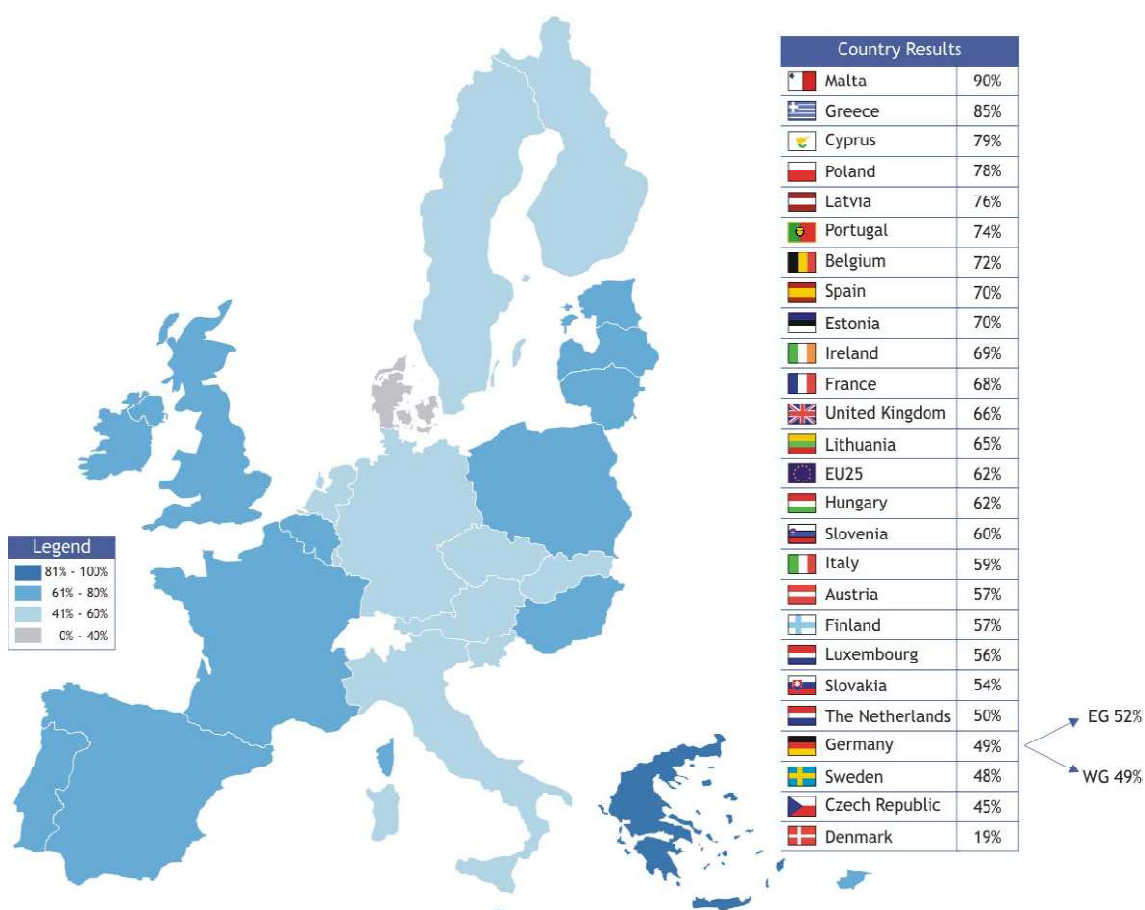


Figura 8. Reconhecimento das Profissões do Desporto (Eurobarómetro 213)

No caso de Espanha, segundo a Subdirección General de Estadística y Estudios, Secretaría General Técnica Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (2015), o volume médio anual de emprego desenvolvido pelas empresas relacionadas com as atividades desportivas, tais como gestão de instalações, atividades dos clubes e academias ou fabricação de artigos de desporto ascendeu em 2014 para 189 400 pessoas, representando 1,1% da média anual de emprego em Espanha.

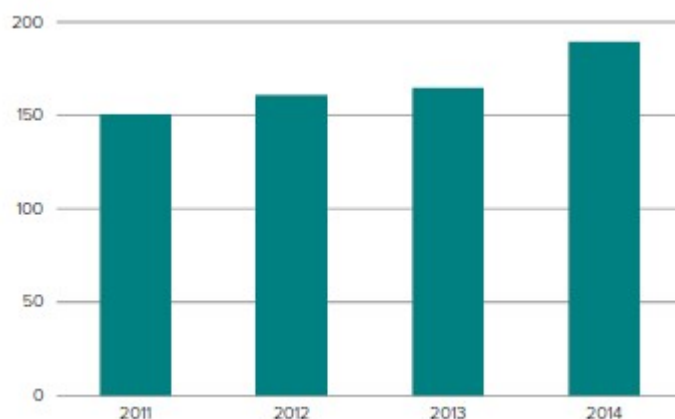


Figura 9. Emprego Médio Anual Associado a Certas Profissões ou Atividades Desportivas em Espanha

Fonte: MECD | Anuário de Estadísticas Desportivas 2015

Relativamente à situação profissional, a percentagem de pessoas empregadas que recebiam vencimento, situava-se nos 82,4%, sendo que 62,6% tinham contrato a termo indeterminado e apenas 19,8% a termo certo, o que mostra a aposta no sector do desporto com profissionais a tempo inteiro (84,1%) (tabela 15).

Tabela 15. Emprego Médio Anual Associado a Determinadas Ocupações e Atividades Desportivas por Situação Profissional e Tipo de Vínculo em Espanha

	EMPLEO VINCULADO AL DEPORTE						Distribución porcentual del empleo total	
	VALORES ABSOLUTOS (En miles)		En porcentaje del total de empleo		Distribución porcentual			
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
TOTAL	164,6	189,4	1,0	1,1	100	100	100	100
SITUACIÓN PROFESIONAL								
No asalariados	22,1	20,4	0,7	0,7	13,4	10,8	17,9	17,6
Asalariados	142,4	168,9	1,0	1,2	86,6	89,2	82,1	82,4
Contrato indefinido	82,5	97,4	0,8	0,9	50,1	51,4	63,1	62,6
Contrato temporal	60,0	71,5	1,8	2,1	36,4	37,8	19,0	19,8
TIPO DE JORNADA								
Tiempo completo	91,2	104,5	0,6	0,7	55,4	55,2	84,2	84,1
Tiempo parcial	73,4	84,8	2,7	3,1	44,6	44,8	15,8	15,9

Fonte: Anuário de Estadísticas Desportivas 2015

Dados sobre o desporto na Irlanda do Norte segundo o Department of Culture, Arts and Leisure (2008), o número de indivíduos empregados no desporto eram de 17 900 pessoas, o que correspondia a 2,3% do emprego total na região.

Segundo a England Sport (2013), em 2010, foi estimado um valor de 440 mil postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro, representando 2,3% do total de postos de trabalho na Inglaterra.

2.5.4. Indicadores de Empregabilidade no Setor do Desporto em Portugal

O setor do desporto apresenta-se como uma área onde as possibilidades de emprego são variadas.

Segundo Pires e Lopes (2001), o desporto apresenta-se como um sector de intervenção profissional diversificada com enormes potencialidades, quer no plano económico, quer social. Dos diversos trabalhos realizados foi possível concluir que existem a nível dos diversos países:

- Estruturas estatais descentralizadas segundo uma dinâmica territorial mais ou menos orgânica;
- Estruturas profissionais de acolhimento tanto a nível internacional como nacional;
- Estruturas de poder local com capacidade de intervenção no mundo do desporto;
- Um crescente número de federações desportivas internacionais, nacionais e regionais;
- Um número indeterminável de associações de modalidades;
- Milhares de clubes, grandes, médios e pequenos;
- Ginásios e centros de “fitness”;
- Empresas de serviços desportivos;
- Empresas de marketing e publicidade interessadas em integrarem a ideia e o produto desporto nos seus projetos;
- Grandes e médias empresas a considerarem o desporto nas suas políticas de recursos humanos;
- Milhares de instalações desportivas de diversos tipos que tem de ser geridas por profissionais com formação especializada.

Para Karen Daylchuck citado pelos mesmos autores, as oportunidades de oferta de emprego no âmbito do desporto, nos próximos dez anos, segundo uma pesquisa entre diversas instituições a nível mundial, vão evoluir de acordo com os seguintes itens:

1. Turismo;
2. Empreendimentos;
3. Gestão de eventos;
4. Negócios;
5. Especialistas.

De acordo com o "Study on the Contribution of Sport to Economic Growth and Employment in the EU. Final Report November 2012", realizado em 2011-2012 e encomendado pela, Direcção-Geral de Educação e Cultura da Comissão Europeia sobre a contribuição do desporto para o crescimento económico e o emprego na União Europeia, indica que a quota de emprego relacionado com o desporto para Portugal com base na "Vilnius Definition of Sport" é de 1,15% para a definição

específica/restrita e de 1,41% para a definição geral/ampla. A taxa de emprego de acordo com a definição estatística é de 0,03%.

Estas percentagens representam valores abaixo da média da UE que apresentam percentagens de 1,49% para a definição específica/restrita e 2,12% para a definição geral/ampla.

Relacionados com o emprego direto no desporto o número de funcionários ascende a 59 086 pessoas, de acordo com a definição estreita/restrita e 72 101 pessoas em relação à definição geral/ampla. No que diz respeito à definição estatística o valor é 1 452 pessoas.

2.5.5. Profissões no Setor do Desporto

Segundo o EOSE, as ocupações nesta área podem ser divididos em dois grandes grupos:

- **Grupo das profissões do desporto**, que compreendem o conjunto das ocupações respeitantes a uma atividade desportiva renumerada. Neste grupo estão inseridos os árbitros e juizes desportivos profissionais, os animadores desportivos, instrutores e os treinadores desportivos.
- **Grupo das profissões relacionadas com o desporto**, que integram um vasto leque de profissionais, que não constituindo os atores principais da atividade desportiva necessitam duma formação, mais geral ou específica como os casos dos professores de educação física, os gestores do desporto, os médicos, os agentes de marketing desportivo, os técnicos de manutenção de equipamentos desportivos, os promotores de eventos desportivos, os promotores de eventos desportivos, os especialistas da indústria ou comercialização de equipamentos (vestuário e calçado) e os agentes de desportistas profissionais.

As profissões em Portugal são classificadas segundo a Classificação Portuguesa das Profissões (CCP) do Instituto do Emprego e Formação Profissional I.P., (IEPF).

Podemos encontrar as profissões associadas ao desporto no Grande-Grupo 3 “Técnicos e Profissões de Nível Intermédio”.

Quadro 9. Profissões do Desporto Identificadas na CPP 2010 (Adaptado pelo Autor)

Grande Grupo 3	Técnicos e Profissões de Nível Intermédio
Sub Grande Grupo 34	Técnicos de nível intermédio dos serviços jurídicos, sociais, desportivos, culturais e similares
Sub Grupo 342	Técnicos de atividade física e de desporto
<i>Grupo Base 3421</i>	<i>Atletas e desportistas de competição</i>
Profissão 3421.1	Jogador profissional de futebol
Profissão 3421.2	Ciclista profissional
Profissão 3421.3	Outros atletas e desportistas de competição
<i>Grupo Base 3422</i>	<i>Treinadores, instrutores e árbitros, de desporto</i>
Profissão 3422.1	Treinador de desportos
Profissão 3422.2	Árbitro (juiz) de desportos
Profissão 3422.3	Instrutor de desportos
Profissão 3423.0	Instrutor e monitores de atividade física e recreação

2.6. Conta Satélite do Desporto

Em 2006 a UE cria um Grupo de Trabalho sobre o desporto e a economia para analisar e compilar dados estatísticos em matéria económica sobre o sector do desporto apresentando em 2007 um instrumento que permite construir os conteúdos de dados a nível nacional sendo definida por "Vilnius Definition of Sport".

Como já referimos anteriormente a "Vilnius Definition of Sport", distingue uma definição estatística, estrita e alargada de desporto da seguinte forma:

- i. **Definição Estatística** – corresponde ao NACE 93.1 Rev. 2.0 “Atividades Desportivas” antiga NACE 92.6 Rev. 1.1;
- ii. **Definição Específica/Restrita** – corresponde a todas as atividades que são inputs para o desporto (i.e. produtos e serviços necessários para praticar desporto, tais como calçado, vestuário) mais a definição estatística;
- iii. **Definição Geral/Ampla** – inclui as duas definições (i.e. todos os bens e serviços que estão relacionados a uma prática desportiva, mas sem serem necessariamente para fazer desporto, como por exemplo os media).

A Conta Satélite do Desporto (CSD), é o principal ponto de referência para a elaboração das políticas económicas nacionais ao nível macro e o seu peso real no Produto Interno Bruto (PIB), articuladas pelo serviço de estatística de cada país. Têm por objetivos:

- I. Apoio na investigação económica, estimulando o rigor metodológico e coerência estrutural;
- II. Apoiar as decisões políticas a todos os níveis, fornecendo um quadro de análise em termos de desenvolvimento e de decisões de investimento;

- III. Realizar análise no mercado de trabalho;
- IV. Apresentação da situação desportiva real.

Uma CSD, sendo o núcleo de uma Tabela Input-Output do Desporto, filtra as Contas Nacionais para atividades desportivas relevantes no sentido de extrair todos os números relacionados com o desporto. O instrumento da CSD permite que todas as atividades económicas relacionadas com o desporto apareçam explicitamente, ao invés de as manter ocultas.

A seguinte tabela, apresenta-nos dados da CSD da Austria, Checoslováquia, Chipre, Dinamarca, Holanda, Polónia e o Reino Unido

Tabela 16. Resultados ao Nível do Emprego, VAB e Consumo por Parte das Contas Satélite

	Employment		Gross Value Added		Consumer	
	thsd. heads	% of total	bn Euro	% of total	bn Euro	% of total
AT	243.0	6.4%	10.7	4.9%	4.9	3.6%
CH	88.6	2.5%	6.0	1.7%		
CY	7.6	2.2%	0.31	2.4%	0.3	3.7%
DE	1,765.0	4.4%	73.1	3.3%	89.1	6.6%
NL	130.0	1.5%	4.7	1.0%	6.8	2.7%
PL	225.5	1.5%	5.3	2.0%	3.5	1.2%
UK	629.5	2.5%	36.6	2.3%	32.0	3.0%

Remark 1) Reference year: AT 05, CH 08, CY 04, DE 08, NL 06, PL 06, UK 08

Remark 2) CH: consumer expenditures were not calculated

Remark 3) CH values do not include investment in sport grounds / facilities, expenditures on travel to / from sport venues or to / from sport holiday.

1 € = 0.58 CE (2004) 1 € = 3,9 zł (2006)

1 € = 1,52 CHF (2006) 1 € = 0.66 £ (2008)

Fonte: Sport Satellite Accounts. A European Project 2013

No seguimento de um protocolo estabelecido no dia 3 de abril de 2014 entre o IPDJ I.P., e o INE I.P., a CSD encontrando-se atualmente a ser estruturada.

2.7. Síntese da Revisão Bibliográfica

Finalizamos a nossa bibliografia com a esquematização da revisão bibliográfica que foi realizada e que consideramos essencial para este estudo.

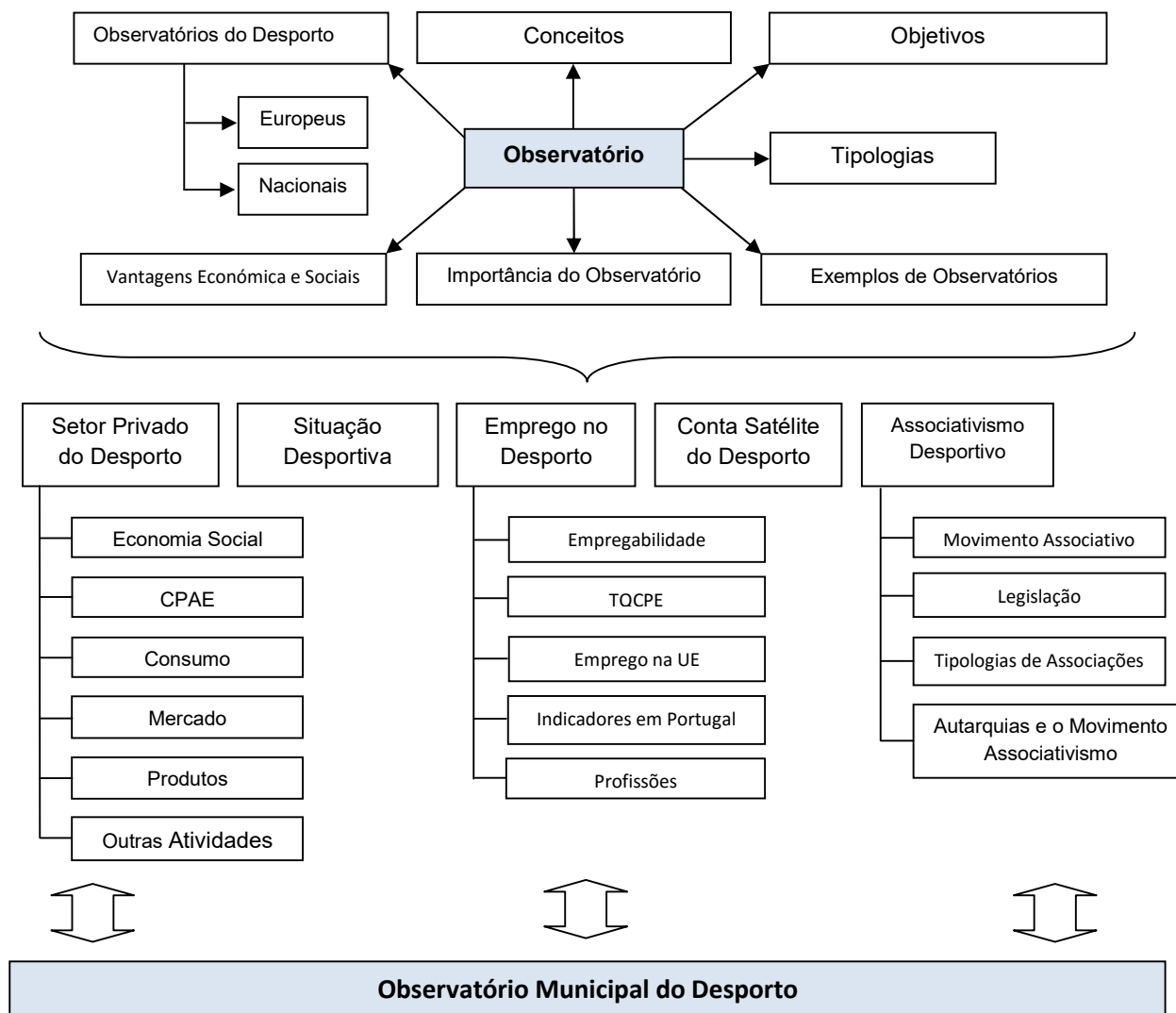


Figura 10. Esquematização da Revisão Bibliográfica

CAPITULO III – METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentado a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa, a forma de recolha de dados e a caracterização do campo de implementação do observatório.

3.1. Desenvolvimento da Pesquisa

Segundo Marconi e Lakatos (2007), pesquisa é um procedimento formal, reflexivo, que requer um tratamento científico com o objetivo de conhecer a realidade ou de descobrir verdades parciais.

De acordo com Gil (2002, p.17), podemos definir pesquisa “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

A presente pesquisa representa uma investigação descritiva, tratando-se um estudo de caso a aplicar na Câmara Municipal de Setúbal.

Colaço (2013) afirma que “o estudo de caso é uma abordagem empírica que investiga um fenómeno atual no seu contexto real, quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes e no qual são utilizadas muitas fontes de dados”.

3.2. Recolha de Dados

O instrumento de pesquisa utilizado para a recolha de dados, foi análise documental (Figura 13).

No que diz respeito à apresentação de um modelo de observatório do desporto recorreremos aos seguintes documentos:

- Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (2015). *Anuário de Estatísticas Desportivas 2015*. Espanha. Secretaria General Técnica, Subdirección General de Documentación y Publicaciones;
- Câmara Municipal Setúbal (2014). Carta desportiva da Câmara Municipal de Setúbal;
- Departmente of Culture, Arts and Leisure (2008). Economic Importance of Sport in Northern Ireland;
- Sports Englanda (2013). Economic Value of Sport in England;

- Instituto Nacional de Estatística, I.P., (2011). Estatística do Associativismo Desportivo 1996-2003;
- European Union. (2004). Special Eurobarometer 213/ Wave 62.0 – The Citizens of the European Union and Sport. EC/Directorate General Education and Culture;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2011). Observatório Nacional de Atividades Física e Desporto - Livro Verde da Atividade Física;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2011). Censos 2011. XV Recenseamento Geral da População;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2008). Estatísticas da Cultura , Desporto e Recreio 2007;
- FESI (2010). European Sport Market Size Estimate Release 2009;
- Statistics Netherlands (2013). Sport in Focus. The contribution of sport to the Dutch economy in 2006, 2008 and 2010;

Relativamente à caracterização e identificação das entidades privadas relacionadas com o desporto, a empregabilidade, as profissões, as atividades económicas e o respetivo impacto económico recorreremos aos dados estatísticos do INE, I.P., e a dados do Gabinete de Apoio ao Empresário (GAE) da Câmara Municipal de Setúbal.

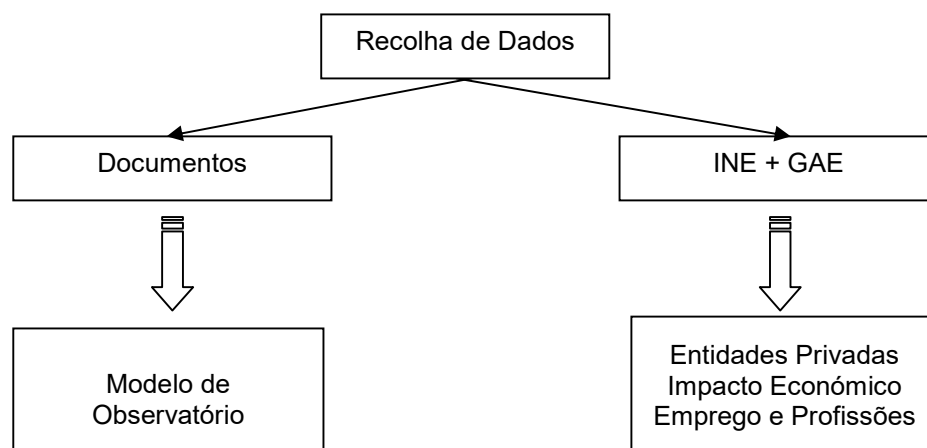


Figura 11. Modelo de Recolha de Dados

3.3. Campo de Implementação do Modelo de Observatório Municipal

Como já foi referido anteriormente, o modelo de observatório que iremos propor terá a sua aplicação na administração local, nomeadamente, no concelho de Setúbal. Neste sentido, iremos efetuar uma caracterização socioeconómica do concelho com referências às questões do território, demografia e emprego assim como uma

apresentação da Câmara Municipal de Setúbal e as suas intervenções em questão de gestão e aplicação da sua política desportiva.

3.3.1. Caracterização Socioeconómica do Concelho de Setúbal

3.3.1.1. Enquadramento Territorial

A cidade de Setúbal está inserida na sub-região da Península de Setúbal. Com uma área territorial de 1625.26 Km² possui uma população residente de 779 399 sendo constitui-ta por nove concelhos, Alcochete, Almada, Barreiro, Montijo, Moita, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, a Península encontra-se limitada a norte pelo Estuário do Tejo (e, através dele, com a Grande Lisboa e com a Lezíria do Tejo), a leste com o Alentejo Central, a sul com o Alentejo Litoral e a sul e a oeste com o Oceano Atlântico. (INE, 2013)

Setúbal é a cidade capital de distrito e está situada a 32 Km a sudoeste de Lisboa. Tem um comprimento máximo de 14 Km no eixo Norte-Sul e 28 Km no eixo Este-Oeste totalizando uma superfície de 230.33 Km². O concelho é limitado a oeste pelo município de Sesimbra, a noroeste pelo Barreiro, a norte e leste por Palmela e a sul, o estuário do Sado separa os municípios de Alcácer do Sal e Grândola. (INE, 2013)

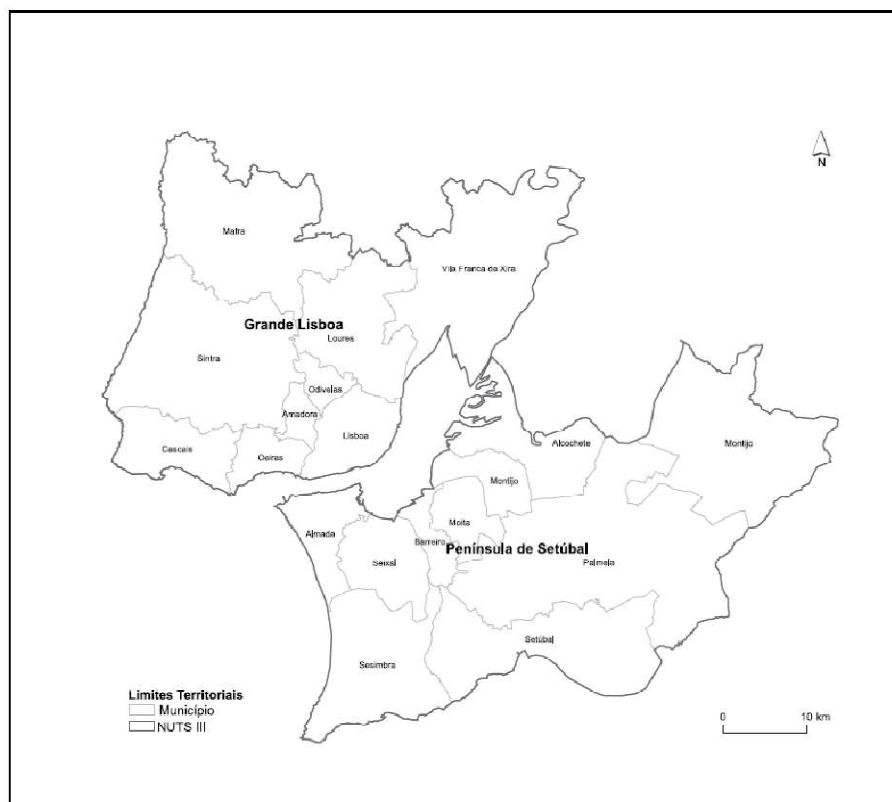


Figura 12. Divisão territorial da Região NUTS II de Lisboa: NUTS III e Municípios
Fonte: INE - Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2013

Resumidamente, a cidade de Setúbal com uma extensão de 230.33 Km² de área, apresenta-se como o terceiro maior concelho (14,1%) da superfície total da Península de Setúbal.

3.4.1.2. Freguesias

O concelho de Setúbal está organizado administrativamente por 8 freguesias, São Simão, São Lourenço, Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, Sado, São Sebastião, Santa Maria da Graça, São Julião e Nossa Senhora de Anunciada conforme podemos verificar na seguinte figura.



Figura 13. Mapa do Concelho de Portugal
Fonte: distritosdeportugal.com

Em termos de área, a distribuição do concelho é apresentado na tabela 17.

Tabela 17. Caracterização Territorial das Freguesias do Concelho de Setúbal

Freguesia	Área (km ²)	Percentagem (%)
<i>Setúbal (N. Sr.ª de Anunciada)</i>	29,17	16,66
<i>Setúbal (St. Mª Graça)</i>	2,74	1,18
<i>Setúbal (São Julião)</i>	4,85	2,10
<i>São Lourenço</i>	47,24	20,50
<i>Setúbal (São Sebastião)</i>	25,78	11,1
<i>São Simão</i>	22,08	9,89
<i>Gâmbia – Pontes – Alto da Guerra</i>	32,98	14,3
<i>Sado</i>	65,49	28,4
Total	230,33	100

Fonte: INE - Censos 2011

Como podemos verificar na figura 16, a freguesia do Sado apresenta-se com a maior área do concelho (28,4%) seguindo-se a freguesia de São Lourenço em Azeitão (20,50%) e a freguesia da N. Sr.ª de Anunciada (16,66%). As freguesias de St. Maria da Graça e São Julião são as freguesias mais pequenas com (1,1%) e (2,10%) respetivamente.

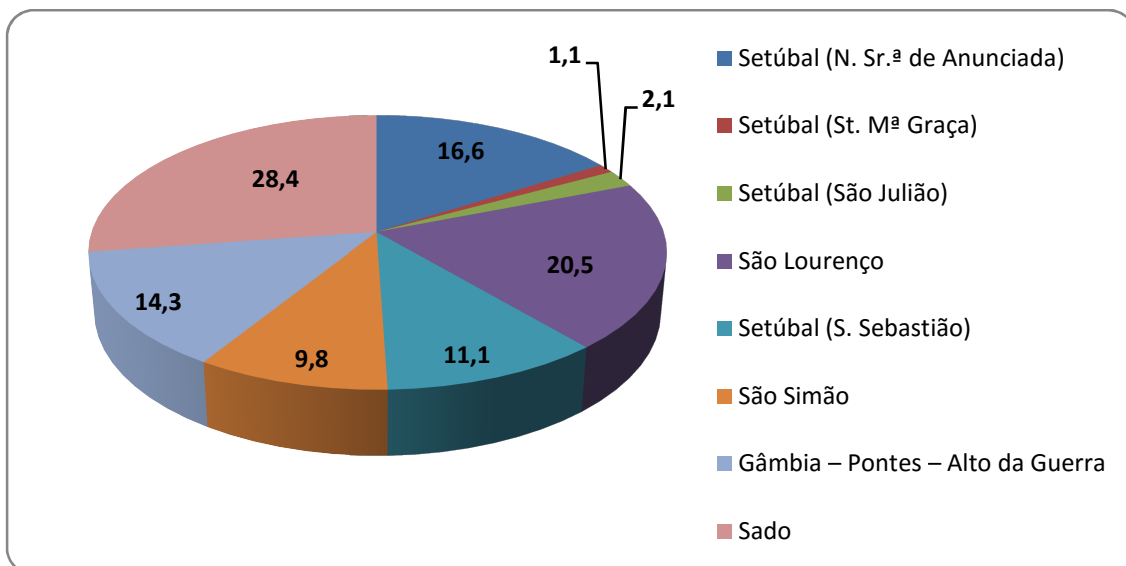


Figura 14. Percentagem da Área de Cada Freguesia

Resultado da aplicação da Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro e da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, o concelho de Setúbal foi sujeito a uma reorganização administrativa resultado das alterações dos limites territoriais, passando de 8 para 5 freguesias. A União das Freguesias de Azeitão (aglomeração de São Simão e São Lourenço), Gâmbia – Pontes - Alto da Guerra, Sado, São Sebastião e a União das Freguesias de Setúbal (junção das antigas freguesias de St. Maria da Graça, São Julião e Nossa Sr.ª de Anunciada).

3.3.1.3. Caracterização Demográfica

Segundo o XV Recenseamento Geral das População (INE 2011), a população residente no concelho de Setúbal era de 121 185 habitantes, sendo que 63 199 são mulheres e 57 986 são homens, constituindo-se desde modo como o terceiro município da Península de Setúbal com mais população. A tabela seguinte, apresenta a distribuição da população existente por grupos etários.

Tabela 18. População Residente em Setúbal Segundo Grupos Etários

Total	Grupos Etários			
	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 ou +
121 185	19 557	12 507	67 215	21 906
100%	16,1%	10,3%	55,4%	18,4%

Fonte: INE- Censos 2011

Após uma análise dos dados da figura 17, constatamos que o grupo etário com mais população é o da faixa etária 25 – 64 anos com uma taxa de 55,4%.

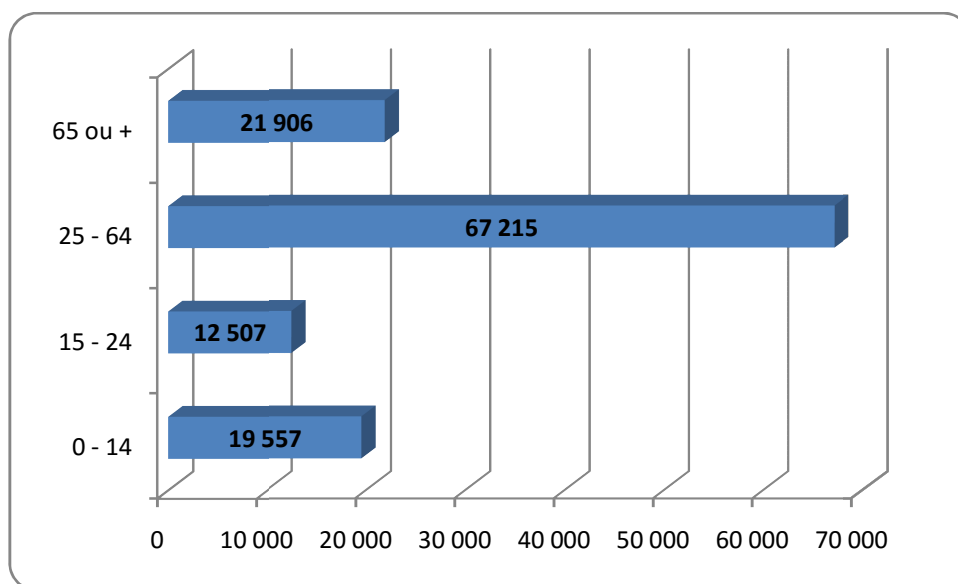


Figura 15. Distribuição da População por Grupos Etários

Fonte: INE - Censos 2011

Relativamente à distribuição territorial da população pelo concelho (tabela 19) as freguesias com mais população eram, a freguesia de São Sebastião (52 542) seguindo-se São Julião (16 740) e a Nossa Sr.^a de Anunciada (13 738).

Tabela 19. Caracterização Territorial das Freguesias do Concelho de Setúbal

Freguesia	População	Percentagem (%)
Setúbal (N. Sr.^a de Anunciada)	13 738	11,3
Setúbal (St. M^a Graça)	7 620	6,2
Setúbal (São Julião)	16 740	13,9
São Lourenço	11 638	9,6
Setúbal (São Sebastião)	52 542	43,3
São Simão	7 239	6
Gâmbia – Pontes – Alto da Guerra	5 885	4,9
Sado	5 783	4,8
Total	121 185	100

Fonte: INE - Censos 2011

Em termos percentuais, a freguesia com mais população era a freguesia de São Sebastião (43,3%) seguindo-se São Julião (13,9%) e a Nossa Sr.^a de Anunciada (11,3%). As restantes freguesias não chegavam aos 10%, (figura 18). Curiosamente, a freguesia com a menor área de superfície é a que apresenta a maior população.

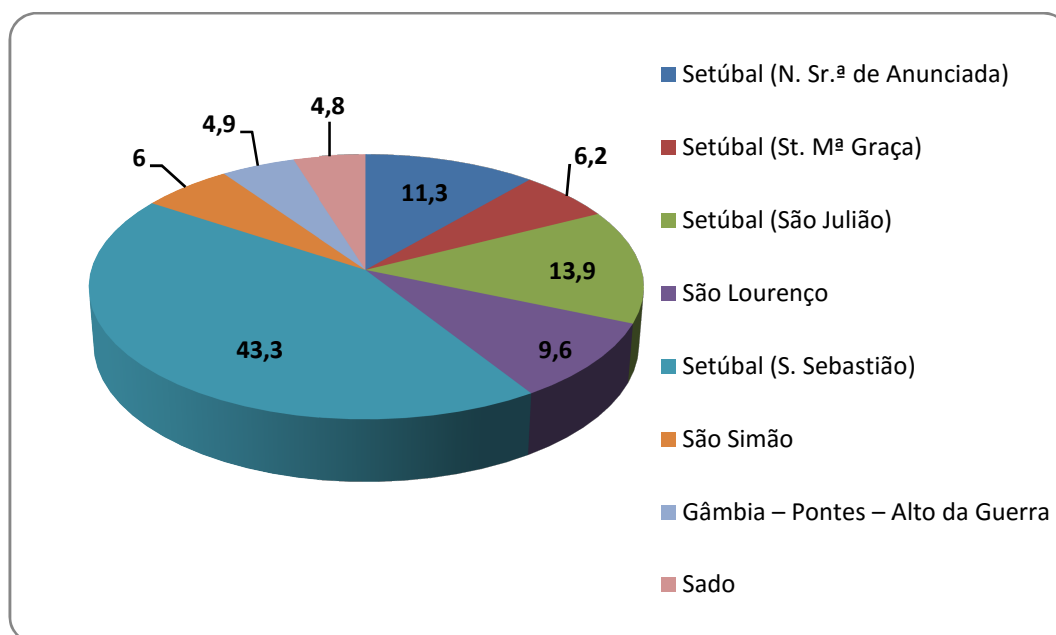


Figura 16. Percentagem da População Residente por Freguesia

3.3.1.4. Taxa de Atividade, Emprego e Desemprego

De acordo com os Censos de 2011, o Concelho de Setúbal tinha uma população residente economicamente ativa de 58 514 pessoas, entre as quais 15,5% encontravam-se desempregadas.

Tabela 20. População Residente Desempregada no Concelho de Setúbal

Desempregados	H	M
9 100	4.456	4.644
Taxa Total de Desemprego	15.5%	

Fonte: INE - Censos 2011

Segundo dados o Instituto do Emprego e Formação Profissional I.P., (IEFP) em Maio de 2015, no concelho de Setúbal havia um total de 6 316 desempregados, sendo que 3 074 eram do sexo masculino e 3 242 do sexo feminino.

Tabela 21. Desemprego Segundo os Vários Grupos Etários no Concelho de Setúbal

Grupo Etário < 25	Grupo Etário 25 – 34	Grupo Etário 35 – 54	Grupo Etário 55 e +
693	1 328	2 971	1 324

Fonte: www.iefp.com

A análise da repartição da população ativa empregada por sector de atividade económica no município de Setúbal revela que é no sector terciário com 36 301 pessoas que se concentram o maior número de empregados (tabela 22).

Tabela 22. População Empregada no Concelho de Setúbal por Ramo de Atividade

Total	Sector			Taxa de atividade (%)
	Primário	Secundário	Terciário	
49 414	782	12 331	36 301	48,2

Fonte: INE. - Censos 2011

Em termos percentuais, o sector primário (1,6%) é o mais baixo, seguindo-se o setor secundário (25%) e por fim o sector terciário (73,40%).

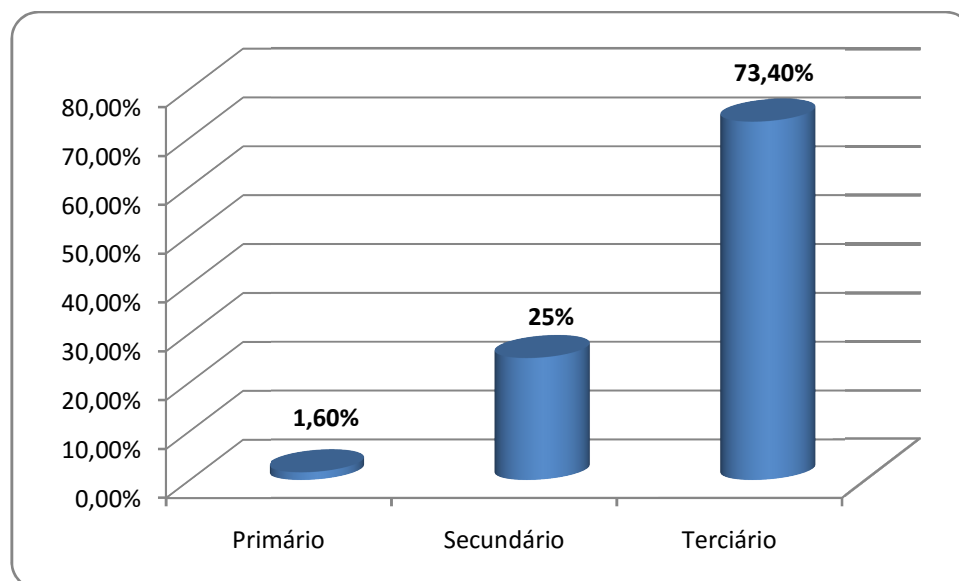


Figura 17. Distribuição Percentual dos Empregados pelos Sectores no Concelho de Setúbal

Fonte: INE – Censos 2011

3.3.2. Câmara Municipal de Setúbal

Neste ponto vamos fazer uma pequena apresentação da Câmara Municipal de Setúbal (CMS) quanto à sua estrutura organizacional, com principal foque à Divisão de Desporto (DIDES).

3.3.2.1. O Brasão da Cidade de Setúbal



Figura 18. Brasão da Cidade de Setúbal

Fonte: Site Institucional da Câmara Municipal de Setúbal

Em uso desde 1922, os elementos heráldicos que compõem o brasão são, o escudo repartido de azul e ouro encontrando-se no topo uma coroa mural em prata constituída por cinco torres.

Sobre o campo azul do escudo, espelha-se um castelo de prata sobre ondas aguçadas de verde e prata onde vogam duas barcas afrontadas, de mastreação singular e velame amarrado, ladeando a porta do castelo. Deslocando-se sobre o mar ondeado, estão três peixes de prata afrontados. Os peixes e as barcas aludem à atividade económica mais importante durante séculos em Setúbal, a atividade pesqueira, à qual mais tarde, se associou a indústria de conserva, que produzia um dos principais produtos de exportação. Estas atividades foram impulsionadas pelo porto de Setúbal que desde o século XVI até aos nossos dias, ocupou um lugar de relevo nacional. O peixe figurado ao centro do ondeado, move-se da esquerda para a direita heráldica.

No campo de ouro do escudo, estão duas cruzes (a púrpura) da Ordem de Sant'Iago. Entre as cruzes, também em púrpura, está uma vieira. Tanto as cruzes como a vieira evocam imediatamente um elemento comumente associado aos peregrinos que tradicionalmente se deslocavam a Sant'Iago de Compostela. São, também, evidentes as referências à forte presença na região da Ordem Militar de Sant'Iago de Espada que, desde a sua sede em Palmela, administrava as vastas áreas limítrofes.

A listel branco contem a legenda "Cidade de Setúbal", a negro. Aliás, todos os elementos composicionais descritos estão limitados a negro. (CMS, 2015).

3.3.2.2. Modelo de Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Setúbal

Relativamente ao modelo de estrutura orgânica adaptado pela CMS, esta apresenta uma estrutura do tipo hierarquizado, conforme se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 9 do decreto-Lei N.º 305/2009, de 23 de Outubro. A sua estrutura hierarquizada compreende seis unidades orgânicas na estrutura nuclear, dezassete unidades orgânicas flexíveis e dezassete subunidades orgânicas.

No que diz respeito à estrutura nuclear, esta corresponde a uma departamentalização fixa da organização, sendo composta pelos seguintes departamentos municipais dirigidas cada uma, por um Diretor de Departamento Municipal ou equiparado.

- I. Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos (DAFRH)
- II. Departamento de Urbanismo (DURB)

- III. Departamento de Obras Municipais (DOM)
- IV. Departamento de Ambiente e Atividades Económicas (DAAE)
- V. Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social (DCED)
- VI. Companhia dos Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS)

Segundo o art.º. 3.º ponto 2 do regulamento dos serviços municipais, “os serviços municipais, devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo, sendo de salientar, os seguintes princípios de organização e ação administrativa:

- a) Da **administração aberta**, privilegiando o interesse dos munícipes, facilitando a sua participação no processo administrativo, designadamente, prestando as informações e os esclarecimentos de que careçam, divulgando as atividades do Município, apoiando e estimulando as iniciativas dos particulares e recebendo as suas sugestões e reclamações;
- b) Da **eficiência e da eficácia**, prestando um serviço célere e de qualidade, racionalizando os meios e os recursos disponíveis, para uma melhor prestação de serviços às populações;
- c) Da **simplicidade nos procedimentos**, saneando atos inúteis e redundantes, encurtando circuitos, simplificando processos de trabalho e promovendo a comunicação intra e interdepartamental;
- d) Do **respeito pela cadeia hierárquica vertical e horizontal**, sem prejuízo da desconcentração de competências adotada por cada serviço e da celeridade na tomada de decisão.
- e) Da **coordenação dos serviços** e articulação entre as diferentes unidades orgânicas e tendo em vista dar célere e integral execução às deliberações e decisões dos órgãos municipais;
- f) Da **gestão participativa**, assegurando uma comunicação eficaz e transparente, a proteção da confiança e a assunção de responsabilidades por parte dos trabalhadores municipais, quer na preparação e execução das decisões, quer na relação com os munícipes;

- g) Da **dignificação e valorização** dos trabalhadores, estimulando o seu desempenho profissional e promovendo a melhoria das condições de trabalho;
- h) Da **programação** interna em cada serviço, de acordo com o planeamento anual de atividades e **controlo de resultados**, com avaliação regular da eficácia dos serviços;
- i) Do respeito pela **legalidade** e adequação das atividades ao quadro legal e regulamentar;
- j) Da **imparcialidade** e igualdade de tratamento de todos os cidadãos, com transparência, diálogo e participação, consubstanciados ao nível da gestão e dos procedimentos”.

3.3.2.3. Caracterização da Divisão Desporto da Câmara Municipal de Setúbal

A Divisão de Desporto (DIDES) reporta-se diretamente à direção do DCED que por sua vez reporta-se ao Executivo Municipal. Ao DCED incumbe, genericamente, a promoção de valores culturais e de animação recreativa e desportiva; a promoção de ações de natureza educativa e a gestão do parque escolar e desportivo sob a responsabilidade do Município; a promoção da inclusão social; e a dinamização de iniciativas especialmente destinadas à juventude.

Quanto à estrutura interna da DIDES, esta, compreende as seguintes três subunidades:

- Sector de promoção do desporto (SPD)
- Sector de gestão de equipamentos desportivos (SGED)
- Sector do Associativismo Desportivo (SAD)

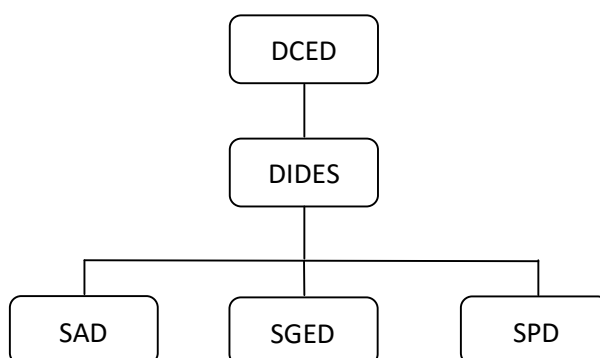


Figura 19. Estrutura Organizativa da Divisão Desporto – Câmara Municipal de Setúbal

É missão da DIDES, “fomentar e apoiar a prática das atividades físicas e desportivas em todas as suas vertentes, criando as condições necessárias para o aumento gradual dos hábitos de participação da população no desporto”.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo geral deste trabalho passa pela apresentação de um modelo de observatório municipal do desporto mais concretamente no concelho de Setúbal.

Associado a este objetivo geral, temos como objetivos específicos, uma caracterização do sector desportivo do ponto de vista da empregabilidade, atividades económicas e respetivo impacto económico em termos de Portugal e a identificação das entidades privadas que estejam relacionadas com o desporto em termos do concelho de Setúbal.

4.1. Caracterização Desportiva do Concelho de Setúbal

A generalização e promoção da atividade física quer do ponto de vista recreativo, formativo ou de rendimento no acesso às práticas desportivas por parte da população exigem uma colaboração entre o sector público, o sector privado e o movimento associativo. Enquanto pilar da democratização do desporto, compete às autarquias locais apoiarem e contribuírem para o incremento das práticas desportivas.

A situação desportiva é fundamental para uma refletida análise e posterior definição das políticas desportivas. Neste sentido, identificámos os equipamentos desportivos existentes, caracterizamos o movimento associativo e analisamos as atividades desportivas implementadas no concelho.

4.1.1. Equipamentos Desportivos

Neste ponto iremos de um modo geral identificar e descrever as diversas instalações desportivas existentes no concelho de Setúbal.

Segundo Cunha (2007, p.27), “a identificação e o registo das instalações desportivas, contribuem para o reconhecimento do nível de equipamento urbano das populações de um determinado território e da respetiva qualidade de vida em matéria do desporto.”

Em 2012, o município de Setúbal possuía um total de 298 equipamentos desportivos, sem contarmos com as instalações escolares (tabela 23).

Atualmente existe mais um equipamento de tipologia especializada, que se trata de uma pista de BMX que foi inaugurada em Abril de 2015.

Tabela 23. Identificação dos Equipamentos Desportivos por Tipologia

Tipologia	Grandes Campos	Pequenos Campos	Pavilhões e Salas de Desporto	Piscinas	Pistas de Atletismo	Instalações Especiais	Total
N.º total de equipamentos	23	117	129	20	2	7	298

Fonte: Carta Desportiva de Setúbal 2014

Os dados apurados demonstram que entre as 8 freguesias do concelho, grande parte dos equipamentos desportivos encontram-se distribuídos na freguesia de S. Sebastião totalizando 96 899 m² de área desportiva útil seguindo-se a freguesia de São Julião com 53 756 m² de área desportiva útil (tabelas 24 e 25).

Tabela 24. Número de Instalações Desportivas por Freguesia

Freguesias	Nº de Instalações
<i>Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra</i>	19
<i>Nossa Senhora da Anunciada</i>	10
<i>Sado</i>	14
<i>Santa Maria da Graça</i>	8
<i>São Julião</i>	84
<i>São Lourenço</i>	27
<i>São Sebastião</i>	116
<i>São Simão</i>	20
Total	298

Fonte: Carta Desportiva de Setúbal 2014

Tabela 25. Área Desportiva Útil por Freguesia

Freguesias	ADU (m ²)
<i>Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra</i>	22.341
<i>Nossa Senhora da Anunciada</i>	8.873
<i>Sado</i>	59.595
<i>Santa Maria da Graça</i>	8.581
<i>São Julião</i>	53.756
<i>São Lourenço</i>	18.593
<i>São Sebastião</i>	96.899
<i>São Simão</i>	8.477
Total	277.115

Fonte: Carta Desportiva de Setúbal 2014

No que diz respeito à sua tipologia, o número de instalações desportivas de base formativa, representam 74% da totalidade das instalações desportivas do concelho, enquanto que as instalações desportivas especializadas representam

aproximadamente 19%. Os restantes 7% estão distribuídos entre instalações desportivas recreativas (5%) e instalações desportivas para o espetáculo desportivo (2%).

A figura seguinte representa a relação percentual referida anteriormente.

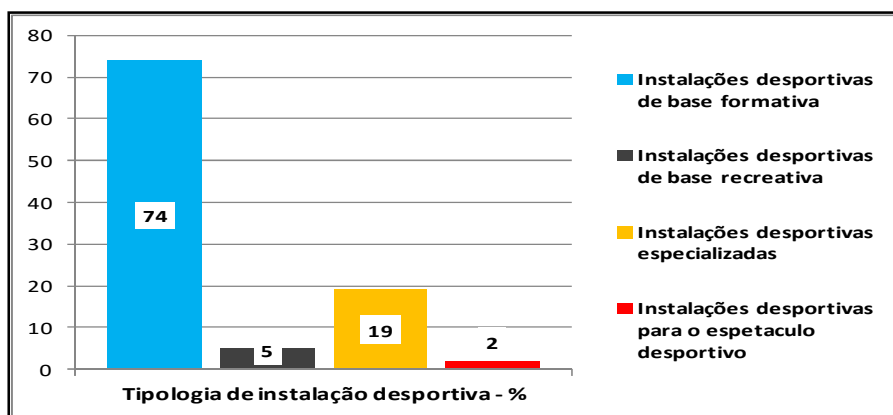


Figura 22. Tipologia das Instalações Desportivas no Concelho de Setúbal (%)

Fonte: Carta Desportiva de Setúbal 2014

4.1.2. Associativismo Desportivo

O Movimento Associativo assume, um papel fundamental na promoção e implementação das atividades físicas e do desporto regular.

No âmbito do levantamento realizado para o Guia do Associativismo, editado pela CMS em 2009, estavam identificados 82 clubes ou coletividades com finalidades desportivas, 9 associações de modalidade e 2 federações.

Ao nível das sedes de associações de modalidade foram registadas a Associação de Aikido do Sul, Associação de Atletismo de Setúbal, Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal, Associação de Damas de Setúbal, Associação de Futebol de Setúbal, Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal, Associação de Setúbal de Dança Desportiva, Associação de Ténis de Mesa de Setúbal e Associação de Ténis de Setúbal.

No que diz respeito às federações, estavam sediadas no concelho, a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva de Alto Mar e a Federação de Jiu-Jitsu de Portugal.

Segundo a Carta do Desporto de Setúbal 2014, estavam sediadas no concelho em 2013, 91 associações (tabela 26).

Tabela 26. Associações por Freguesias em 2013

Freguesias	Associações
<i>Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra</i>	8
<i>Nossa Senhora da Anunciada</i>	10
<i>Sado</i>	4
<i>Santa Maria da Graça</i>	7
<i>São Julião</i>	22
<i>São Lourenço</i>	4
<i>São Sebastião</i>	33
<i>São Simão</i>	3
Total	91

Fonte: Carta Desportiva de Setúbal 2014

Atualmente, este número de associações, federações e sedes de associações mantêm-se.

Em termos de envolvimento da CMS com o movimento associativo, são dinamizadas um conjunto de iniciativas de retratam a importância e a cumplicidade entre as organizações. Ao longo do ano são desenvolvidas as seguintes iniciativas:

- **Encontro Anual de Dirigentes Associativos** - Fórum de debate sobre temas atuais e pertinentes relacionadas com o movimento associativo de Setúbal;
- **Mostra do Associativismo de Setúbal** - Programa que reúne atividades do movimento associativo, com o objetivo de divulgar as suas iniciativas junto dos munícipes;
- **Plano Anual de Formação de Dirigentes Associativos** - Ações de formação que abordam temas de interesse para o movimento associativo;
- **Guia do Associativismo de Setúbal** - Informação útil sobre a organização, funcionamento e caracterização das associações.

Em termos de apoio às diversas iniciativas das associações, estas são enquadradas pelos seguintes regulamentos:

- Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo;
- Regulamento de Transportes;
- Regulamento de Municipal de Taxas e Outras Receitas;
- Regulamentos de utilização de equipamentos desportivos municipais.

4.1.3. Atividade Desportiva Municipal

A política desportiva da CMS é orientada na promoção e estimulação das práticas de atividades físicas, quer na vertente de lazer quer na vertente competitiva com o objetivo de aumentar a sua oferta e condições de prática, numa ótica de acesso generalizado por parte da população. Esta promoção é assente numa base de parcerias com o movimento associativo e privado, através do desenvolvimento e implementação de programas dirigidos a populações específicas.

Iniciamos a nossa apresentação com referência aos projetos municipais desportivos direcionados à comunidade escolar.

Começando pelos mais novos, o projeto “**De Pequenino...**” destina-se aos alunos dos Jardins-de-infância da rede pública do concelho de Setúbal. Respeitando o calendário escolar, são dinamizadas nos respetivos estabelecimentos escolares, atividades de carácter regular (psicomotricidade) uma vez por semana e uma atividade pontual denominada por atelier de expressão durante o respetivo ano escolar.

A tabela seguinte identifica os jardins-de-infância, o número de salas e os alunos envolvidos no ano lectivo 2014/2015.

Tabela 27. Identificação dos Jardins de Infância da Rede Pública – Ano Letivo 2014/2015

Agrupamento Escolar	Jardim de Infância	N.º Salas	N.º Alunos
Azeitão	Brejoeira	3	70
	Vendas de Azeitão	2	50
Barbosa du Bocage	Amoreiras	2	45
	Arcos	2	45
	S. Gabriel	2	45
	Setúbal	2	50
	Azeda	3	70
Cetóbriga	Montalvão	2	50
	Viso	1	25
Luísa Todi	Peixe Frito	2	52
	Luísa Todi	3	60
	Gâmbia	1	19
Ordem Sant’iago	Bela Vista	6	130
	Faralhão	2	45
	N.º 5 Peixe Frito	2	45
	Manteigadas	1	25
TOTAL	16	36	816

Outro projeto destinado à comunidade escolar, é o “**Desporto nas Escolas – 1º Ciclo**”. Direcionado às escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Setúbal, o seu funcionamento passa pela dinamização do atletismo no Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal. Esta atividade envolve todos os alunos das escolas do concelho.

A seguinte tabela apresenta-nos dados relativos ao ano lectivo 2014/2015.

Tabela 28. Identificação das Escolas do 1º ciclo – Ano Letivo 2014/2015

Agrupamento de Escolas	Escolas Básicas	Nº de Salas	Nº de Alunos
Azeitão	Brejoeira	13	332
	Vendas de Azeitão	3	73
	Vila Nogueira	5	127
	Casal Bolinhos	2	51
	Vila Fresca	3	75
	Brejos Clérigo	3	78
	6	29	736
Barbosa du Bocage	Arcos	10	228
	N.º 12 Amoreiras	10	248
	S. Gabriel	4	72
	N.º 2 Santa Maria Graça	7	169
	N.º 3 Montalvão	7	176
	5	38	893
Cetóbriga	JI Azeda	12	204
	Montalvão	8	164
	Praias Sado	2	36
	Areias	7	162
	Bairro Conceição	8	168
	5	37	734
Lima Freitas	Viso	9	198
	N.º 9 Casal das Figueiras	9	195
	2	18	393
Luísa Todi	Luísa Todi	8	187
	N.º 10 B. Afonso Costa	8	204
	N.º 4 Pinheirinhos	14	335
	N.º 6 Monte Belo	8	188
	N.º 11 B. Humberto Delgado	4	86
	Alto da Guerra	4	94
	Gâmbia	2	41
	Casa Gaito	1	15
	Montinho da Cotovia	3	66
	9	52	1216
Ordem Sant'iago	Bela Vista	12	238
	Nº1 Faralhão	2	46
	Nº2 Faralhão	4	85
	JI Faralhão	4	90
	Manteigadas	2	45
	Prof. Bento Jesus Caraça	12	239
	Nº 7 Fonte do Lavra	9	206
	7	45	949
Total	34	219	4920

Continuando no contexto escolar, queremos igualmente referir as **atividades de enriquecimento curricular** destinadas às crianças do 1º ciclo e a intervenção do projeto “Jogos do Sado” junto dos 2ºs e 3ºs ciclos escolares, através de várias atividades como os percursos pedestres escolares ou a semana de promoção das atividades náuticas.

Ao nível do **Desporto Escolar Concelhio** foram dinamizadas no ano letivo 2014/2015 um total de 17 modalidades, envolvendo cerca de 1 958 alunos dos diferentes níveis de escolaridade.

Após análise à intervenção desportiva escolar, passamos para uma lógica de prática generalista.

Destinado à população sénior, o município envolve cerca de 1 000 munícipe no projeto **“Desportivamente em (Re)Forma”**. Destinado às pessoas que se encontram em situação de aposentação/reforma, a sua implementação passa pelo desenvolvimento de atividades específicas na área da gerontomotricidade, como a ginástica (2 vezes por semana), a hidroginástica (1 vez por semana), as danças sociais (1 vez por semana), o boccia (1 vez por semana) e o controlo e avaliação da condição física (2 vezes ao longo da época desportiva) de Setembro a Junho. Paralelamente a estas atividades de carácter regular, são dinamizadas outras atividades de carácter pontual, como a “Gala Municipal de Boccia Sénior”, “A Festa de Natal”, “O Convívio da Páscoa” ou ainda o “Festival de Encerramento”.

Apoiado no movimento associativo e abrangendo todas as freguesias do concelho, o projeto é constitui-to por 4 pólos de hidroginástica num total de 20 classes, 9 pólos de ginástica constituído por 27 classes, 2 polos de boccia com 2 classes e por fim 1 polo de danças sociais com 2 classes.

Um outro projeto é o **“Activo dos 0 aos 100”**. Destinado aos munícipes em geral, este projeto engloba um programa de atividades desportivas de carater regular e de carater pontual bastante diversificadas.

De âmbito regular, são realizadas no Parque Urbano de Albarquel, várias atividades durante as manhãs de sábado como o fitness, passeios pedestres, yoga ou a canoagem entre outras, sendo denominadas pelas “Manhãs no Parque”. No âmbito

das atividades regulares queremos mencionar as “Caminhadas no Parque”. Estas atividades realizam-se todas as quartas feiras de cada mês nos vários parques da cidade.

Este projeto envolve cerca de 30 instituições do movimento associativo e do setor privado. Na época desportiva 2014/2015, foram realizados 41 eventos tendo sido envolvidos cerca de 3 000 pessoas.

Passamos para o projeto “**Jogos do Sado**”. Este projeto está enquadrado num contexto escolar e associativo. Em 2014, foram realizados um total de 30 eventos, divididas em 17 atividades informais (sem carácter competitivo), 5 atividades não-formais (integraram competições não federadas) e 7 com carácter formal (competições federadas) tendo sido envolvidas mais de 5 700 pessoas. Em termos de programa, gostaríamos de destacar a “Feira de Pesca de Setúbal”, a “Maratona dos 3 Castelos”, a “Taça Jogos do Sado em Patinagem Artística” e a “Setúbal Bike Tour” que já vai na sua IV edição.

Para além dos projetos referidos anteriormente, a intervenção municipal passa ainda por outros programas, como o **Centro de Marcha e Corrida (CMMC)**, que se encontra em funcionamento desde Junho de 2010, sendo considerado um centro de 5 estrelas.

A **Escola Municipal de Desporto de Setúbal (EMDS)**, enquanto organização desportiva pública, têm através dos seus núcleos de Pentatlo Moderno a funcionar desde de 2001, o núcleo de Natação Pura a funcionar desde 2004 e a escola municipal de atletismo com início em 2007, cumprindo o seu objetivo de suprimir as necessidades dos munícipes no que respeita à prática desportiva nas variantes da formação, recreação e competição.

O **Centro Náutico Municipal de Setúbal – Águas do Sado** na modalidade de canoagem a funcionar no Parque Urbano de Albarquel é outro local destinado à prática de atividade física assim como o **Centro Náutico Municipal do Clube de Vela do Sado** a operar igualmente no Parque Urbano de Albarquel. A funcionar durante todo o ano de 2ª feira a domingo, disponibiliza secções abertas destinadas a escolas, grupos ou empresas.

Em termos da população portadora de deficiência, o **Desporto Adaptado** é encarado pelo município com muita atenção sendo o principal objetivo a continuação da criação de condições de prática desportiva através do estabelecimento de parcerias com entidades especializadas.

Destacamos o trabalho de implantação da modalidade de Boccia no concelho de Setúbal nos agrupamentos de escola, as ações de formação nesta área e a realização do evento “Open Baía de Setúbal – Ténis em Cadeira de Rodas” para além dos “Torneios Escolares de Boccia”.

São inúmeras as atividades desportivas dinamizadas, revelando-se todas elas como primordiais no desenvolvimento desportivo do concelho. De entre todas, gostaríamos de destacar os eventos mais emblemáticos da região, como a “Meia-Maratona de Setúbal” e a “Marginal do Rio Azul” em atletismo, o “Campeonato Europeu de Biatle”, o “Campeonato Nacional de Aquatlo Jovem”, o “Raid de Vela Bicasco” e a “Setúbal Bay – FINA 10km Marathon Swimming World Cup”.

Para finalizar de referir que a política desportiva que o município assume, encarando o desporto enquanto peça fundamental no desenvolvimento social e económico no concelho é expresso na atribuição de Setúbal a cidade europeia do desporto em 2016, o que revela o empenho e o reconhecimento pelo trabalho que o município desenvolve.

4.2. Procedimentos da Recolha dos Dados

Como já foi referido anteriormente, para o 1º objetivo específico a recolha de dados centrou-se na análise documental de documentos.

Quanto ao 2º e 3º objetivos específicos, a recolha de dados, foi centrada na divulgação de dados estatísticos do INE, I.P. ao nível da “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, (NUTS). Tendo sido criada pelo Eurostat no início dos anos 1970, o seu objetivo é a harmonização das estatísticas dos vários países em termos de recolha, compilação e divulgação de estatísticas regionais.

Em 2015 entrou em vigor uma nova divisão regional em Portugal, a NUTS 2013. Em relação à versão anterior verificam-se algumas alterações como o número de

composição municipal das NUTS III, que passaram de 30 para 25 unidades territoriais, passando a ser designadas de «unidades administrativas» e à NUTS II, tendo a designação de Lisboa passado para Área Metropolitana de Lisboa. (INE, 2015)

Deste modo, os 308 municípios de Portugal agrupam-se em 25 NUTS III, 7 NUTS II e 3 NUTS I. (PORDATA, 2015).

Os dados que vamos apresentar de seguida (tabela 30), dizem respeito às empresas, sociedades e estabelecimentos das áreas geográficas de Portugal, da Península de Setúbal e do concelho de Setúbal.

Sobre os dados de Portugal, estes são referentes ao ano de 2013 e estão relacionados com a CAE Rev. 3, grupo 931 – Atividades desportivas. Os indicadores económicos são produção, valor acrescentado bruto, ativo, gastos com o pessoal, renumerações, volume de negócios, prestação de serviço, pessoal ao serviço e o número de empresas.

Relativamente à Península de Setúbal e concelho de Setúbal, os dados são mais abrangentes e dizem respeito à secção R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas da CAE Rev. 3, tendo estas como período de referência o ano de 2012. Vamos ainda identificar as várias empresas relacionadas com o desporto existentes no concelho de Setúbal reforçando a informação disponível com valores de despesas e despesas correntes do município em jogos e desporto.

A finalizar a nossa caracterização, apresentamos dados da produção industrial relativa às vendas verificadas em 2014 dos vários tipos de produtos associados ao desporto verificados em Portugal.

Tabela 29. Síntese da Apresentação de Dados

Localização Geográfica	Período de Referência	Forma Jurídica	CAE	Indicadores
Portugal	2013	Empresas e Sociedades	(931) Atividades Desportivas	Produção
				Valor Acrescentado Bruto
				Activo
				Gastos com o pessoal
				Renumerações
				Volume de negócios
				Prestação de serviços
				Pessoal ao serviço (N.º)
				Empresas (N.º)
Península de Setúbal e Setúbal (NUTS II)	2012	Estabelecimentos Empresas Sociedades	(Secção R) Atividades artísticas, de espetáculos, desportistas e recreativas	Número total
				Pessoal ao serviço (N.º)
				Volume de negócios
				Valor Acrescentado Bruto
	2013	Município	Despesas em jogos e desporto (€)	
			Despesas correntes em jogos e desporto (€)	
Portugal	2014	Produção Industrial		

Para 4ª Objetivo Específico recorremos a dados do Gabinete de Apoio ao Empresário da CMS

4.3. Apresentação dos Resultados

4.3.1. Apresentação de uma Estrutura e Processos de Funcionamento de um Modelo de Observatório Municipal do Desporto Aplicado ao Concelho de Setúbal

Consideramos que o observatório municipal do desporto constitui-se como um instrumento fundamental no apoio a uma gestão estratégica tendo por propósito geral a monitorização permanente da realidade e a dimensão do setor do desporto no concelho de Setúbal, contribuindo deste modo para a adoção de políticas desportivas mais adequadas, no sentido do desenvolvimento social e crescimento económico desportivo do concelho.

As propostas que de seguida apresentamos devem ser entendidas como adaptáveis à realidade de cada concelho e com possibilidade de extensão a outras áreas de intervenção.

Para a elaboração do modelo de observatório definimos seis etapas. Iniciamos com as categorias, as áreas de cada categoria, os sectores de intervenção para cada área, os

seus indicadores de impacto, os stakeholders e por fim o modelo operacional de funcionamento do observatório. A sequência é apresentada na figura 23.

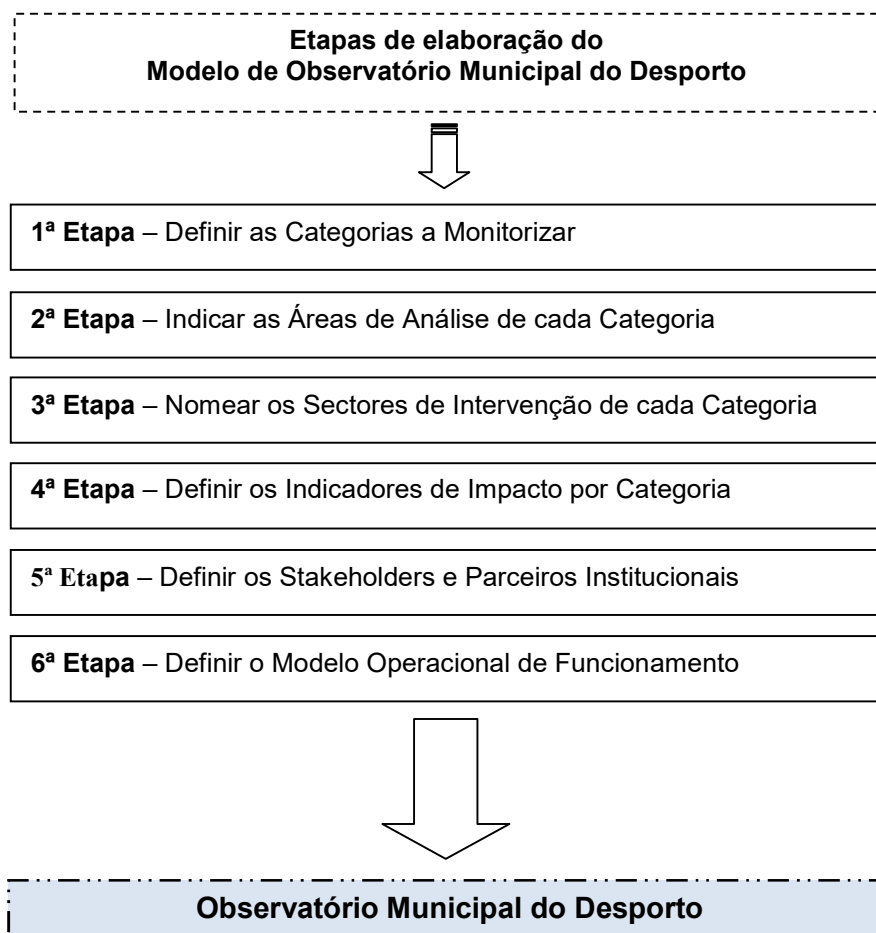


Figura 23. Definição das Etapas para a Proposta de Elaboração de um Observatório

No sentido de apresentar uma proposta de modelo com uma estrutura mais eficiente e eficaz, foram tidos em consideração alguns documentos que serviram de base para a estruturação do observatório:

- Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (2015). *Anuário de Estatísticas Desportivas 2015*. Espanha. Secretaria General Técnica, Subdirección General de Documentación y Publicaciones;
- Câmara Municipal Setúbal (2014). Carta desportiva da Câmara Municipal de Setúbal;
- Departmente of Culture, Arts and Leisure (2008). Economic Importance of Sport in Northern Ireland;
- Sports Englanda (2013). Economic Value of Sport in England;

- Instituto Nacional de Estatística, I.P., (2011). Estatística do Associativismo Desportivo 1996-2003;
- European Union. (2004). Special Eurobarometer 213/ Wave 62.0 – The Citizens of the European Union and Sport. EC/Directorate General Education and Culture;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2011). Observatório Nacional de Atividades Física e Desporto - Livro Verde da Atividade Física;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2011). Censos 2011. XV Recenseamento Geral da População;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2008). Estatísticas da Cultura , Desporto e Recreio 2007;
- FESI (2010). European Sport Market Size Estimate Release 2009;
- Statistics Netherlands (2013). Sport in Focus. The contribution of sport to the Dutch economy in 2006, 2008 and 2010;

Neste sentido, vamos iniciar as etapas definidas como base para a estruturação da nossa proposta de observatório.

➤ ***Etapas 1 – Definição das Categorias***

Este modelo é composto por sete categorias de estudo. Estas categorias são os principais blocos de monitorização.

- i. atividades desportivas;
- ii. instalações desportivas;
- iii. associativismo;
- iv. recursos humanos;
- v. sector privado;
- vi. consumo desportivo;
- vii. divisão desporto.

A tabela seguinte identifica e caracteriza cada categoria.

Tabela 30. Identificação e Caracterização das Categorias de Monitorização

I. Atividades Desportivas
Categoria destinada às informações relativas aos hábitos desportivos e ao consumo desportivo para a realização das atividades desportivas, quer no plano federado, não federado, lazer/recreação e escolar
II. Instalações Desportivas
Categoria destinada a identificar a dimensão e caracterização das instalações desportivas existentes na rede provada, municipal, escolar, militar e de natureza
III. Associativismo
Categoria destinada a proporcionar informação à dimensão das atividades desportivas federadas
IV. Recursos Humanos
Categoria destinada a fornecer informação específica sobre o emprego e as profissões do desporto. É tido em consideração as atividades económicas profissionais. Esta informação é complementada com o tipo e situação de contrato profissional.
V. Sector Privado
Categoria destinada às empresas cuja atividade económica tem por objeto social o desporto. A identificação das empresas é realizada por atividade económica e classificação da empresa por número de trabalhadores.
VI. Consumo Desportivo
Categoria destinada às informações relativas ao consumo desportivo para a realização das atividades desportivas, quer no plano federado, não federado, lazer/recreação e escolar
VII. Divisão Desporto
Categoria destinada às informações relativas às atividades municipais desportivas da CMS

➤ **Etapa 2 – Indicação das Áreas de Análise de Cada Categoria**

No que diz respeito à etapa 2, identificados as áreas que pretendemos analisar em cada categoria.

Tabela 31. Definição das Áreas de Cada Categoria

I. Atividades Desportivas
a. Conhecimento dos hábitos desportivos dos munícipes
b. Tipologia das atividades praticadas pelos munícipes
II. Instalações Desportivas
a. Nível de utilizadores por equipamento desportivo
b. Tipologia das atividades praticadas por equipamento
c. Valores económicos envolvidos por equipamento desportivo
d. Identificação da tipologia dos equipamentos existentes
III. Associativismo
a. Caracterização das associações/clubes existentes no concelho
b. Identificação das modalidades dinamizadas
c. Identificação do número de praticantes por associação/clube
d. Evolução desportiva dos praticantes
IV. Recursos Humanos
a. Identificação do emprego gerado no mercado do desporto
b. Identificação das profissões existentes no sector do desporto
c. Relação entre o mercado do desporto e outras atividades económicas
V. Sector Privado
a. Identificação das empresas ligadas ao sector do desporto
b. Conhecimento da intervenção no mercado de trabalho
c. Conhecimento do impacto económico gerado pelas empresas
VI. Consumo Desportivo
a. Investimento financeiro em material desportivo e equipamento para a prática desportiva por parte dos munícipes.

b. Investimento noutras áreas associadas ao desporto
VII. Divisão Desporto
a. Caracterização da atividade desportiva municipal
b. Índices de promoção e colaboração municipal nas atividades físicas/eventos

➤ **Etapa 3 – Nomeação dos Sectores de Intervenção por Categoria**

A tabela seguinte identifica os sectores de intervenção de cada categoria, representando as fontes onde iremos intervir e aplicar os indicadores de intervenção de cada área.

Tabela 32. Nomeação dos Setores de Intervenção

I. Atividades Desportivas
a. Atividade de promoção municipal
b. Atividades de promoção privada
c. Atividades de promoção escolar concelhia
d. Atividade de promoção do desporto adaptado
II. Instalações Desportivas
a. Rede de equipamentos municipais
b. Rede de equipamentos privados
c. Rede de equipamentos escolares
d. Rede de equipamentos militar
e. Rede natureza
i. Rio
ii. Praias
iii. Serra
f. Rede de equipamentos hoteleiros
III. Associativismo
a. Associações, federações e Clubes Desportivos
IV. Recursos Humanos
a. Sector público e privado
i. Praticantes
ii. Treinadores
iii. Dirigentes
iv. Técnicos Profissionais
v. Voluntários
▪ Professores
▪ Árbitros
▪ Função Pública
V. Sector Privado
a. Empresas privadas
i. Ginásios
ii. Lojas de artigos, equipamentos vestuário, calçado desportivo
iii. Outros
VI. Consumo Desportivo
a. Sector privado
b. Clubes e associações
VII. Divisão Desporto
a. Identificação da promoção às atividades desportivas
i. Apoio financeiro
ii. Apoio logístico
b. Atividade interna
i. Apetrechamento das instalações
ii. Construções, manutenção e modernização das instalações

➤ **Etapa 4 – Definição dos Indicadores de Impacto por Categoria**

A quarta etapa estabelece os indicadores de impacto que são usados para ajudar a descrever a situação atual de um determinado fenômeno ou problema, fazer comparações, verificar mudanças. Os indicadores referidos são apenas alguns dos que podemos utilizar.

Tabela 33. Indicadores de Impacto por Categoria

I. Atividades Desportivas
a. Tipologia dos praticantes <ul style="list-style-type: none">i. Sexoii. Idadeiii. Nível de escolaridadeiv. Modalidade desportiva praticada
b. Local e frequência de prática desportiva <ul style="list-style-type: none">i. Naturezaii. Privadaiii. Municipal<ul style="list-style-type: none">▪ Escolas Municipais▪ Projetos Desportivos Municipaisiv. Escolar<ul style="list-style-type: none">▪ Pré-escolar▪ 1º Ciclo▪ 2º Ciclo▪ 3º/ Secundário▪ Universitário
c. Conhecimento do impacto económico na implementação de eventos desportivos
II. Instalações Desportivas
a. Tipologia do equipamento e sua distribuição territorial (base recreativa, formativa, especializada espetáculo, espaços naturais, espaços adaptáveis para a prática)
b. Atividades informais e formais <ul style="list-style-type: none">i. Tipologia das atividades praticadas por equipamentoii. Taxa de utilizadores por equipamento desportivoiii. Emprego geradoiv. Nível de espectadoresv. Seguros desportivosvi. N.º produtos ou serviços geradosvii. Entidades externas com quem se relacionaviii. Identificação das profissões
c. Licenciamento de novas instalações
d. Importância económica (determinação dos custos/receitas), apetrechamentos e modernização <ul style="list-style-type: none">i. Determinação dos custos<ul style="list-style-type: none">▪ Investimento▪ Manutenção▪ Utilizaçãoii. Determinação das receitas<ul style="list-style-type: none">▪ Alugueres▪ Cartões de entrada▪ Seguros▪ Classes▪ Utilização livre▪ Inscrições/joias▪ Outros
e. Identificação da área desportiva útil

- i. Ao nível do concelho
 - ii. Por freguesia
 - iii. Por habitante
- f. Relação com outras empresas externas portadoras de serviços de apoio (serviços prestados)
 - i. Segurança
 - ii. Higiene e limpeza
- g. Eventos desportivos
 - i. Espetáculos desportivos (eventos)
 - Espectadores
 - Orçamento
 - ii. Empresas externas envolvidas
 - iii. Hotelaria
 - iv. Restauração

III. Associativismo

- a. Caracterização das associações (modalidades e praticantes)
- b. Análise do orçamento anual (receitas e custos) – Importância Económica
 - iii. Deslocações
 - iv. Seguros Desportivos
 - v. Equipamentos / infraestruturas de apoio
 - vi. Apoio Médico
 - vii. Eletricidade, gás e água
- c. Relação com outras empresas externas portadoras de serviço de apoio (serviços prestados)
- d. Tipo de prestação de serviços
- e. Percentagem de custos e receitas
- f. Identificação dos recursos humanos (emprego e profissões)
 - i. Órgãos Gerentes
 - ii. Treinadores
 - iii. Outros
 - Renumerações
 - Tipo de contrato laboral
 - Formação académica
- g. Identificação dos associados
- i. Número de associados
- j. Pedidos de apoio municipal
 - i. Financeiros
 - ii. Logísticos
- h. Constituição de novas associações/clubes

IV. Recursos Humanos

- a. Identificação do emprego gerado pelo mercado do desporto
- b. Identificação das profissões existentes no sector do desporto
- c. Identificação do perfil e enquadramento dos trabalhadores
- d. Vencimentos por profissões (Ganho médio mensal dos trabalhadores)
- e. Tipo de contrato laboral (regime e duração de trabalho)
 - i. Trabalho por conta outrem
 - ii. Trabalho por conta própria como empregador
 - iii. Trabalho por conta própria como isolado
 - iv. Pessoal de serviço
- f. Taxa de desemprego
- g. Índice de emprego
- h. Identificação das áreas específicas associadas ao desporto
 - i. Árbitros
 - ii. Treinadores
 - iii. Outros
 - Identificação da formação Profissional
 - Escalões
 - Cursos

V. Sector Privado

-
- a. Caracterização e análise das empresas
 - b. Identificação do pessoal ao serviço
 - i. Vencimentos e tipo de contrato
 - ii. Identificação do emprego gerado (n.º de trabalhadores)
 - c. Identificação dos serviços e produtos disponíveis
 - d. Constituição de empresas
 - e. Consumo gerado
 - i. Vendas de equipamentos desportivos
 - ii. Importação de bens e serviços
 - f. Índice de preço no consumidor (vestiário e calçado)
 - g. Índice de volume de negócios
 - h. Taxa de natalidade
 - i. Taxa de sobrevivência
 - j. Taxa de mortalidade
 - k. Produção atual
 - l. Perspetivas de produção
 - m. Perspetivas de emprego
 - n. Perspetivas de preço
 - o. Taxa de sobrevivência
 - p. Serviços prestados às empresas
 - i. Atividades jurídicas
 - ii. Serviços de publicidade
 - iii. Serviços de contabilidade, consultadoria, assessoria
 - iv. Atividade informática
 - q. Ofertas de programas e serviços de desporto

VI. Consumo Desportivo

- a. Tipologia dos gastos
 - i. Artigos desportivos
 - Vestiário
 - Calçado
 - Equipamento
 - ii. TV/cabo
 - iii. Cotas
 - iv. Jogo/lotaria
- b. Investimento financeiro para a realização da prática desportiva
 - i. Local de aquisição
 - Marcas adquiridas
 - Período de aquisição
 - Valor médio gasto

VII. Divisão Desporto

- a. Relatório Anual das atividades
-

➤ ***Etapas 5 – Definir os Stakeholders e os Parceiros Institucionais***

A tabela seguinte identifica os possíveis stakeholders e os parceiros institucionais.

Tabela 34. Identificação dos Parceiros Institucionais

ACSDC	Associação do comércio, indústria, serviços e turismo do distrito de Setúbal
IDSET	Associação portuguesa para a inovação e desenvolvimento
AISET	Associação da indústria da Península de Setúbal
CEISET	Centro de empresas e inovação de Setúbal
AMDS	Associação dos Municípios da Região de Setúbal
AERSET	Associação empresarial da região de Setúbal
CEDINTEC	Centro de desenvolvimento e inovação tecnológicos
FMH/UL	Faculdade de motricidade humana da Universidade de Lisboa
AIPMEI	Instituto de apoio às pequenas e médias empresas e ao investimento
AEP	Associação empresarial de Portugal
AIP/COPRAI	associação industrial portuguesa
ANJE	Associação nacional de jovens empresários
APQ	Associação portuguesa para a qualidade
IPS	Instituto politécnico de Setúbal
ANPME	Associação nacional de pequenas e médias empresas
APME	Associação portuguesa de mulheres empresárias
CPPME	Confederação portuguesa das micro, pequenas e médias empresas
IDSET	Associação portuguesa para a inovação e desenvolvimento
APERSA	Associação de pequenos empresários da região de Setúbal e Alentejo
CEFPS	Centro de emprego e formação profissional de Setúbal
AGAP	Associação de empresas de ginásios e academias de Portugal
APDEF	Associação de profissionais de desporto e educação física de Portugal
APEF	Associação de profissionais de desporto e educação física de Setúbal
CNID	Associação dos jornalistas de desporto
SABSEG	Seguros Desportivos
APOGESD	Associação profissionais da gestão e do desporto

Queremos incluir igualmente o desporto escolar da península de Setúbal, os agrupamentos de escolas os clubes, as associações, federações e setor privado do município.

Após a aplicação das etapas anteriormente definidas, o modelo de observatório que pretendemos implementar apresenta a seguinte organização quanto às categorias, áreas e indicadores (figura 24).

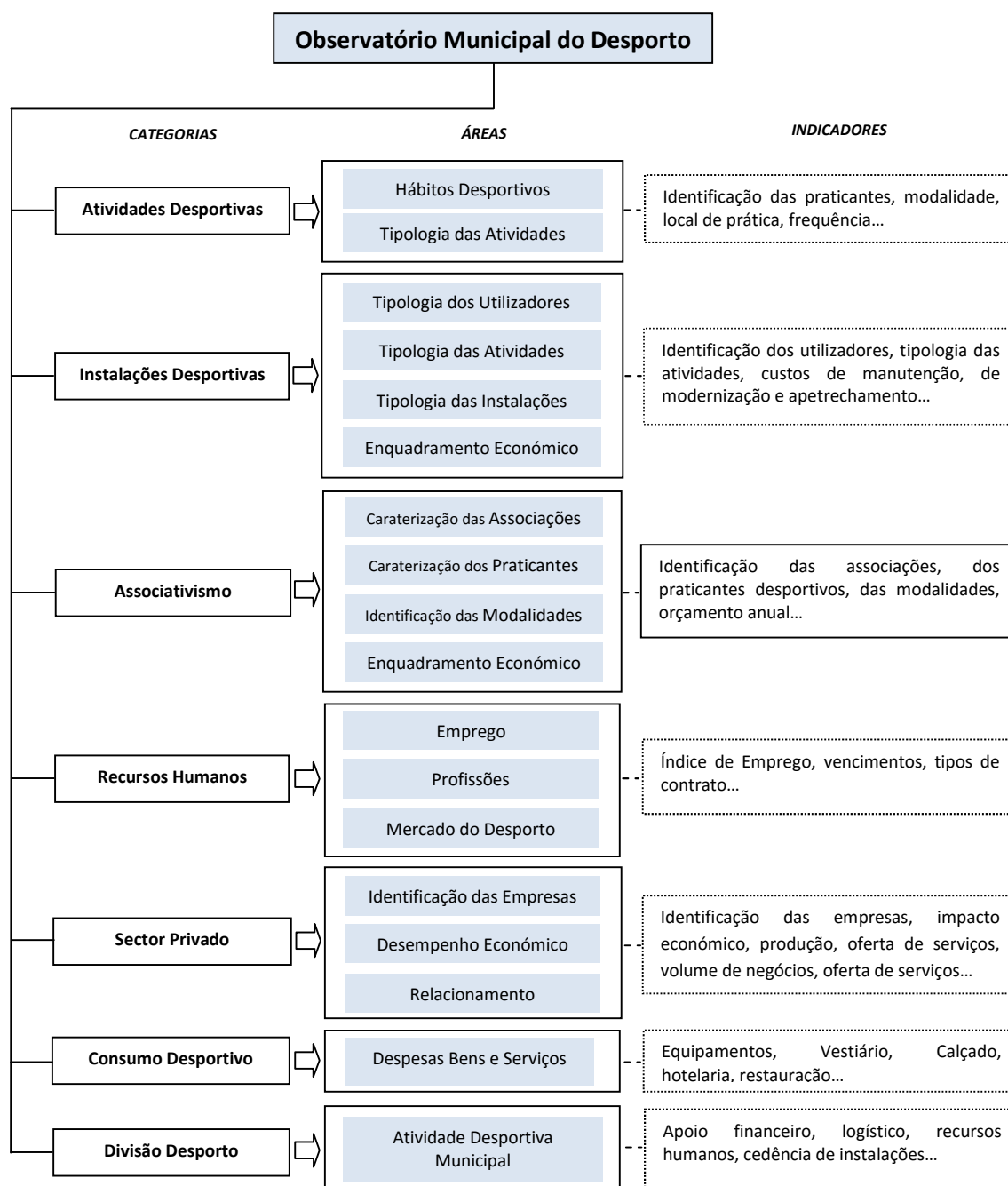


Figura 24. Síntese do Modelo de Observatório Municipal do Desporto

➤ ***Etapa 6 – Definição do Modelo de Gestão de Funcionamento do Observatório***

Pretendem-se que a seguinte proposta de modelo de gestão consiga implementar de uma forma eficaz e eficiente as diretrizes estabelecidas de modo a alcançar os objetivos pretendidos.

O Observatório Municipal do Desporto do Município de Setúbal, tem como objetivos os seguintes pontos:

- i.* Conhecer e monitorizar o sector do desporto e as atividades relacionadas com o desporto, realizando e promovendo investigação;
- ii.* Analisar os impactos económicos e sociais provocados pelo desporto;
- iii.* Avaliar o impacto dos serviços e bens proporcionados pelo mercado do desporto;
- iv.* Informar através de relatórios, comunicações;
- v.* Apoiar através de pareceres técnicos, consultadoria e assessoria;
- vi.* Efetuar avaliações do impacto das políticas, projetos e atividades

No que à sua estrutura organizacional diz respeito, propomos uma orgânica pouco burocrática, constituída por quatro estruturas. A saber, o Comité Executivo e as Comissões Operacional, Consultiva e Científica, conforme podemos verificar na figura 25.

O Comité Executivo é responsável pela coordenação do observatório, sendo composto pela Presidente da CMS, o Vereador com o pelouro do desporto, o Diretor do DCED, o Chefe da DIDES e o Coordenador do Observatório. Esta estrutura terá o apoio da Comissão Operacional onde se encontram o coordenador do observatório, um técnico do GAE e um técnico da DIDES, responsáveis pela gestão da base de dados.

Em termos de colaboração, as Comissões Científica e Consultivas servirão para analisar, orientar e acompanhar os documentos técnicos elaborados pela comissão operacional. Propomos que a constituição do Comité Científico seja composto pelo Coordenador do Observatório, um representante da Faculdade Motricidade Humana e um representante do Instituto Politécnico de Setúbal. O Comité Consultivo será constituído pelas instituições e entidades do concelho que sejam consideradas fundamentais no processo de apoio ao observatório assim como o GAE.

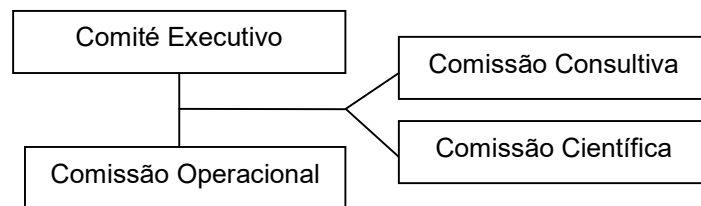


Figura 25. Estrutura Organizacional do Observatório Municipal

Relativamente ao funcionamento operacional do observatório, é fundamental que o trabalho seja articulado em rede e que os circuitos de recolha de informação entre o comité operacional e as instituições parceiras e stakeholders estejam devidamente definidos de modo a que os dados fornecidos possam ser analisados e processados convenientemente tornando a informação final o mais fidedigna possível.

Por sua vez, a informação tratada terá a colaboração das comissões científicas e consultivas que servirão para “orientar” os relatórios e futuras pesquisas. A compilação regular de documentos técnicos enquanto produto final, será essencial na promoção, na sensibilização e no conhecimento do nível em que se encontra o sector do desporto no concelho de Setúbal. A finalizar este ciclo, propomos a realização do Concelho Municipal do Desporto, ou do Fórum do Desporto, enquanto espaço de debate e reflexão sobre o desporto.

A figura seguinte demonstra o modelo de funcionamento.

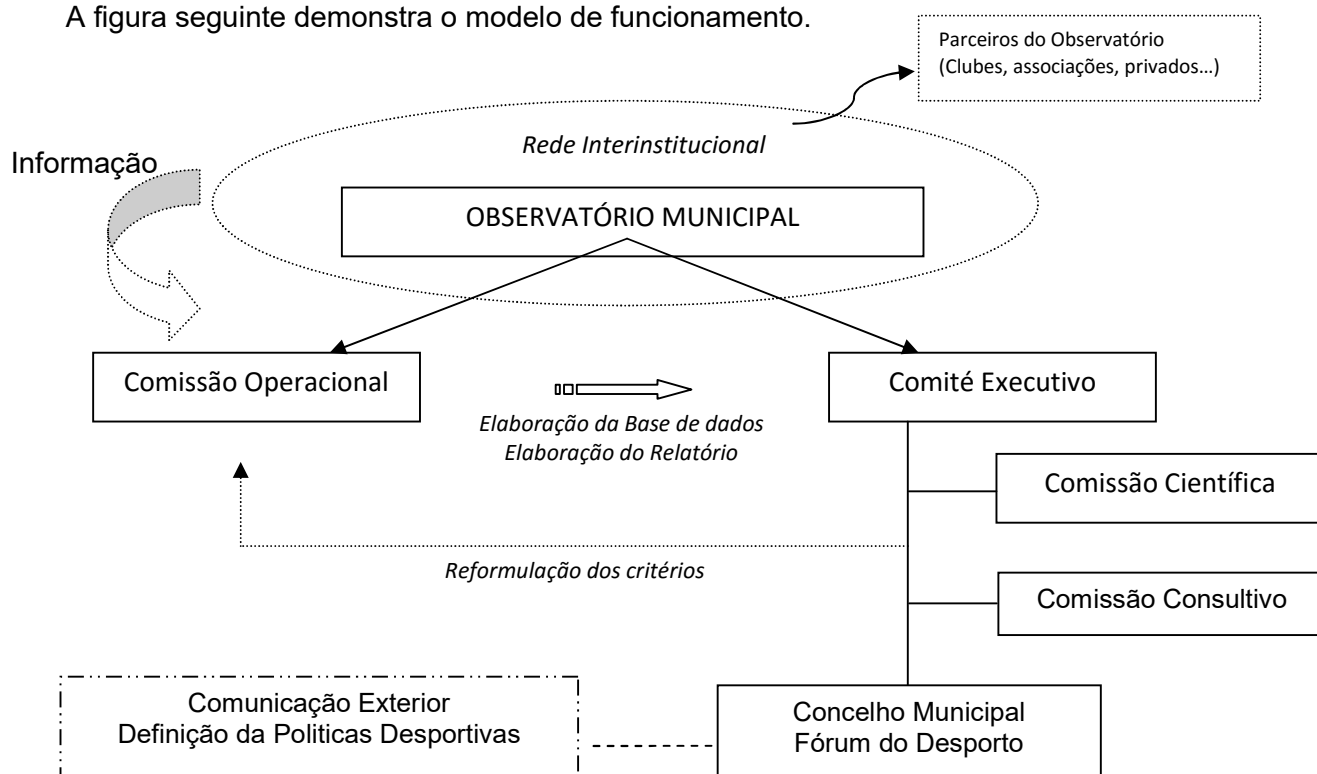


Figura 26. Modelo de Funcionamento do Observatório Municipal

4.3.2. Caracterização do Impacto Económico e Social das Atividades Desportivas (931) de Acordo com a Classe – CAE Rev. 3 e da Produção Industrial dos Produtos Desportivos em Portugal.

Iniciamos a nossa caracterização com apresentação de dados correspondentes ao ano civil de 2013 e verificados em Portugal.

Segundo o INE (2007), o grupo 931 - Atividades Desportivas compreendem, nomeadamente, a gestão das instalações desportivas, as actividades dos clubes desportivos, a organização de actividades desportivas, os organismos reguladores das actividades desportivas, as actividades de ginásio (fitness), actividades de atletas e de árbitros independentes

- 93110 - Gestão de instalações desportivas

Compreende as atividades de exploração e gestão de qualquer tipo de instalações desportivas, que se dediquem, quer à prática de atividades físicas de competição regular, quer de recreação (com ou sem lugares sentados ou equipamento de visualização), em locais cobertos ou ao ar livre (estádios de futebol, campos de golfe e ténis, bowling, instalações de tiro, hipódromos, piscinas, pistas de atletismo, pistas de automobilismo, motocross e karting, recintos de boxe e de luta, locais de desportos de inverno, etc.). Inclui organização e gestão de manifestações desportivas, para profissionais ou amadores, por entidades com instalações próprias.

- 93120 - Clubes desportivos

Compreende as atividades dos clubes desportivos (futebol, andebol, basquetebol, ciclismo, hóquei em patins, natação, golfe, boxe, bowling, luta, ginástica, bilhar, halterofilismo, desportos de inverno, atletismo, tiro, xadrez, damas, cartas e de outros clubes), quer sejam profissionais, semiprofissionais ou amadores e que permitem aos seus sócios a oportunidade de participar em atividades desportivas. Inclui as atividades das Sociedades Anónimas Desportivas.

- 93130 - Atividades de ginásio

Compreende as atividades de manutenção física, proporcionadas por ginásios que possuem espaços diversificados, oferecendo várias atividades (modalidades), sem preocupações de competição, de modo a preservar ou a melhorar a condição física.

- 93192 - Outras atividades desportivas N.E.

Compreende as atividades de produtores e promotores de acontecimentos desportivos com ou sem instalações; promoção de eventos desportivos; atletas, árbitros, cronometristas e de outros desportistas independentes; estábulos, canis e garagens,

relacionados com a atividade desportiva; apoio à pesca e caça recreativas e desportivas; e dos guias de montanha. Inclui a gestão de zonas de caça e pesca.

Os principais indicadores económicos que vamos apresentar são: a produção, valor acrescentado bruto, ativo, gastos com o pessoal, remunerações, volume de negócios, prestação de serviços, pessoal ao serviço e número de empresas. A última atualização dos dados apresentados foi realizada no dia 8 de Outubro de 2014.

✓ **Indicador da Produção (€)**

No que à produção das empresas relacionadas com a CAE Atividades Desportiva (931) diz respeito, estas representam 0,3% do valor total de produção das empresas registadas em Portugal. As sociedades da atividade económica da subclasse Outras Atividades Desportivas (93192) são as que apresentam o valor mais elevado (248 € milhões de euros). O valor total registou um valor na ordem dos 701 € milhões de euros.

Tabela 35. Registo da Produção das Empresas da CAE (931) - Atividades Desportivas 931

CAE	Empresa Individual	Sociedade	Total
93110 - Gestões Instalações Desportivas	538 313 €	180 939 972 €	181 478 285 €
93120 - Clubes Desportivos	0 €	165 496 769 €	165 496 739 €
93130 - Atividades Ginásio (fitness)	3 230 114 €	78 464 194 €	81 694 308 €
93192 - Outras Atividades Desportivas	24 576 902 €	247 690 273 €	272 267 175 €
Total	28 345 329 €	672 591 208 €	700 936 537 €
Percentagem	0,3%	0,3%	0,3%
Produção das Empresas de Todas as Atividades Económicas	10 341 673 978 €	208 772 709 598 €	219 114 383 576 €

Fonte: www.ine.pt

✓ **Indicador do Valor Acrescentado Bruto (€)**

Neste ponto, verificámos o VAB das empresas. A soma das quatro atividades económicas apresentou valores na ordem dos 370 € milhões de euros, o que corresponde em termos nacionais a 0,5% do VAB total nacional de todas as atividades económicas. As sociedades dos Clubes Desportivos (93120) e as sociedades das Outras Atividades Desportivas (93192) contribuíram com mais de 100 € milhões cada. As Outras Atividades Desportivas (93192) registaram um valor superior a 18 € milhões de euros muito idêntico às sociedades das Atividades Ginásio (93130) com um valor a rondar os 20 € milhões de euros.

Tabela 36. Registo do Valor Acrescentado Bruto das empresas CAE (931) – Atividades Desportivas

CAE	Empresa Individual	Sociedade	Total
93110 - Gestão Instalações Desportivas	307 568 €	83 211 461 €	83 519 029 €
93120 - Clubes Desportivos	0 €	103 071 063 €	103 071 063 €
93130 - Atividades Ginásio (fitness)	2 094 630 €	20 091 351 €	22 185 981 €
93192 - Outras Atividades Desportivas	18 644 096 €	141 853 009 €	160 497 105 €
Total	21 046 294 €	348 226 884 €	369 273 178 €
Percentagem	0,4%	0,5%	0,5%
Valor Acrescentado Bruto de Todas as Atividades Económicas	5 897 435 072 €	70 488 775 548 €	76 386 210 620 €

Fonte: www.ine.pt

✓ **Indicador do Ativo (€)**

A análise do ativo das empresas revela-nos que a maior fatia provém das sociedades da Gestão de Instalações Desportivas (93110) com um ativo superior a 1 220 € milhões de euros, seguindo-se as sociedades das Outras Atividades Desportivas (93192) com 450 € milhões de euros e em terceiro as sociedades dos Clubes Desportivos (93120) com um valor de 100 € milhões de euros. As Atividades Ginásio (93130) e Outras Atividades Desportivas (93192) registaram valores muito idênticos.

Tabela 37. Registo do Ativo das Empresas CAE (931) – Atividades Desportivas

CAE	Empresa Individual	Sociedade	Total
93110 - Gestão Instalações Desportivas	515 587 €	1 220 351 312 €	1 220 866 899 €
93120 - Clubes Desportivos	0 €	588 691 672 €	588 691 672 €
93130 - Atividades Ginásio (fitness)	4 376 270 €	100 002 277€	104 378 547 €
93192 - Outras Atividades Desportivas	5 030 834 €	452 463 353 €	457 494 187 €
Total	9 922 691 €	2 361 5 08 614 €	2 371 431 305 €
Percentagem	0,1%	0,5%	0,5%
Total do Activo de Todas as Atividades Económicas	10 036 471 146 €	494 168 333 098 €	504 204 804 244 €

Fonte: www.ine.pt

O ativo total das empresas associadas ao grupo 931 - atividades desportivas representaram 0, 5% do valor total do ativo de todas as atividades económicas.

✓ **Indicador dos Gastos com o Pessoal (€)**

Na questão referente aos gastos com o pessoal das empresas, podemos apurar que o valor ascende aos 285 € milhões de euros, com as sociedades dos Clubes Desportivos (93120) a apresentarem o maior valor, a rondar os 123 € milhões de euros.

Tabela 38. Registo dos Gastos com o Pessoal CAE (931) – Atividades Desportivas

CAE	Empresa Individual	Sociedade	Total
93110 - Gestão Instalações Desportivas	39 399 €	57 047 447 €	57 086 846 €
93120 - Clubes Desportivos	0 €	122 772 125 €	122 772 125 €
93130 - Atividades Ginásio (fitness)	197 042 €	23 227 073 €	23 424 115 €
93192 - Outras Atividades Desportivas	1 050 521 €	80 712 874 €	81 763 395 €
Total	1 286 962 €	283 759 519 €	285 046 481 €
Percentagem	0,1%	0,6%	0,6%
Gastos com o Pessoal de Todas as Atividades Económicas	1 252 987 696 €	45 402 466 830 €	46 655 545 526 €

Fonte: www.ine.pt

Nota: última atualização verificada a 8 de Outubro de 2014

✓ **Indicador das Remunerações (€)**

No que às remunerações das empresas diz respeito, podemos aferir que o valor totaliza os 232 € milhões de euros, representando 0,64% do total das atividades económicas. Neste caso, as sociedades desportivas dos clubes foram as que mais contribuíram com um valor de 102 € milhões de euros.

Tabela 39. Registo das Renunerações nas Empresas CAE (931) – Atividades Desportivas

CAE	Empresa Individual	Sociedade	Total
93110 - Gestão Instalações Desportivas	16 144 €	43 870 327 €	43 886 471 €
93120 - Clubes Desportivos	0 €	101 646 987 €	101 646 987 €
93130 - Atividades Ginásio (fitness)	94 017 €	17 370 837 €	17 464 854 €
93192 - Outras Atividades Desportivas	138 458 €	68 937 211 €	69 075 669 €
Total	248 619 €	231 825 352 €	232 073 981 €
Percentagem	0,03%	0,6%	0,6%
Renunerações de Todas as Atividades Económicas	715 129 269 €	35 193 743 640 €	35 908 872 909 €

Fonte: www.ine.pt

✓ **Indicador do Volume de Negócios (€)**

A tabela seguinte, indica os valores obtidos quanto ao volume de negócios das empresas. Estas apresentaram valores na ordem dos 563 € milhões de euros o que em termos percentuais representa 0,2% do total das outras atividades verificadas em Portugal. As sociedades da Gestão Instalações Desportivas (93110) e das Outras Atividades Desportivas (93192) revelaram-se como as atividades que mais contribuem, apresentando valores superiores a 160 € milhões de euros. As empresas individuais das Outras Atividades Desportivas (93192) com um valor superior a 24 € milhões de euros apresentam um valor bastante interessante.

Tabela 40. Registo do Volume de Negócios Verificados nas Empresas CAE (931) – Atividades Desportivas

CAE	Empresa Individual	Sociedade	Total
93110 - Gestão Instalações Desportivas	513 921 €	180 449 638 €	180 963 559 €
93120 - Clubes Desportivos	0€	100 931 813 €	100 931 813 €
93130 -Atividades de Ginásio (fitness)	3 154 203 €	79 328 861 €	82 483 064 €
93192 - Outras Atividades Desportivas	24 619 653 €	173 545 414 €	198 165 066 €
Total	28 287 776 €	534 255 726 €	562 543 502 €
Percentagem	0,2%	0,2%	0,2%
Volume de Negócios de Todas as Atividades Económicas	15 165 093 687 €	308 123 539 314 €	323 288 633 001 €

Fonte:www.ine.pt

✓ **Indicador das Prestações de Serviços (€)**

No que há prestações de serviços das empresas diz respeito, os resultados apontam para valores globais a rondar os 544 € milhões de euros. A prestação de serviços das empresas associadas às atividades desportivas representam 0,5% do valor total em Portugal. Nesta matéria, as sociedades da *Gestão Instalações Desportivas (93110)* e das *Outras Atividades Desportivas (93192)* revelam-se novamente como as atividades que apresentar valores mais elevados, a rondar os 170 € milhões de euros.

Tabela 41. Registo dos Valores Relacionados com as Prestações de ServiçosCAE (931) – Atividades Desportivas

CAE	Empresa Individual	Sociedade	Total
93110 - Gestão Instalações Desportivas	513 921 €	170 689 437 €	171 203 358 €
93120 - Clubes Desportivos	0 €	100 674 596 €	100 674 596 €
93130 - Atividades Ginásio (fitness)	3 154 203 €	76 763 833 €	79 918 036 €
93192 - Outras Atividades Desportivas	24 619 652 €	166 877 267 €	191 496 919 €
Total	28 287 776 €	515 005 133 €	543 292 909 €
Percentagem	0,5%	0,5%	0,5%
Prestações de Serviços de Todas as Atividades Económicas	6 108 328 407 €	100 002 126 460 €	106 110 454 867 €

Fonte: www.ine.pt

✓ **Indicador do Pessoal ao Serviço (N.º) das Empresas por Atividade Económica**

Como podemos verificar na tabela seguinte, o número de pessoal ao serviço contabiliza 12 113 pessoas. Comparativamente com outras atividades económicas, as desportivas representam 0,4% do número total de pessoal ao serviço. Em termos nacionais o número era de 3 435 566 pessoas. Neste ponto as sociedades da *Gestão Instalações Desportivas (93110)* são as que empregam mais pessoas totalizando 3 376, seguindo-se as empresas individuais das *Outras Atividades Desportivas (93192)* com 3 318 pessoas. No global das empresas, as *Outras Atividades Desportivas (93192)* contribuem com o maior número (45,4%). Curiosamente, entre as sociedades das quatro atividades económicas, os *Clubes Desportivos (93120)* são os que menos pessoas possuem mas são os que apresentam maiores gastos em renumerações.

Tabela 42. Registo do Pessoal ao Serviço nas Empresas CAE (931) – Atividades Desportivas

CAE	Empresa Individual	Sociedade	Total
93110 - Gestão Instalações Desportivas	69	3 376	3 445 (28,4%)
93120 - Clubes Desportivos	0	978	978 (8,1%)
93130 - Atividades Ginásio (fitness)	354	1 838	2 192 (18,1%)
93192 - Outras Atividades Desportivas	3 318	2 180	5 498 (45,4%)
Total	3 741	8 372	12 113 (100%)
Percentagem	0,5%	0,3%	0,4%
Total de Pessoal ao Serviço de Todas as Atividades Económicas	810 103	2 625 463	3 435 566

Fonte: www.ine.pt

✓ Indicador das Empresas (N.º)

Observando a tabela seguinte, constatamos que o número de empresas e sociedades em Portugal totalizam 5 377. As empresas individuais são as que apresentam maior número (68,8%) com destaque para as atividades de Outras Atividades Desportivas (93192) com um total de 3 299. As sociedades representam 31,2% do valor total de empresas. No global, as Outras Atividades Desportivas (93192) contribuem com 75% do total das empresas, seguindo-se as Atividades de Ginásio (92130) com 15,8% e a Gestão das Instalações Desportivas (93110) com 8,5% respetivamente.

Tabela 43. Registo do Número de Empresas CAE (931) – Atividades Desportivas

CAE	Empresa Individual	Sociedade	Total
93110 - Gestão Instalações Desportivas	64	393	457 (8,5%)
93120 - Clubes Desportivos	0	34	34 (0,7%)
93130 - Atividades Ginásio (fitness)	338	514	852 (15,8)
93192 - Outras Atividades Desportivas	3 299	735	4 034 (75%)
Total	3 701 (68,8%)	1 878 (31,2%)	5 377 (100%)
Percentagem	1,1%	0,1%	0,6%
Empresas (N.º) de Todas as Atividades Económicas	350 816	350 816	1 055 813

Fonte: www.ine.pt

O número total das empresas associadas a atividades desportivas representa 0,6% do valor total das empresas em Portugal.

A tabela seguinte, sintetiza os valores apresentados anteriormente.

Tabela 44. Síntese dos Indicadores da CAE (931) – Atividades Desportivas

Indicadores Económicos	Classe – CAE Rev. 3 – Atividades Desportivas 931				
	(93110) Gestão Instalações Desportivas	(93120) Clubes Desportivos	(93130) Atividades Ginásio (fitness)	(93192) Outras Atividades Desportivas	TOTAIS
Produção	181 478 285 €	165 496 739 €	81 694 308 €	272 267 175 €	700 936 537 €
<i>Valor Acrescentado Bruto</i>	83 519 029 €	103 071 063 €	22 185 981 €	160 497 105 €	369 273 178 €
Ativo	1 220 866 899 €	588 691 672 €	104 378 547 €	457 494 187 €	2 371 431 305 €
<i>Gastos com o Pessoal</i>	57 086 846 €	122 772 125 €	23 424 115 €	81 763 395 €	285 046 481 €
Renumerações	43 86 471 €	101 646 987 €	17 464 854 €	69 075 669 €	232 073 981 €
<i>Volume de Negócios</i>	180 963 559 €	100 931 813 €	82 483 064 €	198 165 066 €	562 543 502 €
Prestações de Serviços	171 203 358 €	100 674 596 €	79 918 036 €	191 496 919 €	543 292 909 €
<i>Pessoal ao Serviço</i>	3 445	978	2 192	5 498	12 113
Número de Empresas	457	34	852	4 034	5 377

Para finalizar a nossa caracterização iremos apresentar dados (tabela 45) quanto à produção industrial, nomeadamente aos produtos vendidos na indústria por tipo de produto, verificados geograficamente em Portugal, sendo o seu período de referência o ano de 2014. A última atualização verificou-se a 30 de Junho de 2015.

Tabela 45. Produtos Vendidos da Indústria por Tipo de Produto Desportivo

Tipo de Produto	Produtos Vendidos (€)		
	2014	2013	2012
Fatos de treino de malha para desporto	2 244 515	1 420 625	1 473 388
Coletes (exceto acolchoados), fatos de treino, vestuário especial de desporto, dança ou ginástica	28 363 812	35 972 005	38 634 319
Coletes (exceto acolchoados), fatos de treino, vestuário especial de desporto, dança ou ginástica	29 572 839	27 370 806	27 587 318
Calçado para desporto, com sola de borracha ou plástico, parte superior de matérias têxteis	2 996 088
Outro calçado para desporto, com sola de borracha, plástico ou couro, exceto calçado para esquiar na neve e para patinagem	1 476 824 &	2 380 463	...
Barcos insufláveis de recreio ou desporto	...	x	1 787 333
Barcos e iates, a motor, para desporto ou recreio, com motor interno	902 253	x	1 840 522
Outras embarcações de recreio ou desporto n.e.; barcos a remo e canoas	18 873 029	...	14 923 968
Esquis aquáticos, pranchas de surf, pranchas à vela e outros equipamentos para a prática de desportos aquáticos	...	778 224	994 435
Artigos e equipamentos para ginástica ou atletismo	4 879 677	4 391 679	4 213 025
Outros artigos e equipamentos para desportos ou jogos ao ar livre n.e., inclui piscinas para crianças e adultos	8 928 501	9 577 495	8 529 269
Canas de pesca e outros artigos para pesca e para caça (inclui anzóis, carretos, camaroeiros, iscas, chamarizes e artigos semelhantes)	1 004 097	...	904 307
Bilhares e seus acessórios	890 953	987 078	1 296 319
TOTAL	100 132 588	82 878 375	102 184 203

Nota: última atualização de dados verificados a 30 de Junho de 2015

A tabela anterior, não apresenta alguns valores pois o princípio da confidencialidade assim o obriga e porque ainda estavam valores por apurar, contudo podemos retirar algumas conclusões.

Neste sentido, em 2014, os produtos de Coletes (exceto acolchoados), fatos de treino, vestuário especial de desporto, dança ou ginástica, foram os produtos mais vendidos em Portugal, totalizando receitas na ordem dos 30 € milhões. Comparativamente com os outros anos, 2014 foi o ano em que se registou o maior número de vendas destes produtos.

Outro dado que podemos verificar, diz respeito à venda de barcos e iates, o motor, para desporto ou recreio, com motor interno, que decresceu relativamente a 2012 não passando o 1 € milhão de euros em vendas.

Os artigos e equipamentos para ginástica ou atletismo mantiveram os valores em relação aos anos de 2012 e 2013.

Em termos globais e analisando os três anos podemos verificar que em 2013 registou-se um decréscimo nas vendas (83 € milhões de euros), mas em 2014 voltaram a subir para valores acima dos 100 € milhões de euros aproximando-se dos 102 € milhões verificados em 2012.

4.3.3. Caracterização do Impacto Económico e Social da Secção R – Atividades Desportivas, de Diversão e Recreativas de Acordo com a Classe – CAE Rev. 3, no Concelho de Setúbal.

Os dados que vamos apresentar de seguida dizem respeito à secção R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas verificados na península de Setúbal e no concelho de Setúbal e dizem respeito no ano civil de 2012. Estas incluem as divisões:

- 90 - Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias;
- 91 - Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais;
- 92 - Lotarias e outros jogos de aposta;
- 93 - Atividades desportivas, de diversão e recreativas.

✓ Indicador dos Números de Estabelecimentos, Empresas e Sociedades

Analisando a tabela 46, foram identificados no concelho de Setúbal um total de 343 estabelecimentos, 334 empresas e em número mais reduzido, um total de 44 sociedades. O somatório das três categorias apresentadas (estabelecimentos, empresas e sociedades) representou em termos percentuais 15,5% do total das categorias verificadas na Península de Setúbal.

Tabela 46. Número de Estabelecimentos, Empresas e Sociedades da Secção R

Localização Geográfica	Atividades Desportivas, de Diversão e Recreativas		
	N.º total de estabelecimentos	N.º total de empresas	N.º total de sociedades
Península de Setúbal	2166	2136	281
Setúbal	343	334	44
Percentagem (%)	15,8%	15,6%	15,6%

Fonte: Anuário Estatístico da Região Lisboa 2013. INE, I.P.

✓ **Indicador do Número de Pessoal ao Serviço nas Empresas e Estabelecimentos**

Analisando o número de pessoal ao serviço, (tabela 47) foram contabilizados 407 indivíduos nas empresas, correspondendo a 15,1%, do total de pessoal ao serviço das empresas existentes na Península de Setúbal e 432 pessoas nos estabelecimentos correspondendo a 14,8% do total da Península de Setúbal (2 623). Em termos de empregabilidade, o município de Setúbal era o terceiro concelho da Península com maior número de pessoal nas empresas e estabelecimentos verificados na secção R.

Tabela 47. Registo do Número de Pessoal ao Serviço nas Empresas Pertencentes à Secção R

Localização Geográfica	Atividades Desportivas, de Diversão e Recreativas	
	Pessoal ao serviço	
	Empresas	Estabelecimentos
Península de Setúbal	2 623 (100%)	2 910 (100%)
Setúbal	407 (15,1%)	432 (14,8%)

Fonte: Anuário Estatístico da Região Lisboa 2013. INE, I.P.

✓ **Indicador do Volume de Negócios Verificados nos Estabelecimentos e Empresas**

Em termos do volume de negócios (tabela 48), foram dinamizados por parte dos estabelecimentos um valor de 11 milhões de euros correspondendo a 9,6%, do total de volume de negócios verificados na Península de Setúbal. No que às empresas diz respeito, estas apresentaram um valor na ordem dos 7 milhões de euros o que corresponde a 18,1% do valor total das empresas verificado na Península de Setúbal.

Tabela 48. Registo do Volume de Negócios nos Estabelecimentos e Empresas

Localização Geográfica	Atividades Desportivas, de Diversão e Recreativas	
	Volume de negócios (€)	
	Estabelecimentos	Empresas
Península de Setúbal	116 654 (100%)	41 715 (100%)
Setúbal	11 229 (9,6%)	7 578 (18,1%)

Fonte: Anuário Estatístico da Região Lisboa 2013. INE, I.P.

Nota: Unidade em Milhares de euros

✓ **Indicador do Valor Acrescentado Bruto das Empresas**

Analisando a tabela seguinte, o VAB verificado nas empresas correspondem a 22,1%, do total de VAB das empresas existentes na Península de Setúbal. Em termos de município, Setúbal encontrava-se no segundo lugar em termos de registo do VAB das empresas verificadas na secção R.

Tabela 49. Registo do Valor Acrescentado Bruto das Empresas Pertencentes à Secção R

Localização Geográfica	Atividades Desportivas, de Diversão e Recreativas	Percentagem
	VAB (€) - Empresas	
Península de Setúbal	19 019	100%
Setúbal	4 212	22,1%

Fonte: Anuário Estatístico da Região Lisboa 2013. INE, I.P.

Nota: unidade em milhares de euros

No sentido de complementar os dados referidos anteriormente, vamos de seguida apresentar informação relativamente às despesas correntes verificadas em 2013, por parte do município de Setúbal.

✓ ***Despesas Totais da Câmara Municipal de Setúbal em Atividades e Equipamentos Desportivos***

Os valores referentes da Península de Setúbal são os resultados do somatório dos 9 concelhos.

Observando a tabela seguinte, podemos verificar que o apoio na promoção e implementação das atividades desportivas é a maior despesa do município, representado percentualmente 61,2% das despesas correntes e apresentou-se como o município que mais despesa apresentou nesta área. Os valores de apoio financeiro ao movimento associativo e a construção e manutenção de espaços desportivos são muito idênticos.

Tabela 50. Despesas em Jogos e Desporto por Parte da Península de Setúbal e do Município de Setúbal

Localização Geográfica (NUTS II)	Despesas Correntes			
	Atividades Desportivas	Associações Desportivas	Construção e Manutenção de recintos desportivos	Total
Península de Setúbal	3 724	2 023	2 559	12 845
Setúbal	1 068	278	300	1 743

Fonte: Anuário Estatístico da Região Lisboa 2013. INE, I.P.

Nota: unidade em milhares de euros

✓ ***Despesas Totais da Câmara Municipal de Setúbal em Atividades e Equipamentos desportivos Por Habitante***

Analisando a tabela 51, podemos verificar que as despesas por habitante da CMS são muito próximas da média verificadas na Península de Setúbal.

Tabela 51. Despesas em Atividades e Equipamentos por Habitante por Parte do Município de Setúbal, 2013

Localização Geográfica (NUTS II)	Despesas Correntes
	Total
Península de Setúbal	17,5
Setúbal	14,6

Fonte: Anuário Estatístico da Região Lisboa 2013. INE, I.P.

Nota: unidade em milhares de euros

4.3.4. Identificação das entidades privadas que estejam relacionadas com o desporto no concelho de Setúbal

Com o objetivo da promoção e desenvolvimento económico do concelho, a autarquia criou o Gabinete de Apoio ao Empresário (GAE). Este serviço procura prestar informação útil e rigorosa relativamente a apoios e incentivos financeiros, formalidades para criação de empresas, formação, licenciamentos, legislação e contactos de interesse. As competências do GAE são:

- Promover uma relação personalizada com os agentes económicos do concelho;
- Promover o empreendedorismo e estimular a valorização profissional;
- Estabelecer parcerias com as associações e agências empresariais, com o objetivo de desenvolver estratégias para a promoção do dinamismo empresarial local;
- Prestar informação sobre incentivos, formalidades legais e contactos necessários;
- Conceber e organizar conferências, seminários, sessões informativas e encontros temáticos, direcionados ao setor empresarial do concelho;
- Promover ações de formação profissional, permitindo diminuir défices de competências profissionais detetados no meio empresarial local. (CMS, 2015)

Estavam identificados na base de dados (Março, 2015) do GAE, 153 estabelecimentos no concelho de Setúbal, cuja principal atividade económica está relacionada com o desporto. A tabela seguinte designa o CAE e o número de estabelecimentos.

Tabela 52. Identificação das Empresas Associadas ao Desporto no Concelho de Setúbal – Março 2015

Designação do CAE	N.º de estabelecimentos
25401 – Fabricação de armas de caça, de desporto e defesa	1
32300 – Fabricação de artigos de desporto	5
32400 – Fabricação de jogos e brinquedos	1
33150 – Reparação e manutenção de embarcações	16
45401 – Comercio por grosso e a retalho de motociclos, de suas peças e acessórios	1
46493 – Comércio por grosso de brinquedos, jogos e artigos de desporto	7
46690 – Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos	1
46494 - Outro comércio por grosso de bens de consumo, n. e.	2
46900 - Comércio por grosso não especializado	1
47910 – Comercio a retalho por correspondência ou via internet	2
47192 – Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados sem predominância de produtos alimentícios, bebida ou tabaco	3
47292 – Comércio a retalho de produtos alimentares, naturais e dietéticos, em estabelecimentos especializados;	3
47293 - Outro comércio a retalho de produtos alimentares, em estabelecimentos especializados, n. e.	1
47640 – Comércio a retalho de artigos de desporto, campismo e lazer em estabelecimentos especializados	25
47711 – Comercio a retalho de vestuário para adultos	2
47784 - Comércio a retalho de outros produtos novos, em estabelecimentos especializados, n. e.	3
74900 – Outras atividades de consultadoria, científicas técnicas e similares, n.e.	7
77210 – Aluguer de bens recreativos e desportivos	1
85510 – Ensinos desportivos e recreativos	2
85591 – Formação Profissional	4
85593 – Outras Atividades Educativas, n.e.	1
93110 – Gestão de instalações desportivas	4
93120 – Atividades dos clubes desportivos	1
93130 – Atividades de ginásio (fitness)	15
93191 – Organismos reguladores das atividades desportivas	1
93192 – Outras atividades desportivas, n.e.	14
93293 – Organização de atividades de animação turística	10
93294 – Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.	19
TOTAL	153

Fonte: Gabinete de Apoio ao Empresário da CMS

Analisando a tabela anterior, foram identificadas 29 atividades económicas associadas com o desporto totalizando 153 empresas. Como podemos verificar, as empresas com o CAE 33150 (Reparação e manutenção de embarcações), 47640 (Comércio a retalho de artigos de desporto, campismo e lazer em estabelecimentos especializados), 93130 (Atividades de ginásio - fitness), 93294 (Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.) e 93293 (Organização de atividades de animação turística) são as que se verificam em maior número no concelho de Setúbal com 16, 25, 15, 10 e 19 empresas respetivamente.

Das 2 empresas com CAE 47910 (*Comercio a retalho por correspondência ou via internet*), uma está relacionada com o comércio de vestuário e outros artigos

desportivos, enquanto que a outra empresa está relacionada com o comércio de suplementos nutritivos.

Destaque para o número de empresas relacionadas com a reparação e manutenção de embarcações (16), para os ginásios (15) e para as atividades de animação turística com 10 empresas.

A figura 27, apresenta graficamente a distribuição dos estabelecimentos a operar no concelho de Setúbal em termos de percentagem.

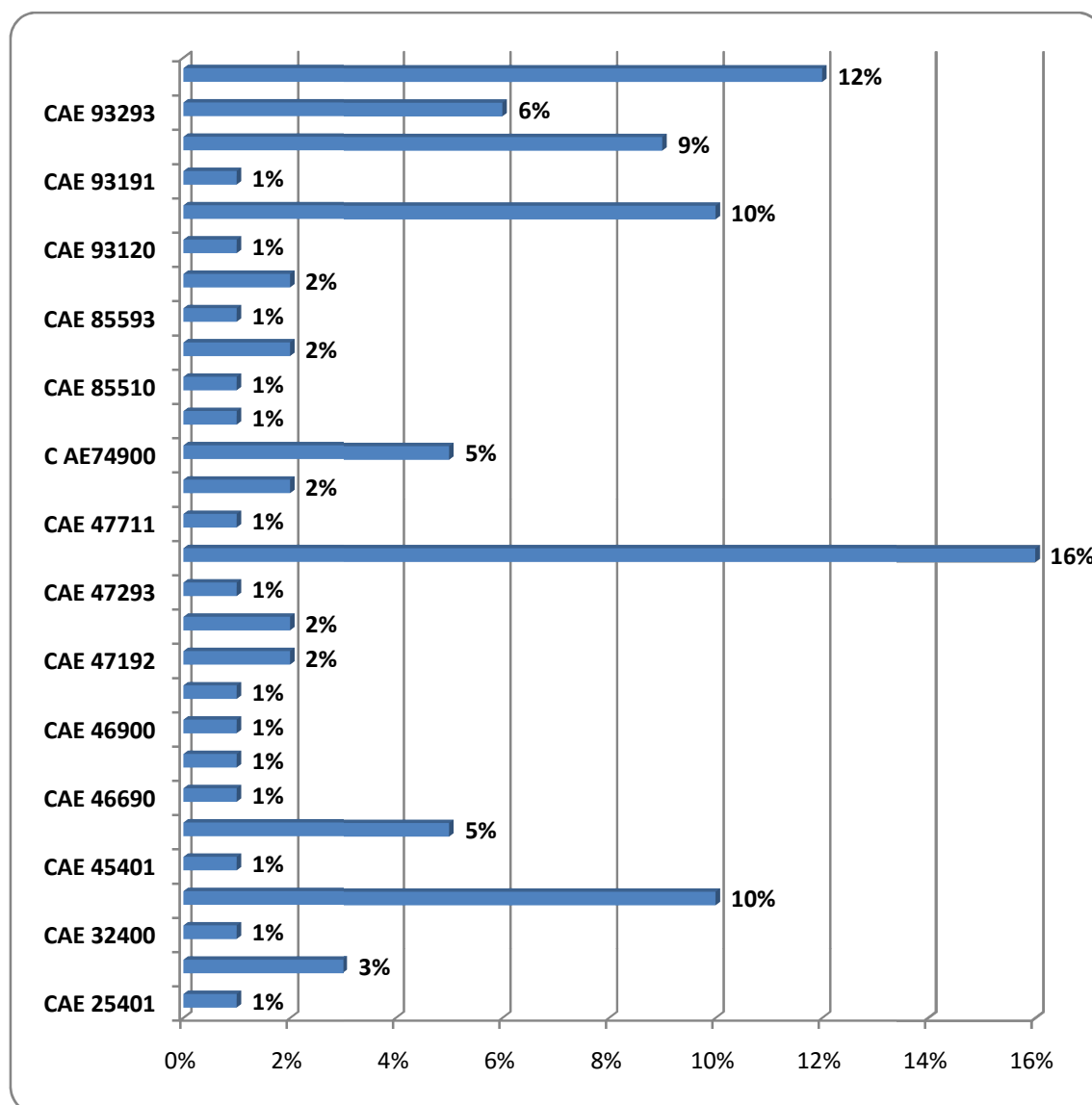


Figura 25. Percentagem de Empresas Associadas ao Desporto no Concelho de Setúbal por CAE. Rev.3

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusões

As conclusões que iremos apresentar são uma síntese dos resultados que consideramos mais relevantes.

O objetivo geral deste trabalho passou pela apresentação de um modelo de observatório municipal do desporto na administração pública, nomeadamente no concelho de Setúbal.

Acreditamos que a existência de um observatório municipal do desporto acrescenta benefícios para os municípios. As mudanças e os desafios económicos colocados hoje obrigam a novas dinâmicas competitivas e neste sentido os estudos sobre as políticas desportivas locais revelam-se pertinentes. O fortalecimento das relações institucionais, o conhecimento da evolução económica e a promoção de emprego, são objetivos primordiais, sendo fundamental a mobilização e a participação de todos os agentes locais.

A possibilidade de um conhecimento atualizado sobre a evolução da sua situação desportiva, obtido através do fornecimento de informações relevantes, da articulação entre organizações ou da compilação de documentos técnicos, vai permitir que de uma forma mais eficiente, eficaz e participativa se desenvolvam e projetem as políticas desportivas locais estruturadas numa gestão estratégica que melhor se ajuste à realidade.

Neste sentido a revisão bibliográfica procurou compreender a organização dos observatórios, como estão organizados de que modo operacionalizam as suas intervenções e de que forma promovem as suas monitorizações. Para tal, foram identificados e caracterizados observatórios existentes em Portugal e foram apresentados três exemplos. Para um conhecimento mais profundo, os três observatórios escolhidos têm uma intervenção diferenciada. Um com uma intervenção nacional e internacional. Um outro apenas de intervenção nacional e um terceiro com atuação municipal. Posteriormente, identificámos e caracterizámos observatórios europeus e observatórios portugueses na área do desporto, abordámos o conceito da situação desportiva, enquanto base do planeamento desportivo, o associativismo desportivo, o sector privado do desporto e por fim a empregabilidade e profissões relacionadas com o desporto.

No que ao 1º Objetivo Específico diz respeito, apresentamos as etapas a seguir para a elaboração de um modelo de observatório municipal, tendo sido definidos seis etapas. Na primeira etapa foram estabelecidas as categorias, que são as nossas principais áreas de monitorização, constituídas pelas: i) atividades desportivas; ii) instalações desportivas; iii) associativismo; iv) recursos humanos; v) sector privado; vi) consumo desportivo; vii) divisão desporto. De seguida, para cada categoria foram definidos as áreas que serão os temas de análise, estabelecemos os setores de intervenção para cada área, ou seja os sectores de intervenção e os respetivos indicadores de impactos e os stakeholders de cada categoria. Finalizamos com a delineação dos processos operacionais de funcionamento do observatório.

Devido às lacunas de informação estatística sobre o desporto, o desenvolvimento de um observatório de gestão municipal irá constituir-se como um instrumento que irá contribuir e permitir um conhecimento mais viável dos serviços desportivos, das organizações existentes, dos profissionais bem como os valores económicos gerados pelo mercado do setor do desporto no concelho, contribuindo e apoiando deste modo na formulação de estratégias políticas desportivas mais participativas, eficientes e eficazes. Com este nível de conhecimento, um observatório poderá igualmente desempenhar funções de consultadoria.

Quanto ao 2º Objetivo Específico, verificámos que a produção das empresas ascendeu aos 701 € milhões de euros, enquanto o VAB (valor acrescentado bruto) atingiu valores na ordem dos 369 € milhões de euros.

Nota para o indicador económico do ativo que atingiu os 2 mil milhões de euros, com destaque para a atividade económica da Gestão de Instalações Desportivas (93110) com um ativo superior a 1 220 € milhões de euros.

Em termos do volume de negócios e das prestações de serviços, os valores foram muito idênticos tendo sido registados respetivamente 562 € milhões de euros e 543 € milhões de euros.

Nas questões referentes aos gastos com o pessoal e as remunerações, os valores foram igualmente idênticos. Nos gastos com o pessoal podemos apurar que o valor ascendeu aos 285 € milhões de euros e nas remunerações o valor alcançou os 232 €

milhões de euros. Em ambas as situações, a atividade económica dos Clubes Desportivos (93120) destacou-se das restantes apresentando os valores mais elevados. Em gastos com o pessoal, as despesas atingiram os 123 € milhões de euros e as remunerações um valor na ordem dos 101 € milhões de euros. Curioso é o facto de entre as quatro atividades económicas, os clubes desportivos foram os que apresentaram o menor número de pessoal ao serviço.

Sobre o número de empresas e sociedades em Portugal estas totalizaram 5 377. O maior número de empresas concentram-se nas Outras Atividades Desportivas (93192) com 4 034 registando um total de pessoal ao serviço de 5 498.

No que diz respeito às vendas relacionadas com produtos da indústria desportiva em Portugal entre os anos de 2012, 2013 e 2014, os produtos de coletes (exceto acolchoados), fatos de treino, vestuário especial de desporto, dança ou ginástica, foram os produtos mais vendidos em Portugal, em 2014, tendo totalizado receitas na ordem dos 30 € milhões de euros. Comparativamente com os outros anos, neste período foi onde se registaram as maiores vendas deste tipo de material. Na relação entre os três anos, podemos verificar uma quebra em 2013 nas vendas dos produtos indicados, tendo em 2014, voltado a registar valores semelhantes ao de 2012, tendo passando a barreira dos 100 € milhões de euros.

Com a apresentação destes dados, queremos reforçar a necessidade da existência de estruturas que permitam recolher e observar de forma mais sistemática e rigorosa a realidade desportiva nacional. Esta capacidade de análise pode ser realizada com base na recolha de dados locais, permitindo a identificação de possíveis regiões com potencial para o desenvolvimento social e económico desportivo.

O 3º objetivo específico passou pela caracterização do impacto económico e social da secção R – atividades desportivas, de diversão e recreativas de acordo com a Classe – CAE Rev. 3, no concelho de Setúbal. A informação dos indicadores económicos referidos indica-nos que o VAB (valor acrescentado bruto) verificado nas empresas com atividades desportivas, de diversão e recreativos verificados no concelho de Setúbal em 2012, contabilizaram um valor superior a 4 € milhões de euros, e o volume de negócios um valor global de 18 807 € milhões de euros, (11 229 € milhões de euros por parte dos estabelecimentos e as empresas com valores de 7 578 € milhões de euros).

Quanto ao número de empresas e estabelecimentos, foram identificados no concelho de Setúbal um total de 343 estabelecimentos, 334 empresas e em número mais reduzido, um total de 44 sociedades. O somatório das três categorias apresentadas (estabelecimentos, empresas e sociedades) representava em termos percentuais 15,5% do total das categorias verificadas na Península de Setúbal.

Sobre o número de pessoal ao serviço foram contabilizadas um total de 839 indivíduos divididos por 407 indivíduos nas empresas, 432 pessoas nos estabelecimentos. O valor total de pessoal correspondeu a 15,1% da totalidade de pessoal ao serviço na Península de Setúbal.

Estes dados pertencentes a uma seção, são muito abrangentes e pouco específicos na identificação das atividades económicas associadas ao desporto. Contudo numa análise aos valores financeiros apresentados, podemos de uma forma muito genérica assumir que o atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativos têm um papel importante no tecido empresarial do concelho.

O 4º e último objetivo específico, é relativo à identificação das entidades privadas relacionadas com o desporto no concelho de Setúbal e nesta matéria foram verificadas até março de 2015, 29 atividades económicas associadas com o desporto num total de 153 empresas. As empresas com o CAE 47640 (Comércio a retalho de artigos de desporto, campismo e lazer em estabelecimentos especializados) são as mais representativas com 25 empresas. Destacamos igualmente o número de empresas relacionadas com a reparação e manutenção de embarcações (16) e para os ginásios (15).

Esta identificação permite-nos que tenhamos uma noção muito concreta e real do mercado de trabalho no setor do desporto e das atividades relacionadas com o desporto.

A apresentação dos resultados é o mais atual possível e vai de encontro ao que foi apresentado no capítulo da revisão bibliográfica, onde tentamos apresentar conceitos e temáticas que se enquadrassem na nossa investigação e nos objetivos específicos estabelecidos. Contudo a pesquisa apresenta algumas limitações. Uma delas diz respeito a dados financeiros que não foram possíveis de apresentar dos tipos de

produtos desportivos vendidos entre 2012 e 2014, devido ao princípio da confidencialidade de divulgação por parte do INE e por haver valores por apurar. Uma outra limitação está relacionada com a apresentação de resultados ao nível do concelho. O objetivo era apresentar dados sobre a CAE 931 – atividades desportivas, mas apenas foi possível apresentar dados da secção R motivado pela entrada em vigor da nova divisão regional em Portugal, a NUTS 2013, em que a unidade territorial da Península de Setúbal cessou passando a estar englobada na Área Metropolitana de Lisboa.

5.2. Recomendações

No que diz respeito a recomendações para futuras investigações, seria muito interessante a apresentação de dados efetivos sobre o impacto económico de um determinada atividade económica como as atividades de ginásio (fitness) ou um estudo sobre um modelo de observatório intermunicipal.

BIBLIOGRAFIA

Albornoz, A., Herschmann, M. (2006). *Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajectória*. In Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Dezembro pp. 1-20. E Compós

Almeida, C. (2005). *Diagnóstico prospetivo do Emprego no Desporto em Portugal*. In Desporto. Ano 9, nº 3, pp. 38-39

Baptista, M., & Andrade, P. (2005). *Organizações Desportivas: um contributo para uma nova atitude*. In Povos e Culturas n.º 9 pp. 80-120. Lisboa. CEPCEP

Carvalho, A. (1994). *Desporto e Autarquias Locais: uma nova via para o desenvolvimento desportivo nacional*. Porto: Campo das Letras

Carvalho, A., (2002). *Associativismo, Inovação Social, Desenvolvimento*. Algés: Confederação do Desporto de Portugal

Carvalho, M., Resende, C., Cirac, M., & Costa, J., (2012). *Desporto, política e Direito: do passado e da atualidade. Enfoque nas autarquias locais*. In J. Bento & J. Constantino (Eds), *Desporto e Municípios, políticas, práticas e programas*. Lisboa. Visão e Contextos Edições e Representações Lda.

Chelladurai, P., (1995). *Gestão do Desporto. Definir a Área*. In Ludens, Volume 15, nº 4, Out/Dez. pp. 64-71

Claudino, R. (2005). *Desporto, Gestão e Sistema de Informação*. In Povos e Culturas n.º 9 pp. 431-443. Lisboa. CEPCEP

Colaço, C. (2013). *Planear uma Investigação*. Textos de apoio da disciplina de Técnicas de Investigação em Gestão do Desporto do XVII Mestrado em Gestão do Desporto da FMHUL – não publicado

Constantino, J., (2012). *Introdução: Estado de arte*. In J. Bento & J. Constantino (Eds), *Desporto e Municípios: políticas, práticas e programas*. Lisboa. Visão e Contextos Edições e Representações Lda.

Correia, J., (2011). *Economia do desporto e desenvolvimento regional*. 2º Seminário de gestão do desporto de Setúbal

Cunha, L., (2007). *Os espaços do desporto. Uma gestão para o desenvolvimento humano*. Lisboa: Edições Almedina, SA

Federação da Industrias do Estado do Paraná (2014). *O que é um observatório*. In <http://www.fiepr.org.br/observatorios/FreeComponent2272content11361.shtml>

Freixo, M., (2009). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget

Fundação Calouste Gulbenkian (2001). *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa*. Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa,

Gaspar, D., (2014). *Observatório de golfe na região de Lisboa*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana.

Gil, A., (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4ª Ed). São Paulo: Editora Atlas

Jácome, M., (1992). *Caracterização e Análise da Situação Desportiva do Concelho de Setúbal*. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa. F.M.H.

Leite, A., (2013). "Proposta Metodológica de Criação de um Observatório Municipal de Desporto, na Administração Pública Local. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Motricidade Humana – F.M.H., Lisboa

Marconi, M., & Lakatos, E., (2007). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

Miragaia, D., e Carvalho, P. (2012). *Análise das metodologias de avaliação da empregabilidade dos graduados em desporto de Portugal*. In Motricidade, Volume 8, n. 4, pp. 26-37

Morais, R., (2012). *Do envolvimento associativo à mobilização cívica: o potencial das redes sociais*. VII Congresso Português de Sociologia. Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Porto.

observatório in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [consult. 2014-11-30 17:16:15]. Disponível na Internet: <http://www.inforpédia.pt7dicionários/lingua-portuguesa/observatório>

Paz, B., (1973). *La Rationalization des Choix em Matière de Politique Sportive Esquisse d'une Metedologie: Les Instruments Conceptuels*. Strasbourg, Conseil de L'Europe. Editado em Portugues (1977) pela Direção Geral dos Desportos na Coleção Antologia Desportiva n.º 6

Pereira, E., (2009). *O poder local: As câmaras municipais e o desporto.* In Bento, J. & Constantino, J. (Eds), *O desporto e o Estado. Ideologias e Práticas*. pp. 109-131. Porto. Edições Afrontamento

Pereira, E., (2012). *O financiamento do desporto e os apoios públicos ao associativismo local*. In Bento J. & Constantino,J. (Eds), *O desporto e Municípios: políticas, práticas e programas*. Lisboa. Visão e Contextos Edições e Representações Lda.

Pires, G., (1987). *Do associativismo à orgânica desportiva*. In Desporto e Sociedade. Antologia de Textos. Lisboa

Pires, G., (1993a). *As autarquias e o planeamento democrático*. In Revistas Horizonte, Volume X, n.º 56. Jul/Ago. pp. 63-73

Pires, G., (1993b). *Situação Desportiva (Parte I)*. In Ludens, Volume 13, n.º 2. Abr/Jun. pp. 19-25

Pires, G. & Lopes, J. (2005). *Gestão do Desporto. Novos desafios, diferentes soluções*. In Povos e Culturas n.º 9 pp. 407-430. Lisboa. CEPCEP

Pires, G., (2007). *Agôn. Gestão do Desporto. O jogo de Zeus*. Porto Editora, Lisboa.

Rascão, J., (2012). *Novas realidades na gestão da informação*. Lisboa. Edições Sílabo, Lda.

Rodrigues, S., (2009). *Pressupostos para a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento desportivo. Análise da procura e consumo desportivo no Concelho de Tavira*. Dissertação de mestrado. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa. F.M.H.

Sangreman C. & Santos T. (2009). *Coleção Cadernos de trabalho n.º 78 - Uma proposta de Observatório da Cooperação Portuguesa. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento*. Lisboa. ISEG

Soares, J., Jesus, B., Oliveira, J., Escório, A., Kay, P., (1995). *O marketing no desporto: Aspetos fundamentais do marketing desportivo*. In Ludens, Volume XV, n.º 1/2 pp. 5-13

Sousa, J., (1988). *Contributo para o Estudo do Associativismo Desportivo em Portugal*. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa. ISEF

Teixeira, M.,(2000). *O consumo de serviços desportivos*. In Horizonte, Volume 16, n.º 93. Mai/Jun. pp. 3-11

Tenreiro, F., (1997). *O financiamento da atividade desportiva*. In Horizonte, Volume 13, n.º 77. Mai/Jun. pp. 3-6

Tenreiro, F. (2005). *Políticas públicas no desporto: a abordagem económica*. In Povos e Culturas, n.º 9 pp. 67-80. Lisboa.CEPCEP

Tenreiro, F. (2010). *Economia do Desporto: A competitividade de Portugal na União Europeia*. Tese de Doutoramento. Porto. Faculdade do Porto

Tenreiro, F., (2012). *A eficiência económica do modelo de desporto europeu: A economia das federações*. Lisboa Economia & Empresa. n.º 15 pp. 94-114

Vega, I., (2007). *Tipología de Observatórios de Ciência y Tecnología. Los casos de América Latina y Europa*. In Revista Española de documentation científica Volume 30, n.º 4, Octubre - Diciembre

Viegas, J., (2004). *Implicações democráticas das Associações voluntárias. O caso português numa perspetiva comparativa europeia*. In Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 46, pp.35-50

Vieira, J., (2000). *Inovação e marketing de serviços*. Lisboa. Editorial Verbo

Viseu, J., Santos, O., Fernandes, H., Ribeiro, C., (2002). *O Consumo Desportivo em Portugal*. Observatório Interdisciplinar do Desporto. Núcleo de Investigação em Políticas Económicas. Universidade do Minho.

Sítios na Internet

<http://www.fiepr.org.br>

<http://www.wikipedia.org>

<http://eose.org>

<http://www.easesport.org>

<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp>

<http://www.aveiro.eu/page.asp?lg=pt&pid=13>

<http://cdp.portodigital.pt/empreendedorismo/como-criar-uma-associacao/passos-para-a-criacao-de-uma-associacao>

<http://www.cases.pt>

<http://www.sports.gouv.fr>

<http://www.franceolympique.com>

<http://www.cm-guimaraens.pt>

<http://www.cm-viseu.pt>

<http://www.idesporto.pt>

<http://www.ine.pt>

<http://www.football-observatory.com>

<https://www.racius.com/observatorio/2015>

<http://www.gee.min-economia.pt>

<http://www.entreprisesdusport.com/fr>
<http://www.observalinguaportuguesa.org/pt>
<http://www.sportobs.ch/aktuelles.html>
<http://www.regiaosul.pt/noticia.php?refnoticia=17185>
http://www.record.xl.pt/Modalidades/Olimpismo/interior.aspx?content_id=865457
http://www.record.xl.pt/Modalidades/Olimpismo/rio2016/interior.aspx?content_id=950136
<http://www.fesi-sport.org>
<http://www.rcaap.pt>
<http://www.scielo.org>
<http://ec.europa.eu/>
<http://www.pordata.pt>
<http://www.mun-setubal.pt>
<http://www.portugalio.com>
<http://www.districtosdeportugal.com>
<http://www.iefp.com>

DOCUMENTOS CONSULTADOS:

- Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (2015). *Anuário de Estatísticas Desportivas 2015*. Espanha. Secretaria General Técnica, Subdirección General de Documentación y Publicaciones;
- Câmara Municipal Setúbal (2014). Carta desportiva da Câmara Municipal de Setúbal;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P., (2011). Estatística do Associativismo Desportivo 1996-2003;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P., (2014). Anuário Estatístico da Região Lisboa 2013. Estatística Oficiais;
- Carta Europeia e Autonomia Local, aprovada em 1985 pelo Conselho da Europa 1985;
- Departmente of Culture, Arts and Leisure (2008). Economic Importance of Sport in Northern Ireland;
- CGEE (2006). "Observatório de ciência, tecnologia e inovação". Brasília
- Carta Europeia do Desporto, Rhodes (14 e 15 de Maio de 1992);
- Instituto Nacional de Estatística, I.P., (2007). Classificação Portuguesa das Atividades Económicas. Rev.3. Estatística Oficiais;

- Comissão Europeia. “Desenvolver a Dimensão Europeia do Desporto” – Bruxelas 18.1.2011 – COM (2011) 12 Final;
- Comissão Europeia. “Europa 2020” – Bruxelas 3.3.2010 – COM (2010) 2020 Final
- Instituto Nacional de Estatística, I.P., (2011). Classificação Portuguesa das Profissões 2010;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P., (2013). Conta Satélite da Economia Social 2010;
- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Universidade de Coimbra (2011). Despacho n.º 146/2011
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2015). Estatísticas do Associativismo Desportivo 1996-2003;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2012). Estatísticas da Produção 2011;
- European Commission (2013). Sport Satellite Accounts – A European Project – New Results. July 2013;
- Statistics Netherlands (2013). Sport in Focus. The contribution of sport to the Dutch economy in 2006, 2008 and 2010;
- Comissão Europeia (2007). Livro Branco do Desporto. Bruxelas, 11.7.2007 COM(2007) 391 final;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2011). Observatório Nacional de Atividades Física e Desporto - Livro Verde da Atividade Física;
- Programa do XIX Governo Constitucional;
- Programa do XVII Governo Constitucional;
- Study on the Contribution of Sport to Economic Growth and Employment in the EU. Final Report November 2012; Study commissioned by the European Commission, Directorate-General Education and Culture;
- Sport England (2013). “Economic value of sport in England”
- European Commission (2013). Sport satellite accounts.
- Assembleia da República (2008). Tratado de Lisboa – Versão Consolidada de 13 de Dezembro de 2007. Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República
- Tratado de Nice (7,8 e 9 de Dezembro de 2000);
- Tratado de Maastricht (7 de Fevereiro de 1992);
- European Union. (2004). Special Eurobarometer 213/ Wave 62.0 – The Citizens of the European Union and Sport. EC/Directorate General Education and Culture;
- European Union. (2013). Special Eurobarometer 412/ Wave EB80.2 – Sport and Physical activity. EC/Directorate General Education and Culture;

- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2011). Censos 2011. XV Recenseamento Geral da População;
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2008). Estatísticas da Cultura , Desporto e Recreio 2007;

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- Código Civil Português;
- Constituição da Republica Portuguesa (2005) – VII revisão constitucional;
- Decreto-Lei n.º 47 344/66, de 25 de Novembro;
- Decreto-Lei n.º 144/93, de 26 de Abril;
- Decreto-Lei n.º 272/97, de 8 de Outubro;
- Decreto-Lei n.º 279/97, de 11 de Outubro;
- Decreto-Lei n.º 159/99, de 14 Setembro;
- Lei nº 65/78, de 13 de Outubro;
- Lei n.º 112/99, de 3 de Agosto;
- Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro;

ANEXOS

Anexo A – Identificação das Empresas sediadas no concelho de Setúbal

ACM YMCA Bela Vista

Av. Bela Vista 38, 2910-421 Setúbal

CAE 93130 - *Atividades de ginásio (fitness)*

ACM YMCA Montalvão

Praceta do Montalvão, 2900-519 Setúbal

CAE 93130 - *Atividades de ginásio (fitness)*

Alvaro Soares Sequeira

Pcta. Gdª Pinheiro 1-R/C-D Vila N Azeitão, 2925-168 Azeitão

CAE 93294 - *Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.*

Ace, Atividades de Desporto e Lazer Lda.

Urb. Casas de Azeitão, Núcleo Poente 1, 3 B R/C Esq., 2925-000 Azeitão

CAE 93192 - *Outras atividades desportivas, n.e.*

Academia de Dança Contemporânea

Largo José Afonso Pav. Municipal, 2900-429 Setúbal

CAE 85593 - *Outras atividades educativas, n.e.*

Atlantalfazema – Serviços de Jardinagem, Unipessoal, Lda.

Rua Padre António Pires Brioso, Quinta Castanheira, 2925-092 Azeitão

CAE 81300 – *Atividades de plantação e manutenção de jardins*

Agostinho Neves Almeida

Rua Central Azeda 94-B, 2910-029 Setúbal

CAE 93130 - *Atividades de ginásio (fitness)*

André Veríssimo Santos – Animação Turística

Rua da Antiga Estrada Nacional, Lote 80, Gâmbia 2910-206

CAE 93293 – *Organização de atividades de animação turística*

Artur Biscaia, Unipessoal, Lda.

Rua Flávio Resende, 7 r/c Esq. 2910-495

CAE 33150 – *Reparação e manutenção de embarcações*

Alegro Ócio, Unipessoal Lda.

Centro Comercial Alegro Setúbal

Avenida Antero de Quental n.º 2, 2910-394 Setúbal

CAE 93294 - *Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.*

Associação de Atletismo de Setúbal

Rua Camilo Castelo Branco, 24 C/V-Dtª., 2910-444 Setúbal

CAE 93191 - *Organismos reguladores das atividades desportivas.*

AbsoluteVanity – Lda.

Rua do Regimento de Infantaria 11, N.º 30, 3.º A/ B

2900-584 Setúbal.

CAE 93294 - *Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.*

All For Bikes, Lda.

Rua do Bairro da Portucel, Lote 46, Sado - 2910-338 Setúbal

CAE 47640 - *Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados*

Anabela C Cesário Luís

Rua Peru 11-A- loja Brejos de Azeitão, 2925-206 Azeitão

CAE 32300 - *Fabricação de artigos de desporto*

Arg - Imp. eExp. de Jogos Lícitos, Lda.

Rua Ana de Castro Osório, 14-A, São Lourenço, 2925-060 Azeitão

CAE 46493 - *Comércio por grosso de brinquedos, jogos e artigos de desporto*

Anibikes Unipessoal, Lda.

Estrada da Baixa de Palmela, Nº 99, São Julião, 2900-536 Setúbal
CAE 47640 - Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados

Anabela Costa Cesário Luís

Avenida Bento Gonçalves, 26 Loja 26-F, São Sebastião
2910-431 Setúbal
CAE 47640 - Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados

Arrabidabikes - Imp. eExp. de Bicicletas, Lda.

Avenida Afonso de Albuquerque Lt. 11 São Sebastião, 2910-374 Setúbal
CAE 46493 - Comércio por grosso de brinquedos, jogos e artigos de desporto

AdrenalineDream Lda.

Rua Henrique de Barros, N 5 R/ C Dto. - Vila Nogueira de Azeitão
2925-392 Azeitão
CAE 93293 - Organização de atividades de animação turística

AutentidetalheLda.

Rua da Zézinha, N 15 2900-022 Setúbal
CAE 32400 - Fabricação de jogos e de brinquedos

Bingo Vitória Futebol Clube

Estádio do Bonfim
2900-000 Setúbal
CAE 93192 - Outras atividades desportivas, n e.

Bike Zone, Setúbal

Estrada dos Ciprestes, N.º 148, 2900-317 Setúbal
CAE 45401 - Comércio por grosso e a retalho de motociclos, de suas peças e acessórios

Casa dos Jardins-Projectos Construção e Manutenção de Jardins Lda.

Quinta da Ervideira - Rua do Poço - S. Simão-Vendas de Azeitão, 2900- Setúbal
CAE 81300 - Atividades de plantação e manutenção de jardins

ChariotRobotics Portugal, Lda.

Estaleiro da Mitrena, Edifício Opa, Apartado 000064, 2910-738 Setúbal
CAE 33150 - Reparação e manutenção de embarcações

Cnr-Portugal - Construção e Reparação Naval Lda.

Rua, Dr. Francisco Sá Carneiro, N 21-A, 2900-379 Setúbal
CAE 33150 - Reparação e manutenção de embarcações

Chão Bom - Jardins e Espaços Verdes, Projectos e Manutenção Lda.

R das Areias 2-2 D - S. Sebastião 2910-407 Setúbal
CAE 81300 - Atividades de plantação e manutenção de jardins

Carlos Manuel Rodrigues Cruz

AV. Doutor Rodrigues Manita 67 3º Esq., 2900-067 Setúbal
CAE 47640 – Comércio de retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer em estabelecimentos especializados

João Miguel Figueiras Couto

Rua Principal, 215 Praias do Sado, 2910 Setúbal
CAE 93294 – Outras atividades de diversão e recreativas

Vítor José Santana Peres da Costa

R. Campos Rodrigues n.º 13, 2910-452 S. Sebastião Setúbal
CAE 47640 – Comércio de retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer em estabelecimentos especializados

Teresa Alexandra Engrossa da Costa

Estrada do Alentejo 2900
CAE 93192 – outras atividades desportivas n.e.

José Júlio Palhas da Conceição

R. do Bocage n.º 11, 2900-277 São Julião Setúbal

CAE 47640 – Comércio de retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer em estabelecimentos especializados

António Hélder Lourenço Casaca

Travessa do Vale de Cerjeira, 6, 2900

CAE 32300 – Fabricação de artigos desportivos

Citycruisers Lda.

Rua Ocidental do Convento Nº 17 R/ C Dto, 2900-514 Setúbal

CAE 93294 - Outras atividades de diversão e recreativas, n e.

ACE, atividades de desporto e lazer, lda.

Casas de Azeitão - Núcleo poente 1 - 3B, r/c esq. 2925 Azeitão

CAE 93192 – outras atividades desportivas

Clube de Ténis de Setúbal

Pctª. Manuel Nunes de Almeida, 2900-481 Setúbal

CAE 93192 – Outras atividades desportivas, n e.

Cardio-Sport Lda.

Rua Amores Perfeitos, Lote 12 B-C, Brejos de Azeitão

CAE 93130 – atividades de ginásio (fitness)

Cascais & Barbosa

Rua Cidade de Goa, N 3, Rés-Do-Chão 2900 Setúbal

CAE 93130 – Atividades de ginásio (fitness)

Costa Azul, Lda.

R. MichellGiacomati n.º 4,

CAE 93130 – Atividades de ginásio (fitness)

Clube Naval Setubalense

Av.ª Jaime Rebelo, n.º 41, 2904-503 Setúbal

CAE 93192 – Outras atividades desportivas, n e.

ChooseLife Lda.

Escadinhas da Horta do Marco, n.º 1, 2900-402 Setúbal

CAE 93130 – Atividades de ginásio (fitness)

CAE 47292 – Comércio a retalho de produtos alimentares, naturais e dietéticos, em estabelecimentos especializados.

CEFAD – Delegação de Setúbal

Travessa da Saboaria, 3C, 2900-597 Setúbal

CAE 85591 – formação Profissional

Dança e Companhia

Ave. Dr. António Rodrigues Manito –Vitória Setúbal

CAE 93192 – Outras atividades desportivas, n e.

Dr2J Sports Partners Lda.

Rua das Andorinhas Reais, Lote 49 Casas de Azeitão 2925-702 Azeitão

CAE 93192 – Outras atividades desportivas, n e.

Decathlon, Setúbal

Avenida José Saramago n.º 60 2910-720 Setúbal

CAE 47640 – Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados.

CAE 46494 - Outro comércio por grosso de bens de consumo, n.e.

Desporlaze – Artigos de Desporto, Lda.

Rua Álvaro Castelões 37,1º, São Julião2900-215 Setúbal

CAE 47640 – Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados

Equipabarco - Equip. Nauticos, Lda. Rua Regimento Infantaria 11 40/2, 2900-584 Setúbal CAE 46690 - <i>Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos</i>
Emília Correia & Graça Branco, Lda. Rua António M Eusébio 63, São Julião, 2900-236 Setúbal CAE 32300 - <i>Fabricação de artigos de desporto</i>
Eseliora, Crl Rua Álvaro Luz, n.º 15 – 2900-217 Setúbal CAE 93294 – <i>outras atividades de diversão e recreativa, n.e.</i>
Equusges,Lda. Quinta das Conselheiras – Largo São Sebastião, Sn, Aldeia de Irmãos 2925-031 Azeitão CAE 93294 – <i>outras atividades de diversão e recreativa, n.e.</i>
Espingardaria Sado Armas, Lda. Rua Serpa Pinto 5, São Julião 2900-641 Setúbal CAE 47640 - <i>Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados.</i>
Espingardaria Rainha do Sado Avenida Manuel M Portela 2/4, São Sebastião 2900-478 Setúbal CAE 47640 - <i>Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados.</i>
Engiverde - Engenharia e Espaços Verdes Lda. Rua D. Lourenço Dinis, N 16, Vila Nogueira de Azeitão 2925-395 Azeitão CAE 81300 - <i>Atividades de plantação e manutenção de jardins</i>
Experimenta Natura - Turismo de Natureza e Desportos de Aventura, Lda. Rua de Nova Lisboa, N 12, 2 F, 2900-083 Setúbal CAE 93293 - <i>Organização de atividades de animação turística</i>
Ericeira Surf Shop, Alegro Setúbal Centro Comercial Alegro Setúbal Av. Antero Quental, n.º2 – 2910-394 Setúbal CAE 32300 - <i>Fabricação de artigos de desporto</i>
Ecofitness S.A. Monte da Vinha, Lote 56, Aldeia de Irmãos, 2925-722 Azeitão CAE 93110 - <i>Gestão de instalações desportivas</i>
Special Player Marketing And Football Management Lda. Praça do Quebedo, N. 18, 1. Dt. 2900-575 Setúbal CAE 93192 - <i>Outras atividades desportivas, n. e</i>
Fit 7, Lda. Rua Francisco Sá Carneiro N 10 - 2 Dt, 2900-379 Setúbal CAE 93110 - <i>Gestão de instalações desportivas</i>
Four Seasons Touch & Soul, Unipessoal Lda. Rua José Fontana 2-A Brejos de Azeitão, 2925-394 Azeitão. CAE 85591 - <i>Formação profissional</i>
Folha Persistente - Construção de Jardins, Unipessoal Lda. Rua Dr. Luís Furtado, N 2, R/ C Dt, Vila Nogueira de Azeitão 2925-567 Azeitão CAE 81300 - <i>Atividades de plantação e manutenção de jardins</i>
Firstnyx – Security Academy, Unipessoal Lda. Rua Tme de Sousa lote 221, 2925-689 Brejos de Azeitão CAE 74900 – <i>Outras atividades de consultadoria, científicas, técnicas e similares, n.e.</i>
Fusionstatus Atividades Desportivas e Cuidados de Saúde Lda. Praceta Aníbal José 2, 1º Dtº, Tardoz Setúbal, 2910-290 Setúbal.

CAE 85510 - *Ensinos desportivo e recreativo*

CAE 85591 - *Formação profissional*

Fitwoman

R. Francisco Sá Carneiro nº10 R/C Drt. 2900-379 Setúbal.

CAE 93130 – *Atividades de ginásio (Fitness)*

FitnessHut

Centro Comercial Alegro Setúbal

Av. Antero Quental, n.º2 – 2910-394 Setúbal

CAE 93130 – *Atividades de ginásio (fitness)*

Guardião Azul Reparação Naval Lda.

Estrada dos Ciprestes, Quinta da Boa Esperança, Armazém I 2900-322 Setúbal

CAE 33150 - *Reparação e manutenção de embarcações*

Goldenclay, Unipessoal Lda.

Vale Andeiro Aptd. 73 Azeitão

CAE 25401 - *Fabricação de armas de caça, de desporto e defesa*

CAE 47640 - *Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados*

CAE 47784 - *Comércio a retalho de outros produtos novos, em estabelecimentos especializados, n e.*

Green parade – Unipessoal Lda.

Rua do Forno n.º 2 Oleiros 2925-328 Azeitão

CAE 81300 – *Atividades de plantação e manutenção de jardins*

Grave, Jorge Alexandre Gonçalves Moura e Ferrão

BC Agostinho Neto, lote 5 - 1º Frente

2910-108 São Sebastião

CAE 93294 - *Outras atividades de diversão e recreativas, n e.*

Gopersports, Lda.

Rua Estrada de Palmela n.º 15 Loja D, 2900-534 Setúbal

CAE 47640 - *Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados*

Gestbowlings Lda.

Rua Trabalhadores do Mar, n.º 16 1º - 2900-650 Setúbal

CAE 93294 - *Outras atividades de diversão e recreativas, n e.*

Hípica do Convento de São Domingos, Unipessoal Lda.

Praça da República, n.º 18, 2925-585 Azeitão

CAE 93192 - *Outras atividades desportivas, n e.*

Hugo Bastos & João Augusto – Jardins e Piscinas, Lda.

Rua Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense nº. 71

Vila Nogueira Azeitão 2925 – 599 Azeitão

CAE 81300 – *Atividades de plantação e manutenção de jardins*

Herminio Silva Lda.

Rua António Maria Eusébio, nº16, São Julião 2900-235 Setúbal

CAE 47640 - *Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados.*

Health Club Multigym

Rua Central Azeda 94-b, São Sebastião 2910-029 Setúbal

CAE 93130 – *Atividades de ginásio (fitness)*

Irontec - Indústria Naval, S.A

Praceta Agostinho da Silva, N. 6 A2910-730 Setúbal

CAE 33150 - *Reparação e manutenção de embarcações*

J. Frazão Lda.

Rua Trabalhadores do Mar, N 18 2900-650 Setúbal <i>CAE47640 - Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados</i>
J.P.Lebre – Sociedade Unipessoal, Lda. Travessa da Escola de Brejos Clérigo, Lote 19 – Azeitão <i>CAE 74900 Outras atividades de consultadoria, científicas, técnicas e similares n.e.</i>
João & Garraio Lda. Rua Trabalhadores do Mar, n.º 18-29 R/C, 2900-650 Setúbal <i>CAE 33150 – Reparação e manutenção de embarcações</i>
Kin – Plataforma de Serviços Navais, SA Avenida Quinta de Amazida, n.º 122, 1 Esq. 2910-205 Setúbal <i>CAE 33150 – Reparação e manutenção de embarcações</i>
Luisamar - Prestação de Serv. a Navegação, Lda. Rua Fran Pacheco 151-R/C - 2900-376 Setúbal <i>CAE 33150 - Reparação e manutenção de embarcações.</i>
Luis Bucho, Unipessoal Lda. Rua Morgado de Setúbal n.º 65, 2ºesq 2910-672 Setúbal <i>CAE 74900 – Outras atividades de consultadoria, científicas, técnicas e similares n.e.</i>
L.N. Santos, Unipessoal Lda. R. da Escola, Lote 19 – Brejos de Azeitão 2925-805 Setúbal <i>CAE 81300 – atividades de plantação e manutenção de jardins</i>
Complexo desportivo du Bocage - LATI Pcta. Da Solidariedade, Urb. Jardins do Sado – 2910-856 Setúbal <i>CAE 93130 - atividades de ginásio (fitness)</i>
Let'sGym, Unipessoal Lda. Rua dos Amores Perfeitos, Loja 12, B/ C Brejos de Azeitão, São Simão 2925-680 Brejos de Azeitão <i>CAE 93130 - Atividades de ginásio (fitness)</i> <i>CAE 47292 - Comércio a retalho de produtos alimentares, naturais e dietéticos, em estabelecimentos especializados</i> <i>CAE 47640 - Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados</i> <i>CAE 85510 - Ensinos desportivo e recreativo</i>
Lima & Limão, CyclingServices Lda. Praça Marquês de Pombal, Nº 4, Nossa Senhora da Anunciada 2900-562 Setúbal <i>CAE 46493 - Comércio por grosso de brinquedos, jogos e artigos de desporto</i>
Milhaperegrina Unipessoal Lda. Rua Aljubarrota, N 5 R/ C Fte 2910-389 Setúbal <i>CAE 93192 - Outras atividades desportivas, n. e</i>
Menaval-Reparação e Construção Naval Lda. Rua Praia da Saúde, S/ N, Setúbal 2900-572 Setúbal <i>CAE 33150 - Reparação e manutenção de embarcações</i>
Magenis - Construção de Jardins Lda. Rua Baía do Sado, N 238, Brejos de Canes 2910-014 Setúbal <i>CAE 81300 - Atividades de plantação e manutenção de jardins</i>
Manias Flutuantes Lda. Rua Artificies Vidreiros, Lote 28, 2925-097 Azeitão <i>CAE 93293 - Organização de atividades de animação turística</i>
Mil Medidas, Unipessoal Lda. Avenida D. João II, n.º 36 R/C Esq. 2910-549 Setúbal

CAE 47192 – comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco

Maria Madalena Rocha, Unipessoal Lda.

Rua do Bairro Afonso Costa, n.º 7 A

2910-414 Setúbal

CAE 47192- comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, sem predominância de produtos alimentares, bebida e tabaco

Manuel Luís Mezeiro, Unipessoal Lda.

Estrada da Morgada n.º 368 Faralhão 2910-170 Setúbal

CAE 47192 – Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco

M.F. Soares, Comércio de bicicletas e Acessórios, Unipessoal Lda.

Rua Roberto Ivens Andar esq. Monte Belo

2910-721 Setúbal

CAE 47640 - Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados.

Memoalert - Security And Adventure, Lda.

Avenida Bento Gonçalves, Nº 29 - F, São Sebastião

2910-433 Setúbal

CAE 47640 - Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados.

Mar Ktruz, Lda.

Rua Amílcar Soromenho Coelho, Lote 37, Manteigadas, São Simão

2925-247 Setúbal

CAE 46493 - Comércio por grosso de brinquedos, jogos e artigos de desporto.

Mrc - Comércio de Artigos Para Equitação Lda.

Rua Almirante Reis, 42, R/ C, Vila Fresca de Azeitão, São Simão 2925-486 Azeitão

CAE 46493 - Comércio por grosso de brinquedos, jogos e artigos de desporto.

Mibeca - Animação Turística Lda.

Avenida do Alentejo, Nº5, Cave Recuada - 2910-383 Setúbal

CAE 93294 - Outras atividades de diversão e recreativas, n e.

Marcha Diária - Gestão Desportiva Unipessoal Lda.

Rua Deputado Henrique Cardoso, N 41, 2 Dt Setúbal

CAE 93110 – Gestão de Instalações Desportivas

Moinhos de São Filipe - Animação Turística, Lda.

Qt. Moinhos -Serra S.Filipe-N. Sra. Anunciada, 2900-000 Setúbal

CAE 93192 - Outras atividades desportivas, n e.

Macau, Vale & Teixeira, Lda.

Rua Álvaro Perdigão, N 1 2 D, 2900-163 Setúbal

CAE 47910 - Comércio a retalho por correspondência ou via Internet

Marina Atlântica Náutica Indústria, Lda.

Avenida Jaime Rebelo Cais 3-armz 2, 2900-409 Setúbal

CAE 33150 - Reparação e manutenção de embarcações

Movistyle, Unipessoal Lda.

Rua Lazaro Lozano, Nº 5, 5º Dtº, 2910-797 Setúbal

CAE 47711 - Comércio a retalho de vestuário para adultos, em estabelecimentos especializados.

Milhaperegrina Unipessoal Lda.

Rua Aljubarrota, Nº 5 R/ C Fte,

2910-389 Setúbal

CAE 93192 - Outras atividades desportivas, n e.

Mar Chão - Reparação de Barcos de Recreio, Lda.

Estr. Rasca 18/20, Nossa Senhora da Anunciada 2900-579 Setúbal

CAE 47640 - Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados.

MEIlor - Indústrias de Cartuchos Caça, Lda.

Vale Andeiro - Vila N Azeitão, São Lourenço 2925-030 Azeitão

CAE 47784 - Comércio a retalho de outros produtos novos, em estabelecimentos especializados, n.e.

Mar D'incenso, Lda.

Quinta das Conselheiras, Largo São Sebastião – Aldeia de Irmãos, 2925-031 Azeitão

CAE 93294 - Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.

MRC - Comércio de Artigos para Equitação, Lda.

Rua Trabalhadores Mar M-16, 1º-E, Nossa Senhora da Anunciada

2900-650 Setúbal

CAE 32300 - Fabricação de artigos de desporto

NautiserRent, Lda.

Quinta da Serralheira, Lote 60

2910-282 Setúbal

CAE 77210 - Aluguer de bens recreativos e desportivos

Nutrifoods – consultadoria e comércio de produtos alimentares

Av. S. Francisco Xavier ,N 24-5 ESQ. 2900-661 Setúbal

CAE 74900 – outras atividades de consultadoria, científica, técnicas e similares n.e.

Neoengiverde, Unipessoal Lda.

Rua Vasco Queimado Vilalobos n.º 27 2925-304 Azeitão

CAE 81300 – Atividades de plantação e manutenção de jardins

Natália Lindo, Unipessoal Lda.

Av. António Rodrigues Manito, n.º 145 B 290-069 Setúbal

CAE 47192 – Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco

Nutrimania – Davide Moreira Marques, Unipessoal Lda.

Estrada da Morgada, N.º 138 – Faralhão, 2910-170 Setúbal

CAE 47910 – Comércio a retalho por correspondência ou via Internet

Ondacampestre Lda.

Av. Luísa Todi, n.º 135 3, 2900-461 Setúbal

CAE 93294- Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.

OnWater - Atividades Náuticas, Marítimas e Turísticas, Lda.

Av. Dr. António Rodrigues Manito, Nº 114, 2900-064 Setúbal

CAE 93293 - Organização de atividades de animação turística

Óscar Marrafa, Lda.

Rua Manuel Livério N.º 25

CAE 93294 – Outras atividades de diversão e recreativas n.e.

Oc - Orla Costeira, Unipessoal Lda.

Rua Frei António das Chagas, N.º 46, 1º Esq, São Julião, 2900-090 Setúbal

CAE 47640 - Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados

Ondagalapos – Sociedade Marítimo Turística Lda.

Praia de Galapos Km 379, 2900-549 Setúbal

CAE 93294 - Outras atividades de diversão e recreativas, n.e.

PódioprodígioLda.

Rua João Villaret, Nº 1, 2910-161 Setúbal

CAE 47711 - Comércio a retalho de vestuário para adultos, em estabelecimentos

especializados

CAE 47293 - *Outro comércio a retalho de produtos alimentares, em estabelecimentos especializados, n.e.*

Preza Natura – Território e Ambiente, Lda.

R. Dr. Bernardo HolteinBeck, N. 16 2925-615 Vila Nogueira de Azeitão

CAE 74900 – *Outras atividades de consultadoria, científicas, técnicas e similares, n.e.*

Perímetro de Alfazema . Unipessoal Lda.

Rua Eng. Henrique Cabeçadas, N.º 33 1º DT. 2900-005 Setúbal

CAE 81300 – *Atividades de plantação e manutenção de jardins*

Puro Motivo - Atividades Físicas Lda.

Rua Jacob Azambuja, N.º 11 A/ B - 2910-536 Setúbal

CAE 93130 - *Atividades de ginásio (fitness)*

Quinta Velha Queijaria – Sociedade Turística Lda.

Quinta velhas Queijaria, Vila Nogueira de Azeitão, 2925

CAE 93293 – *Organização de atividades de animação turística*

RightFoot Lda.

Zona Industrial Varzinha, Lote 3 2900-721 Setúbal

CAE 74900 - *Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, n.e*

Space& Time – Lda.

Rua Coronel António Emílio Cortez, N. 17 - Aldeia de Irmãos Azeitão 2925-019 Azeitão

CAE 74900 - *Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, n.e*

RN & N, Unipessoal Lda.

Estrada Nacional n.º 10- Sítio das Pontes – Imapark n. 130 Pontes, 2910-828 Setúbal

CAE 33150 – *Reparação e manutenção de embarcações*

Riosado, Equip. Náuticos, Lda.

Rua Ocidental Merc. 37/41, São Julião 2900-516 Setúbal

CAE 46493 - *Comércio por grosso de brinquedos, jogos e artigos de desporto*

Rui Pedro Azevedo, Unipessoal, Lda.

AV. Mestre de Freitas n. 8 2910-866 Setúbal

CAE 93130 *Atividades de ginásio (fitness)*

Rodafishing - Comércio de Artigos de Pesca Desportiva, Unip., Lda.

Avenida Mestre Lima de Freitas, 8-B, São Sebastião 2910-866 Setúbal

CAE 46493 - *Comércio por grosso de brinquedos, jogos e artigos de desporto*

Sportiberica, Soc. de Artigos de Desporto, SA

(The Athlete's Foot Alegro, Setúbal)

Centro Comercial Alegro Setúbal

Av. Antero Quental, n.º2 – 2910-394 Setúbal

CAE 47640 - *Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados*

Sistemas de Ar Livre - Atividades Turísticas, Ambientais e Lúdicas Lda.

Avenida Manuel Maria Portela, N. 40, 1. Esq. 2900-487 Setúbal

CAE 93293 - *Organização de atividades de animação turística*

SadoshipRepair - Construção e Reparação Naval Lda.

Avenida Luísa Todi, N 277, Escritório e 8 2900-463 Setúbal

CAE 33150 - *Reparação e manutenção de embarcações*

Setdoca - Sociedade lavagem, decapagem, raspagem e pintura de navios, Lda.

R. Mouzinho de Albuquerque n. 1 A, Monte Belo 2910-697 Setúbal

CAE 33150 – *Reparação e manutenção de embarcações*

SportsDirecct.com

Av. Mestre Lima Freitas, 2910-865 Setúbal - AtlanticPark

CAE 47640 - *Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em*

estabelecimentos especializados.

Sport Zone - Comércio de Artigos de Desporto, SA

Centro Comercial Alegro Setúbal

Av. Antero Quental, n.º2, 2910-394 Setúbal

CAE 47640 - Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados

CAE 46494 - Outro comércio por grosso de bens de consumo, n e.

Sara Guilherme Lima - Pescas, Unipessoal Lda.

Avenida D. Manuel I, Nº 47- R/ C E, São Sebastião 2910-596 Setúbal

CAE 47640 - Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados.

Samurais R&A Lda.

Praça da Independência Loja 6G, São Sebastião 2910-716 Setúbal

CAE 47640 - Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados

Super Buldogue - Diversões, Lda.

Rua Morgado 31 - 2910-672 Setúbal

CAE 93294 - Outras atividades de diversão e recreativas, n e.

Sonho XXI, S.A

Estrada Nacional, N 10 - Pontes, Imapark, Logradouro n.º3 2910-828 Setúbal

CAE 93110 - Gestão de instalações desportivas

Setunautica - Artigos Náuticos Drogaria, Lda.

Rua Fontainhas 42 - 2910-082 Setúbal

CAE 47784 - Comércio a retalho de outros produtos novos, em estabelecimentos especializados, n e.

Setucaça Lda.

Rua do Cruzeiro, 29, São Julião 2900-000 Setúbal

CAE 46900 - Comércio por grosso não especializado

Townocean Construção e Reparação de Embarcações Unipessoal Lda.

Terreiro de Santa Maria, N 4 2900-601 Setúbal

CAE 33150 - Reparação e manutenção de embarcações

Traçadolocal - Unipessoal Lda.

Avenida Dr. António Manuel Gamito, N 23 A

2900-056 Setúbal

CAE 93293 - Organização de atividades de animação turística

Troiactivities - Atividades Turísticas Lda.

Rua da Serra do Louro, nº. 2, 2910-104 Setúbal

CAE 93293 - Organização de atividades de animação turística

Tela Negra – Atelier Técnico de Eventos Lda.

Rua Olivavo Bilac, n.º 23, 5º Esq. 2900-518 Setúbal

CAE 93294 - Outras atividades de diversão e recreativas, n e.

Turisbuilding - Atividades Marítimo-Turísticas Lda.

Rua Padre Mário de Carvalho, n.º4 2900-650 Setúbal

CAE 93294 - Outras atividades de diversão e recreativas, n e.

Ttpor - Academia de Ténis de Mesa, Unipessoal Lda.

Rua de Almada, Nº 19, Manteigadas 2910-227 Setúbal

CAE 93192 - Outras atividades desportivas, n e.

Tecnimec-Maquinas e Equipamento de Escritório Lda.

Rua do Mirante, N. 22, São Sebastião 2910-609 Setúbal

CAE 47640 - Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados.

Velejador de Sonhos, Unipessoal Lda.

Praceta Afonso Paiva, N 6, Lj 6 C 2910-705 Setúbal

CAE33150 - *Reparação e manutenção de embarcações*

Vertigem Azul - Turismo de Natureza Lda.

Rua Praia da Saúde, Número 11 D, Loja 10 2900-572 Setúbal

CAE 93192 - *Outras atividades desportivas, n e.*

Vitória Futebol Clube, SAD

Rua Cidade de Pau, n.º6 2900-306 Setúbal

CAE 93120 - *Atividades dos clubes desportivos*

WOMANFIT - Ginásio Feminino

Praça de Portugal, Loja 5B, 2910-640 Setúbal

CAE 93130 – *Atividades de ginásio (fitness)*

Watchdheart, Promoção de Atividades Desportivas Lda.

Trav. da Ferradura, n.º 28, 2925-155 São Simão

CAE 93130 - *Atividades de ginásio (fitness)*

7 Rumos Lda.

Avenida 5 de Outubro, N.º 3, 1ºEsq. 2900-311 Setúbal

CAE 93294 - *Outras atividades de diversão e recreativas, n e.*

Z.A.M - Unipessoal Lda.

Rua Elina Guimarães, Lote 6 - Aldeia de Irmãos 2925-039 Azeitão

CAE 81300 - *Atividades de plantação e manutenção de jardins*
